



FUNDAÇÃO
renova

**PG-26- PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DA ÁREAS DE
PRESERVAÇÃO PERMANENTE E DE RECARGA HÍDRICA
DEGRADADAS DA BACIA DO RIO DOCE.**

Setembro/2021

CONTROLE DE MUDANÇAS do programa

| DATA | ID | RESUMO DA MUDANÇA |
|-------------|-----------|--|
| 11/2017 | 00s | Emissão Inicial |
| 08/11/2018 | 00s | Concepção da revisão após a primeira reunião do GT de indicadores entre CT-Flor e Fundação Renova em Belo Horizonte no dia 26/10/2018. |
| 30/11/2018 | 00s | Nova revisão incorporando os pontos abordados na reunião do GT em Belo Horizonte nos dias 21 e 21/11/2018 |
| 15/03/2019 | 00s | Nova revisão incorporando as observações feitas no GT de indicadores de Fevereiro de 25 e 26/02/2019 |
| 11/11/2019 | 08 | Versão que incorpora as premissas orçamentárias e atualizações nas metodologias de plantio |
| 20/11/2019 | 09 | Versão que corrige os erros de legendas e retira a estratificação por tamanho de propriedade no orçamento da etapa do edital. |
| 15/09/2021 | 10 | Versão revisada no âmbito da cláusula 203 do TTAC. |

SUMÁRIO EXECUTIVO

Este documento tem como finalidade apresentar as bases para definição do Programa de Recuperação de Áreas de Preservação Permanente e de Recarga Hídrica, de acordo com Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta - TTAC, no âmbito da subseção II – Restauração Florestal e Produção de Água, referente a cláusula 161.

Este Programa tem como objetivo geral a recuperação APPs degradadas do Rio Doce e tributários preferencialmente, mas não se limitando, nas subbacias dos rios definidos como fonte de abastecimento alternativa para os municípios e distritos listados nos parágrafos segundo e terceiro da CLÁUSULA 171 deste acordo, conforme as prioridades definidas pelo COMITÊ INTERFEDERATIVO numa extensão de 40.000 ha em 10 anos

A proposta considera uma abordagem sistêmica de restauração florestal baseada em pessoas, considerando os produtores rurais que receberão este programa como atores centrais do processo de recuperação dessas áreas. Ao passo que trabalha ferramentas idôneas de mobilização e engajamento, não deixa de contemplar a melhor técnica de restauração, discutida pelas melhores escolas do país e pesquisadores conhecidos nacional e internacionalmente além de acumular toda a experiência de campo e conhecimento local do amplo corpo técnico da Fundação Renova.

O programa é dividido em 11 etapas de execução, cada qual com a relação de ações a serem executadas e as respectivas metodologias que as suportam. Ao longo do documento as seguintes etapas serão abordadas detalhadamente uma a uma: (i) definição de áreas prioritárias; (ii) edital do Programa; (iii) fomento a cadeia de viveiros e mudas; (iv) mobilização; (v) apoio a inscrição no CAR; (vi) elaboração de projetos; (vii) acompanhamento técnico de operações (ATO); (viii) implantação e manutenção; (ix) pagamento por serviços ambientais – PSA; (x) pesquisa e desenvolvimento; (xi) gestão e controle da qualidade na restauração florestal.

CT-FLOR

O custo total do Programa de Recuperação de Áreas de Preservação Permanente e de Recarga Hídrica é de R\$ 1.273,9 milhões.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| SUMÁRIO EXECUTIVO | 3 |
| SUMÁRIO | 5 |
| 1. APRESENTAÇÃO | 3 |
| 2. OBJETIVO | 6 |
| 2.1. OBJETIVOS ESPECÍFICOS | 6 |
| 3. PREMISSAS E DIRETRIZES | 7 |
| 3.1. PREMISSAS | 7 |
| 3.2. DIRETRIZES | 8 |
| 4. REQUISITOS E RESTRIÇÕES | 10 |
| 4.1. REQUISITOS | 10 |
| 4.2. RESTRIÇÕES | 11 |
| 5. JUSTIFICATIVA | 11 |
| 6. ETAPAS DE EXECUÇÃO | 15 |
| 6.1. DEFINIÇÃO DAS ÁREAS PRIORITÁRIAS DE RECUPERAÇÃO | 16 |
| 6.1.1 <i>Ações</i> | <i>16</i> |
| 6.1.2 <i>Metodologia</i> | <i>16</i> |
| 6.2. EDITAL DO PROGRAMA | 18 |
| 6.2.1. AÇÕES | 19 |
| 6.2.2. METODOLOGIA | 20 |
| 6.3. FOMENTO DA CADEIA DE VIVEIROS E MUDAS | 21 |
| 6.3.1. AÇÕES | 22 |
| 6.3.2. METODOLOGIA | 22 |
| 6.3.2.1. AÇÕES ESTRUTURANTES | 22 |
| 6.3.2.2. AÇÕES EXECUTIVAS | 23 |
| 6.4. MOBILIZAÇÃO | 24 |
| 6.4.1. AÇÕES | 24 |

| | |
|--|-----------|
| 6.4.2. METODOLOGIA | 24 |
| 6.4.2.1. DIVULGAÇÃO E INSCRIÇÕES | 24 |
| 6.5. APOIO A INSCRIÇÃO NO CAR | 25 |
| 6.5.1. AÇÕES | 25 |
| 6.5.2. METODOLOGIA | 25 |
| 6.5.2.1. VERIFICAÇÃO DA INSCRIÇÃO NO CAR..... | 25 |
| 6.6. ELABORAÇÃO DE PROJETOS | 26 |
| 6.6.1. AÇÕES | 27 |
| 6.6.2. METODOLOGIA | 27 |
| 6.6.2.1. OBTENÇÃO DOS PERÍMETROS E DIAGNÓSTICO | 27 |
| 6.6.2.2. CALIBRAÇÃO DOS DADOS GEOGRÁFICOS E OBTENÇÃO DAS MÉTRICAS..... | 32 |
| 6.6.2.3. ELABORAÇÃO DOS PROJETOS..... | 32 |
| 6.6.2.3.1. PROJETO BÁSICO | 32 |
| 6.6.2.3.2. PROJETOS EXECUTIVOS | 33 |
| 6.6.2.3.2.1. SUBPROJETOS EXECUTIVOS DE RESTAURAÇÃO FLORESTAL | 33 |
| 6.6.2.3.2.2. SUBPROJETOS DE CONTROLE DE EROSIÃO | 36 |
| 6.6.2.3.2.3. SUBPROJETOS EXECUTIVOS DE ALTERNATIVA A DESSEDENTAÇÃO ANIMAL | 37 |
| 6.6.2.3.2.4. SUBPROJETOS EXECUTIVOS DE IMPLANTAÇÃO DE BARRAGINHAS..... | 38 |
| 6.6.2.3.2.5. SUBPROJETOS DE SANEAMENTO RURAL..... | 39 |
| 6.7. ACOMPANHAMENTO TÉCNICO DE OPERAÇÕES | 40 |
| 6.7.1. ENGAJAMENTO DE PRODUTORES RURAIS | 40 |
| 6.7.2. ASSESSORAMENTO TÉCNICO DOS PRODUTORES RURAIS..... | 41 |
| 6.7.3. ACOMPANHAMENTO TÉCNICO DA IMPLANTAÇÃO | 41 |
| 6.7.4. REGISTRO DAS AÇÕES DE ATO | 42 |
| 6.8. IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO | 42 |
| 6.8.1. AÇÕES | 42 |

| | |
|--|-----------|
| 6.8.2. METODOLOGIA | 44 |
| 6.8.2.1. PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES | 44 |
| 6.8.2.2. MODALIDADES DE RESTAURAÇÃO ECOLÓGICA..... | 45 |
| 6.8.2.2.1. CONDUÇÃO DA REGENERAÇÃO NATURAL | 46 |
| 6.8.2.2.1.1. PLANTIO DE ESPÉCIES NATIVAS EM ÁREA TOTAL | 48 |
| 6.8.2.2.1.2. SISTEMAS AGROFLORESTAIS COM FINS À RESTAURAÇÃO ECOLÓGICA | 49 |
| 6.8.2.3. DEFINIÇÃO DAS ESPÉCIES E PROPORÇÃO DOS GRUPOS DE PLANTIO | 51 |
| 6.9. PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS – PSA | 55 |
| 6.9.1. AÇÕES | 56 |
| 6.9.2. METODOLOGIA | 56 |
| 6.10. PESQUISA E DESENVOLVIMENTO | 58 |
| 6.10.1. AÇÕES | 58 |
| 6.11. GESTÃO E CONTROLE DA QUALIDADE NA RESTAURAÇÃO FLORESTAL | 59 |
| 6.11.1. AÇÕES | 59 |
| 6.11.1.1. INVENTÁRIO FLORESTAL DIAGNÓSTICO (REFERÊNCIA ECOLÓGICA) | 60 |
| 6.11.1.1.1. JUSTIFICATIVA TÉCNICA | 60 |
| 6.11.1.1.2. OBJETIVO..... | 61 |
| 6.11.1.1.3. MONITORAMENTO DA QUALIDADE..... | 62 |
| 6.11.1.1.4. MONITORAMENTO ECOLÓGICO (EFETIVIDADE) | 68 |
| 6.11.1.1.4.1. PARÂMETROS/INDICADORES..... | 69 |
| 6.11.1.1.4.2. PARÂMETROS | 70 |
| 6.11.1.2. INDICADORES | 72 |
| 6.11.1.2.1. RIQUEZA DE ESPÉCIES..... | 72 |
| 6.11.1.2.2. DENSIDADE DE REGENERANTES..... | 73 |
| 6.11.1.2.3. COBERTURA DE DOSSEL | 75 |
| 6.11.1.3. PARÂMETROS DOS INDICADORES ECOLÓGICOS..... | 75 |

| | | |
|----------------------|--|------------|
| 6.11.1.3.1.1. | ANÁLISE ESTATÍSTICA E TRATAMENTO DOS DADOS | 80 |
| 6.12. | CRITÉRIOS DE ENCERRAMENTO | 81 |
| 7 | INTERFACES DO PROGRAMA..... | 81 |
| 7.1 | INTERFACE COM OUTROS PROGRAMAS | 81 |
| 7.2 | OUTRAS MODALIDADES DE RESTAURAÇÃO | 82 |
| 7.2.1 | INTERFACE COM PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS | 82 |
| 7.2.2 | INTERFACE COM O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE NASCENTES DA BACIA DO RIO DOCE (PG27)..... | 82 |
| 7.2.3 | UNIDADES DE CONSERVAÇÃO - UC E UNIDADES DEMONSTRATIVAS - UD | 83 |
| 8 | CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO E ENTREGA DE RELATÓRIOS..... | 83 |
| 8.1 | CRONOGRAMA EXECUTIVO | 85 |
| 9 | RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO PROGRAMA | 86 |
| 10 | MEMBROS DO GT DE INDICADORES..... | 86 |
| 11 | MEMBROS DO GT DE REVISÃO DO PROGRAMA | 86 |
| 12 | REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 87 |
| 13 | ANEXOS..... | 97 |
| | ANEXO I - FICHAS DOS INDICADORES | 98 |
| | I00 – APPs e recarga hídricas recuperadas | 98 |
| | I01 - Riqueza de espécies | 99 |
| | I02 – Densidade de regenerantes | 100 |
| | I03 - Cobertura do dossel | 102 |
| | ANEXO II – METODOLOGIA DAS ATIVIDADES TÉCNICAS OPERACIONAIS..... | 104 |
| | ANEXO III – METODOLOGIA DO INVENTÁRIO FLORESTAL DIAGNÓSTICO DA BACIA DO RIO DOCE..... | 105 |
| | ANEXO IV – CHAVE DE INTERVENÇÃO | 106 |
| 14 | GLOSSÁRIO | 107 |

| | |
|---|----|
| Figura 1 - Área impactada entre a barragem de Fundão e a UHE Risoleta Neves | 3 |
| Figura 2 - Etapas da elaboração dos projetos..... | 27 |
| Figura 3 - Necessidade e intensidade de ações de restauração florestal, expressas nas diferentes metodologias possíveis. São inversamente proporcionais ao potencial de aproveitamento da regeneração natural nas fontes iniciais do processo de restauração (adaptado de Brancalion et, al. 2015) ... | 48 |
| Figura 4 - Metodologia de caminhamento para avaliação da qualidade do plantio. | 68 |

CT-FLOR

| | |
|---|----|
| Quadro 1 - Definição dos cenários e modalidades para recuperação de APPs e Áreas de Recarga Hídrica* | 31 |
| Tabela 2 - Informações detalhadas da metodologia de medições dos indicadores citados acima tais como: O que, como, quando, onde avaliar e a Meta do indicador | 65 |
| Quadro 3 - Cenários considerados e critérios de avaliação definidos para cada indicador e ambiente* | 71 |
| Quadro 4 - Projeção dos resultados esperados quanto a riqueza de espécies para cada cenário ao longo dos intervalos definidos. | 73 |
| Quadro 5 - Número de indivíduos propostos na avaliação da densidade de regenerantes para cada cenário analisado. | 75 |
| Quadro 6 – Parâmetros e indicadores para restauração. | 78 |

1. Apresentação

Em 05 de novembro de 2015, com o rompimento da Barragem de Fundão, de propriedade da SAMARCO S.A, localizada no Complexo Industrial de Germano, no município de Mariana – MG, foi liberado um volume estimado em cerca de 39 MMm³ (milhões de metros cúbicos) de rejeitos, sobre o curso do córrego Santarém, e por consequência nos rios Gualaxo do Norte, rio do Carmo, e Rio Doce.

Ao longo destes cursos hídricos, uma mistura de rejeitos, detritos vegetais e estruturas foram arrastados e depositados, ao longo das planícies de inundação, leitos dos rios principais e tributários, quando a onda de sólidos e água teve sua velocidade de deslocamento reduzida na Usina Hidrelétrica Risoleta Neves (Candongá), localizada a aproximadamente 113 km da barragem de Fundão, trecho que corresponde aos maiores impactos físicos, sociais e ambientais.



Figura 1 - Área impactada entre a barragem de Fundão e a UHE Risoleta Neves

Com o objetivo de reparar e compensar os danos causados pelo rompimento da barragem, em 02 de março de 2016 o Termo de Transação de Ajustamento de Conduta (TTAC) foi assinado pela Samarco, e suas acionistas, Vale S.A e BHP Billiton, com o Governo Federal, os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio),

CT-FLOR

a Agência Nacional de Águas (ANA), o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), a Fundação Nacional do Índio (Funai), o Instituto Estadual de com a atribuição de elaborar e executar todas as medidas socioambientais e socioeconômicas de reparação e compensação dos danos. Nesse contexto, as ações relacionadas a este tema foram transferidas da Samarco para a Fundação Renova (Fundação).

A Fundação Renova foi instituída em agosto de 2016 com a missão de implementar e gerir os programas de reparação, restauração e reconstrução das regiões impactadas pelo rompimento da barragem de Fundão. Seu papel é restaurar e restabelecer as comunidades e os recursos impactados pelo rompimento e, também, substituir ou compensar o que não é passível de remediação, sempre de forma eficiente, idônea, transparente e ética.

Um modelo de Governança para execução dos programas Socioambientais e Socioeconômicos foi estabelecido com objetivo de garantir o controle do Poder Público e/ou da sociedade, em instâncias de fiscalização e consultiva, e, mais recentemente, em um nível ativo de participação da população atingida na proposta e execução das soluções (TAC Governança). Foi estabelecido ainda um Comitê Interfederativo, constituído por representantes da União, do Governo dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, de municípios impactados, além de representante do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (CDH-Doce), que possui atribuições de orientação e validação dos atos da Fundação, bem como monitoramento, avaliação e fiscalização do alcance dos resultados previstos.

No âmbito da execução do Programa de Recuperação da Área Ambiental 1, foi instituído pelo CIF por meio da Deliberação 07/2016 a Câmara Técnica de Restauração Florestal e Produção de Água, com atribuição auxiliar o CIF no desempenho da sua finalidade de orientar, monitorar e fiscalizar a execução das medidas impostas no TTAC, compete à Câmara Técnica de Restauração Florestal e Produção de Água:

- I. Convidar representantes de órgãos ou entidades públicas diversas, considerando as respectivas competências institucionais, para compor a Câmara Técnica;

CT-FLOR

- II. Solicitar à Fundação ou entidades públicas ou privadas estudos e projetos quanto aos programas;
- III. Propor ao CIF as ações prioritárias dentro dos programas;
- IV. Elaborar notas técnicas com sugestão de encaminhamentos para deliberação do CIF;
- V. Receber documentos que se refiram aos programas;
- VI. Solicitar informações necessárias ao desempenho de suas atribuições;
- VII. Criação de grupos permanentes ou temporários para tratar de temáticas específicas.

A Cláusula 15, item II do TTAC, institui o eixo temático de RESTAURAÇÃO FLORESTAL E PRODUÇÃO DE ÁGUA.

Foram atribuídas a este programa as cláusulas a seguir:

SUBSEÇÃO 11.2: Programa de recuperação das Áreas de Preservação Permanente (APP) e áreas de recarga da Bacia do Rio Doce com controle de processos erosivos, de acordo com as seguintes medidas e requisitos de cunho compensatório.

CLÁUSULA 161: A FUNDAÇÃO, a título compensatório, deverá recuperar APPs degradadas do Rio Doce e tributários preferencialmente, mas não se limitando, nas subbacias dos rios definidos como fonte de abastecimento alternativa para os municípios e distritos listados nos parágrafos segundo e terceiro da CLÁUSULA 171 deste acordo, conforme as prioridades definidas pelo COMITÊ INTERFEDERATIVO numa extensão de 40.000 ha em 10 anos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Da área prevista no caput para a recuperação de APPs degradadas, 10.000 ha deverão ser executados por meio de reflorestamento e 30.000 há deverão ser executados por meio da condução da regeneração natural. PARÁGRAFO SEGUNDO: Para execução do presente PROGRAMA, fica estabelecido o valor mínimo de R\$ 1.100.000.000,00 (um bilhão e cem milhões de reais).

PARÁGRAFO TERCEIRO: Na hipótese de a execução das ações previstas no parágrafo primeiro custar um valor inferior a R\$ 1.100.000.000,00 (um bilhão e cem milhões de reais), a FUNDAÇÃO deverá realizar outras ações de

CT-FLOR

reflorestamento e/ou regeneração na área definida pelo COMITÊ INTERFEDERATIVO, até atingir o referido valor.

PARÁGRAFO QUARTO: A recuperação das APPs referidas no caput deverá seguir metodologia similar ao Programa Reflorestar, Produtor de Água ou iniciativas semelhantes, nos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Este programa também incorpora a cláusula 162 de fomento a cadeia de sementes e mudas, no entanto com orçamento específico previsto para essas atividades.

CLÁUSULA 162: Para fins da recuperação das áreas marginais e compensação das APPs degradadas, serão implementados projetos de produção de sementes e de mudas de espécies nativas florestais ou serão apoiados projetos correlatos com este mesmo objetivo, alinhados com os programas citados no parágrafo quarto da CLÁUSULA 161.

PARÁGRAFO ÚNICO: Nas APP's objeto de recuperação neste Programa deverá ser realizado também o manejo do solo visando à recuperação de áreas de erosão e priorizando-se as áreas de recarga da Bacia do Rio Doce.

2. Objetivo

Promover a recuperação de APPs e áreas de recarga hídrica degradadas do Rio Doce e tributários preferencialmente, mas não se limitando, nas sub-bacias dos rios definidos como fonte superficial de abastecimento alternativo para os municípios e distritos listados nos parágrafos segundo e terceiro da CLÁUSULA 171 deste acordo, conforme as prioridades definidas pelo COMITÊ INTERFEDERATIVO, através da deliberação 196/2018, numa extensão de 40.000 ha em 10 anos.

Este programa será executado diretamente pela Fundação Renova e/ou em cooperação com os governos dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

2.1. Objetivos específicos

- Promover a recuperação por meio de plantio direto de 10.000 ha de APPs e áreas de recarga hídrica degradadas do Rio Doce e tributários;
- Condução da regeneração natural de 30 mil ha de APPs e áreas de recarga hídrica degradadas do Rio Doce e tributários;

CT-FLOR

- Implementação do mecanismo de Pagamento de Serviços Ambientais prestados pelas áreas em recuperação;
- Implementação de projetos de produção de sementes e de mudas de espécies nativas florestais ou apoiar projetos correlatos com este mesmo objetivo, alinhados com os programas citados no parágrafo quarto da CLÁUSULA 161;
- Sem prejuízo das normas legais aplicáveis, a recuperação apontada no objetivo específico 1 poderá ser feito por meio de Sistemas Agroflorestais;
- Promover a integração do programa 26 com outros programas similares em execução, ou a serem executados, pelos governos do Espírito Santo e Minas Gerais, nos termos do parágrafo 4º da cláusula 161 do TTAC.

3. Premissas e Diretrizes

3.1. Premissas

- Período chuvoso de outubro a março, com maiores índices no mês de dezembro; no qual a precipitação varia de 800 a 1300 mm, e o período seco que se estende de abril a setembro, com estiagem mais crítica de junho a agosto, com precipitação variando entre 150 a 250mm, de acordo com o plano integrado de recursos hídricos da bacia do rio Doce;
- Períodos de veranico mais intensos dentro do período chuvoso;
- Condições edáficas desfavoráveis com 42,4% da bacia com agroecossistemas classificados de degradados a intensamente degradados;
- Região com histórico de uso intensivo do solo com manejo inadequado (médio rio doce);
- Utilização de ferramentas adequadas para promover o engajamento dos proprietários rurais para garantir a implantação;
- Região com baixa resiliência;
- Fomento ao uso sustentável do solo em áreas de recarga para regularização da vazão em época de seca;
- Incremento da biodiversidade pelo recrutamento de novas espécies;
- Utilização de espécies nativas da mata atlântica;

CT-FLOR

- Estabelecimento de uma rede de sementes e mudas para atendimento à cláusula 162;
- Participação no programa apenas de propriedades devidamente inscritas no Cadastro Ambiental Rural (CAR);
- Os fragmentos florestais em estágio médio e avançado de regeneração (conforme Resoluções CONAMA MG 392/2007 e ES 29/1994) não são objeto dos programas 26 e 27, glebas com essas características deverão ser protegidas apenas quando conectadas com áreas alvo do programa, porém não serão contabilizados no total de áreas de restauração definidas pelo TTAC nas cláusulas 161 e 163;
- Os fragmentos florestais em estágio inicial de regeneração só serão contabilizados se evidenciada a necessidade de ações de restauração florestal assistida (condução da regeneração natural, adensamento e enriquecimento dos grupos de espécies localmente comprometidos), não se limitando ao isolamento dos fatores de degradação (cercamento), garantindo inequívoca adicionalidade para recuperação da biodiversidade regional e retorno da área à sua trajetória ecológica de sucesso;
- É vedada a utilização da condução passiva como técnica para recuperação de fragmentos florestais;
- Deve-se utilizar estritamente critérios que assegurem relevância ecológica para nortear as ações do programa, priorizando áreas que promovam conectividade e formação de corredores, evitando fragmentação e consequente pulverização das ações.

3.2. Diretrizes

- As soluções estabelecidas para execução deste programa contemplam o atendimento às diretrizes estabelecidas na Seção II do TTAC: RESTAURAÇÃO FLORESTAL E PRODUÇÃO DE ÁGUA, e sua Subseção II.2: Programa de recuperação das Áreas de Preservação Permanente (APP) e áreas de recarga da Bacia do Rio Doce com controle de processos erosivos, de acordo com as medidas e requisitos de cunho compensatório.
- A Câmara Técnica de Restauração Florestal e Produção de Água, instituída por meio de deliberação 07/2016 do Comitê Interfederativo, é a responsável por orientar, acompanhar, monitorar e fiscalizar a execução

do Programa de recuperação das Áreas de Preservação Permanente (APP) e áreas de recarga da Bacia do Rio Doce com controle de processos erosivos, no que se refere ao cumprimento da cláusula 161 do TTAC.

- Considera-se na construção das soluções deste Programa suas inter-relações no âmbito dos demais programas socioambientais e socioeconômicos, especialmente quanto ao Programa de Recuperação de Nascentes.
- Seguir o Modelo Básico Operativo estabelecido pela Deliberação 27 de setembro de 2017 que aprovou as notas técnicas sobre o Termo de Referência para a elaboração do estudo de áreas prioritárias (NT 02;2016) a Nota Técnica 02001.001309/2016-16 e 02/2016, que trata do Posicionamento técnico e considerações adicionais referente à 3ª Reunião da Câmara Técnica de Restauração Florestal e Produção de Água, no âmbito do TTAC (SAMARCO), processo IBAMA nº 02001.000174/2016-63.
- A condução do programa prevê o envolvimento da comunidade científica e notório saber, com vistas ao incremento e construção do conhecimento, visando embasar as tomadas de decisões, avaliação e divulgação imparcial dos resultados.
- O processo de recuperação das áreas mobilizadas deve promover soluções que influenciam e fortaleçam o uso consciente do solo, por meio de metodologias participativas desenvolvidas junto à comunidade rural participante.
- A condução do Programa será realizada com base no conceito de Gestão Adaptativa, contemplando, testes pilotos em escala reduzida para refinamento de metodologias, análises críticas periódicas de performance, eventuais adequações conceituais e/ou metodológicas.
- As soluções propostas para recuperação das áreas mobilizadas devem considerar questões relacionadas à vocação e aptidão agrícola dos solos, com vistas a possibilitar o manejo aos diversos usos previstos, compatível a legislação em vigor.
- As ações a serem realizadas na área impactada consideram a dinâmica natural da área afetada tais como processos erosivos e o histórico de uso ocupação do solo

CT-FLOR

4. Requisitos e restrições

4.1. Requisitos

Normas vigentes na legislação ambiental que tangem a recuperação de áreas degradadas:

- Lei Nº 12.651/12
- Lei Nº 11.428/2006
- Decreto nº 8.972/17
- IN IBAMA Nº 04/2011
- IN ICMBio Nº 11/2014
- NBR 10703/89
- Notas Técnicas emitidas pela CT-Flor e deliberadas pelo CIF;
- Deliberações do CIF referente as ações relacionadas a este programa, em especial:
 - Atender as deliberações 14/2016, 44/2017, 62/2017 e 88/2017 que tratam do estudo de prospecção e diagnóstico dos viveiros da bacia do rio doce, sendo a última que aprova o estudo com ressalvas e traz o Parecer Técnico nº 11/2017-COREC/CGBIO/DBFLO, com pedidos de complementação;
 - Deliberação 65 e 108/2017 que estabelece critérios mínimos para adoção de pagamentos por serviços ambientais suportado pelas Notas Técnicas nº 02001.000489/2017-91 DBFLO/IBAMA, nº 001/2017/DCRE/IEF 10/03/2017 e s/nº IEMA/SEAMA/Reflorestar de 17/02/2017 e aprova com ressalvas o Termo de Referência para PSA;
 - Deliberação 87/2017 que revisa o relatório de entrega da proteção das primeiras 500 nascentes e traz elementos valiosos sobre a implantação nesta primeira campanha, com importantes sugestões de melhoria;
 - Deliberação 89/2017, que através do Parecer Técnico nº 13/2017-COREC/CGBIO/DBFLO, traz elementos importantes sobre a técnica a ser empregada na recuperação de nascentes;

CT-FLOR

- Deliberação 90, sobre o Termo de Referência para coleta de sementes e marcação de matrizes e traz o Parecer Técnico nº 12/2017-COREC/CGBIO/DBFLO com pedidos de complementação;
- Deliberação 270/2019, que aprova o cronograma anual e o detalhamento da proposta técnica do escalonamento da recuperação ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, em atendimento à Cláusula nº 161 do TTAC;
- Deliberação 365/2019, que aprova a definição programa de recuperação da áreas de preservação permanente e de recarga hídrica degradadas da bacia do rio doce.

4.2. Restrições

- Adesão ao programa é voluntária;
- Engajamento do produtor rural;
- Prazos de 10 anos definidos no TTAC para cumprimento da Cláusula 161;
- Estabelecimento do teto do valor do PSA com base em outros programas governamentais executados na bacia do rio Doce e trazidos pelo TTAC, como o Programa Reflorestar e Produtor de Águas;
- Pouca possibilidade de utilização de mecanização para plantio, em função da paisagem acidentada;
- Aplicação de herbicida em APP para o controle de espécies vegetais exóticas invasoras.

5. Justificativa

Em 05 de novembro de 2015, com o rompimento da Barragem de Fundão, de propriedade da SAMARCO S.A, localizada no Complexo Industrial de Germano, no município de Mariana – MG, foi liberado um volume estimado em cerca de 32 Mm³ (milhões de metros cúbicos) de rejeitos, sobre o curso do córrego Santarém, e por consequência nos rios Gualaxo do Norte, rio do Carmo, e Rio Doce, causando impactos severos sobre o solo, rios principais, tributários, vegetação e componentes da pedofauna.

O rompimento da barragem demandou uma ação emergencial de reparação do que foi destruído, com diversas atividades que vão desde a retificação de calhas

CT-FLOR

de drenagem até a estabilização do rejeito com plantio de gramíneas e finalmente restauração florestal.

Mas também estão previstos no TTAC programas compensatórios de recuperação de áreas de preservação permanente – APPs (Subseção II.2), conservação da biodiversidade (Seção III) e fomento à implantação do Cadastro Ambiental Rural – CAR e respectivo Programa de Regularização Ambiental – PRA (Seção VII - Gestão e Uso Sustentável da Terra) e Reconstrução das Infraestruturas Impactadas.

Para estas ações de cunho compensatório, a ideia seria ir além dos danos provocados nas áreas diretamente impactadas pelo evento. No presente caso, o rompimento da barragem revelou uma dependência hídrica de diversos municípios ao longo da calhado do rio Doce e uma das poucas possibilidades para suprir esta demanda eram os mananciais alternativos existentes ao longo da região.

No entanto, o cenário de degradação das áreas de drenagem dos mananciais não garantiria a perenidade deste serviço. Dessa forma, uma das principais justificativas para a recuperação dos 40.000 ha de APP e de 5.000 nascentes seria justamente a contribuição da cobertura florestal para a regularização da vazão em áreas de vulnerabilidade da bacia, sobretudo àquelas de drenagem desses mananciais alternativos.

A importância de recuperação dessas áreas é explicitada, por exemplo, em uma das principais entregas trazidas pelo Termo de Referência de definição de critérios de priorização de áreas para recuperação ambiental na bacia do rio Doce, aprovado pela deliberação nº 27/2016 e pela Nota Técnica Nº 01/2017/IBIO, que apresenta como critérios de priorização das nascentes, diversos aspectos de vulnerabilidade hídrica da bacia.

Portanto, tendo em vista o vínculo da restauração florestal com a regularização da vazão hídrica, a visão estratégica da Fundação Renova para o pleno cumprimento do TTAC se baseada em dois pilares principais: (i) abordagem integrada do uso sustentável do solo em áreas de recarga hídrica e; (ii) pleno engajamento do proprietário rural nos programas de recuperação de APPs e nascentes. Ambos os pilares associados ao objetivo do programa, trazem uma visão de recuperação baseada em aspectos ambientais, sociais e econômicos.

CT-FLOR

A abordagem integrada do uso do solo considera que a recarga hídrica em uma bacia não ocorre somente em APP, e que associar a regularização da vazão somente com a recuperação dessas áreas pode representar um equívoco. O uso adequado do solo em uma área de drenagem representa ganhos em termos de quantidade e qualidade de água e só pode ser alcançado integrando recuperação florestal em áreas estratégicas com práticas agrícolas adequadas (SOUZA, 2016; TUCCI; CLARKE, 1997).

Desta forma, projetos que objetivem conservar e recuperar APPs devem considerar outras áreas de recarga da bacia em suas ações, de modo a torná-las mais eficientes quanto à sua capacidade de infiltração e à diminuição do escoamento superficial. Assim, qualquer planejamento, no sentido de conservar ou recuperar tem como princípio básico criar condições favoráveis para infiltração de água no solo, indo se depositar num aquífero que irá abastecer uma ou mais nascentes que se encontrem associadas a ele.

Neste contexto, a infiltração deve ser pensada para toda a bacia, principalmente para suas áreas de recarga hídrica e não apenas para as áreas mais próximas às nascentes e outras APPs, fazendo-se necessário um diagnóstico a nível de paisagem para definição do planejamento a nível regional (LIMA, 1996). Neste ponto, a visão social e econômica é indissociável da ambiental, já que o componente humano representa a espinha dorsal do programa.

Aqui, o outro pilar representa a engrenagem da ação, tendo em vista que o engajamento do proprietário rural é o que garante a perenidade das ações, fazendo com que o indivíduo se torne o multiplicador e o maior responsável pelo sucesso do programa. Sem o seu entendimento e participação, seria necessário empregar um esforço de fiscalização para garantir o sucesso do programa que seria inviabilizado em termos de custo, e mesmo assim, nada garantiria que depois que a Fundação Renova “saísse de cena” tudo não estaria comprometido.

A estruturação da estratégia do programa sobre os dois pilares descritos acima derivou dos resultados obtidos no Workshop de Restauração Florestal no Vale do rio Doce, realizado pela Fundação Renova em maio de 2017. O evento contou com ampla participação social, representado por organizações governamentais e não governamentais, instituições de ensino e pesquisa, empresas, consultorias, ministério público entre outras.

CT-FLOR

As discussões do Workshop foram construídas sobre quatro eixos principais: (i) gestão e planejamento da paisagem; (ii) oportunidades socioeconômicas na cadeia produtiva da restauração; (iii) restauração de baixo custo para ganho de escala e seu impacto nos benefícios e sustentabilidade dos projetos e; (iv) modelo de governança para a restauração florestal e reflorestamento.

Nos resultados obtidos, em todos os eixos fica clara a necessidade de colocar o proprietário rural como protagonista das ações e de pensar as ações de restauração não somente para um viés ambiental, mas também econômico e social e em escala de paisagem, visando a integração das ações num primeiro momento na propriedade rural e posteriormente na microbacia. Portanto, os pilares uso sustentável do solo em áreas de recarga hídrica e engajamento proprietário estão em plena harmonia com a estratégia dos programas e têm um maior potencial de impacto em longo termo.

Dessa forma, para que seja possível operacionalizar os dois pilares mencionados acima é necessário que o programa de recuperação de APP utilize como uma de suas bases o conceito do Desenvolvimento Rural Sustentável, considerando o contexto social, econômico, ambiental e cultural em que as propriedades rurais estão inseridas.

Esta abordagem enseja que o foco esteja nas interações de sistemas vivos e complexos, integrando programas e comunidades, em detrimento do foco apenas nos sistemas de produção e no controle das entradas, buscando otimizar saídas (PINHEIRO, 2000).

Desta forma, admite-se que o processo recuperação vai além do simples ato de restaurar florestas em APP, mas sim de harmonizar os diferentes objetivos, buscando o equilíbrio social, econômico e ambiental das propriedades, o que exigirá a implementação de diversas ações complementares, assim como a integração entre os diversos programas executados pela Fundação.

Nesta ótica, o planejamento conservacionista aplica o conceito de aptidão e capacidade de uso da terra, que segundo (LEPSCH et al., 2015), pode ser definida como a adaptabilidade natural da terra às diversas formas de utilização, sem que ocorra degradação.

CT-FLOR

Todos os aspectos de interesse para os agricultores e comunidades deverão ser considerados, indicando as áreas que deverão ser destinadas a cada tipo de ocupação, assim como a forma de fazê-lo em sinergia com a infraestrutura natural, cultura local e a expectativa de rentabilidade econômica da exploração agrícola, norteando o planejamento da paisagem para um conjunto de intervenções que viabilize a geração valor para a bacia hidrográfica e que possibilite o atendimento cumprimento integral do TTAC. Portanto, a produção hídrica pode ser definida como a adaptabilidade natural da terra às diversas formas de utilização, sem que ocorra degradação.

Além dos ganhos sociais, econômicos e ambientais - neste caso específico tendo a água como principal saída, diversos outros serviços ecossistêmicos poderão ser produzidos pela restauração florestal. Estes serviços são definidos como produtos e processos naturais gerados por ecossistemas que sustentam e completam a vida humana (MA, 2005). (ARONSON et al., 1993) descreve quatro categorias de benefícios às pessoas: serviços de provisão, de regulação, de suporte e culturais. Exemplos incluem provisão de água, regulação de enchentes, proteção do solo e controle de erosão, manutenção do clima (sequestro de carbono), polinização de cultivos e serviços culturais para preencher as necessidades recreativas, intelectuais e espirituais.

6. Etapas de execução

As etapas de execução previstas para o atendimento da cláusula 161 do TTAC são:

1. Definição de áreas prioritárias;
2. Edital do Programa;
3. Fomento a cadeia de viveiros e mudas;
4. Mobilização;
5. Apoio na inscrição no CAR;
6. Elaboração de projetos;
7. Acompanhamento Técnico de Operações;
8. Implantação e manutenção;
9. Pagamento por serviços ambientais – PSA;
10. Pesquisa e desenvolvimento;

11. Gestão e controle da qualidade na restauração florestal.

6.1. Definição das áreas prioritárias de recuperação

O estudo de áreas prioritárias é uma exigência trazida pelas deliberações nº 11 e 27/2016, que aprovaram a necessidade da execução de um estudo para definir as áreas prioritárias e o termo de referência para a definição dos critérios de priorização para recuperação ambiental de 40 mil ha na bacia do rio doce.

6.1.1 Ações

Os respectivos planos de trabalho, baseados no termo de referência mencionado contam com 5 etapas de ação em formas de produto:

- P0 –Elaboração do plano de trabalho;
- P1 – Mapeamento de mananciais alternativos na área de captação;
- P2 – Cadastro das Instituições Governamentais e não governamentais, com ações de restauração na bacia do rio Doce;
- P3 – Mapeamento das áreas prioritárias para recuperação ambiental e;
- P4 – Proposta técnica de escalonamento das áreas a serem recuperadas (anual) conforme priorização.

6.1.2 Metodologia

As metodologias utilizadas nos produtos P0, P1, P2 e P3, já protocolados e aprovados pela deliberação 196/2018.

De maneira sucinta, o produto 1 (P1) tem por objetivo o mapeamento dos mananciais alternativos para abastecimento nos municípios afetados pelo rompimento da barragem de Fundão, a partir de dados georreferenciados referentes à proximidade dos municípios, capacidade de atender à demanda da população (quantidade) e ao padrão de qualidade da água. Os resultados do mapeamento serão cruzados com os pontos de captação propostos pela FR e validados pelas operadoras dos serviços de abastecimento objetivando confirmar a importância daquelas regiões ou apontar novas possíveis áreas de captação. As bacias de drenagem de cada manancial serão delimitadas visando definir a região de interesse para a subsequente priorização de áreas para restauração.

CT-FLOR

O Produto 2 (P2) tem como objetivo elaborar um cadastro de instituições que atuam em atividades de restauração florestal na Bacia do Rio Doce com base em uma consulta aos atores do território e mapear e qualificar os programas e projetos em curso ou em planejamento na Bacia. Esse cadastro permitirá a identificação de sobreposição de esforço entre esses atores e a Fundação Renova, sinergias entre programas e gargalos existentes para o ganho de escala necessário para o cumprimento das obrigações do TTAC.

O Produto 3 (P3) utiliza como de ponto de partida para a priorização, a realização de um recorte territorial das áreas dentro da bacia tendo em vista os estudos já realizados, a identificação de APPs e RL em zona de recarga degradadas, e a favorabilidade à condução à regeneração natural. As câmaras técnicas de florestas (CT-FLOR) e segurança hídrica e qualidade da água (CT-SHQA) demandaram dois estudos que identificam os mananciais alternativos para abastecimento e por isso fornecerão o ponto de partida para a priorização da recuperação dos 40 mil ha. Na sequência serão especificadas as áreas de preservação permanente (APP) e de RL em zona de recarga hídrica calculados com base em modelos espacialmente explícitos. Todas essas as áreas poderão ser alvo dos 10 mil ha de implementação de SAFs e plantio total de espécies nativas, porém somente as áreas com alta favorabilidade à regeneração natural serão consideradas na priorização da implementação dos 30 mil ha de restauração florestal identificadas através de modelo também espacialmente explícito. Após definir o recorte territorial do estudo, serão considerados os critérios de priorização individualmente e depois de modo integrado. Em particular, serão identificadas as fontes de degradação e vulnerabilidade ambiental e os critérios socioeconômicos ligados à vulnerabilidade social da população na região. Visto que nas áreas de plantio total é possível considerar a implementação de SAFs nas modalidades previstas pelo Código Florestal, para a priorização dos 10 mil ha será considerado também a vocação agroflorestal da região. Nessa análise será levado em consideração o cadastro das instituições com ações de restauração florestal realizado pelo P2 desse Termo de Referência. Para a construção de cada um dos critérios será realizada uma análise multicritério hierárquica que irá considerados parâmetros técnicos presentes na literatura que indicam a importância relativa de diferentes fatores. Desse modo fatores de maior relevância relativa (ex. suscetibilidade à erosão e renda per

CT-FLOR

capita) terão um peso maior na definição do critério do que outros fatores (ex. evapotranspiração e nível educacional). A construção do mapa final de priorização pela análise multicritério hierárquica implica na definição de pesos para os diferentes critérios. A seleção de áreas com prioridade de reflorestamento e de regeneração depende fortemente dos objetivos da ação de recomposição como, a conservação da biodiversidade, o controle da erosão, a regularização hídrica, entre outros. A identificação das áreas prioritárias pode ser vista, então, como uma questão de planejamento multiobjectivo, em que critérios ambientais e outras questões socioeconômicas estão envolvidas (KANGAS; LESKINEN, 2005). Sendo assim a definição dos pesos dos critérios e validação do modelo será realizada por meio da consulta a especialistas da área, da expertise dos membros da equipe de trabalho, da consulta a literatura especializada. Esses resultados serão discutidos e calibrados com atores locais relevantes através da realização de oficinas na bacia do rio Doce. Desse modo, será possível obter respostas da comunidade local no nível da paisagem e contribuir para o engajamento na implementação das ações de restauração florestal.

O Produto 4 (P4) que é a proposta técnica de escalonamento das áreas a serem recuperadas, diferenciando as áreas de reflorestamento e de regeneração natural, com cronograma anual, conforme priorização identificada e os limites definidos na Cláusula 161 do TTAC, mantendo a proporcionalidade ali prevista. O produto apresentado e aprovado pela CT-Flor trata de uma metodologia para escalonamento espaço-temporal e uma proposta de intervenção segundo os critérios de priorização estabelecidos pelo Produto 3.2 e parâmetros que buscam refletir a importância relativa entre mananciais alternativos com obras de captação de água em diferentes estágios, conforme dispõe a Cláusula 171 do TTAC.

6.2. Edital do programa

O edital do programa de recuperação de APPs e Recarga Hídrica surge a partir das observações e lições aprendidas do edital Piloto de PSA, lançado em 2018, e ainda tem suas premissas amparadas na deliberação CIF 065/2017. O edital de mobilização deverá ficar aberto permanentemente e ampliado para toda área definida como prioritária no estudo definido como "P3", com link para inscrição

CT-FLOR

disponível na página principal do site da Fundação Renova, até a mobilização de toda meta prevista.

6.2.1. Ações

Para o lançamento dos editais, uma das primeiras etapas será estabelecer unidade de gestão para um núcleo de governança. Esta governança contará com parceiros locais e será denominada Unidade de Gestão Regional (UGR). A UGR será formalizada com objetivo de prestar apoio institucional e operacional à implementação do Programa em atividades e em ações que visem a minimizar perdas de água e a fomentar o uso sustentável do solo e dos recursos hídricos; avaliar e divulgar os resultados da implantação do Projeto, entre outros.

A partir da formalização da UGR, os editais serão lançados de acordo com cronograma estabelecido pelo P4 do estudo de priorização de áreas e aprovado pela CT-Flor através da NT 01/2019/CT-FLOR/GABIN e deliberação CIF 270.

Com as localidades aprovadas, iniciar-se-á a formalização de Unidades de Acompanhamento Local nas bacias a serem contempladas pelo edital para a formalização de estrutura capaz de auxiliar na divulgação e inscrição dos proprietários ou produtores rurais no edital.

Os editais serão abertos contendo toda a cesta de oportunidades disponível ao proprietário rural com as respectivas contrapartidas. Ainda para um melhor entendimento das regras do edital, será elaborado pela comunicação da Fundação Renova cartilha explicativa dos principais itens constantes no documento.

Adicionalmente, a Fundação Renova realizará busca ativa por áreas relevantes para recuperação, devendo solicitar apoio aos órgãos de fiscalização e controle estaduais e federais, Ministério Público e Poder Judiciário na mobilização de produtores rurais com passivos ambientais dentro da área prioritária definida nos estudos "P3".

Áreas de passivos ambientais, sujeitas à restauração florestal, decorrentes de ações judiciais e/ou extrajudiciais, incluindo TAC, poderão ser recuperadas por este programa, ficando às ações restritas à restauração florestal, sem previsão de inclusão em mecanismo de PSA. Nesse caso, deverão ser priorizadas áreas nas quais a execução das obrigações já se mostrou infrutífera em juízo.

CT-FLOR

rurais, assim como apoiar as prefeituras interessadas participantes do programa de recuperação de APPs e áreas de recarga hídrica.

Lançamento dos Editais:

Os editais serão publicados na internet e a sua divulgação deverá abranger as mais variadas estratégias, com o objetivo de fazer com que a informação chegue ao público alvo a ser atendido.

Os produtores participantes do programa farão sua adesão através das regras estabelecidas em cada edital, o qual deverá conter de forma clara todas as etapas de implantação do programa.

A seleção dos participantes será feita por ordem de inscrição, não cabendo para esse fim a utilização de critérios de ranqueamento.

6.3. Fomento da cadeia de viveiros e mudas

De acordo com a cláusula 162 do TTAC “para fins da recuperação das áreas marginais e compensação das APPs degradadas, serão implementados projetos de produção de sementes e de mudas de espécies nativas florestais ou serão apoiados projetos correlatos com este mesmo objetivo, alinhados com os programas citados no parágrafo quarto da CLÁUSULA 161”. Além do programa específico da cláusula 161, a Fundação Renova entende que a mesma iniciativa poderia atender as demandas da cláusula 159 e 163. Portanto, de forma a suprir as demandas de sementes e mudas previstas para o atendimento das cláusulas mencionadas e ao mesmo tempo cuidar para que não haja a um impacto socioeconômico negativo desta atividade e que ao mesmo tempo seja possível deixar um legado para a bacia no que tange a esta atividade, a Fundação Renova entende que a melhor alternativa seria a criação de uma rede de sementes e mudas na bacia – a Rede rio Doce de sementes e mudas. O objetivo desta rede seria capacitar stakeholders e agregar competência institucional a um conjunto de produtores de sementes de mudas, de forma que pudessem em alguns anos trabalhar como associação independente e ter a Fundação Renova como mais um de seus clientes, talvez durante alguns anos o principal, mas jamais o único. A rede de mudas poderá ser composta por parte dos viveiristas já existentes na bacia e a de sementes será criada a partir da formação ou reconhecimento da figura do coletor de sementes. A produção de mudas e sementes poderia

CT-FLOR

contemplar, além de espécies nativas, outras com potencial de negócio, como agroflorestais e exóticas. Para viabilizar esta agenda, a Fundação Renova fomentará parcerias com outras instituições com conhecimento consolidado nesta temática e promoveria uma série de oficinas para identificação de lideranças, capacitação e trocas de conhecimento. Além disso, acompanharia por pelo menos três anos todo o processo - desde a produção de sementes e mudas em si (etapas mais técnicas) até a gestão do negócio propriamente dito.

6.3.1. Ações

As ações para a incubação da rede são divididas em estruturantes e de execução. As estruturantes visam garantir a criação da rede e o bom funcionamento da mesma e as executivas são de produção de semente e mudas para atender as demandas das cláusulas citadas anteriormente.

6.3.2. Metodologia

6.3.2.1. Ações estruturantes

As ações estruturantes consistem em um conjunto de atividades que tem por objetivo incubar a rede de sementes e dar capacidade institucional para que a rede funcione sem que haja vínculo umbilical com a Fundação Renova. Além de agregar a capacidade mencionada, as ações estruturantes também compreendem o acompanhamento e suporte técnico a produção, além do monitoramento de indicadores. De maneira geral, as ações estruturantes são divididas em 3 etapas, a de planejamento, de execução e de monitoramento. A relação abaixo apresenta uma lista de atividades mínimas contempladas:

- Planejamento
 1. Planejamento da produção de sementes;
 2. Planejamento da produção de mudas;
 3. Estabelecimento do plano logístico para coleta e distribuição de sementes;
 4. Estabelecimento do plano logístico de distribuição de mudas;
 5. Diagnóstico para identificação e estabelecimento de grupos coletores;
 6. Precificação das sementes e mudas;

CT-FLOR

7. Estabelecimento protocolo de monitoramento e indicadores quali-quantitativos de produção e da REDE.
- Execução
 1. Mobilização contínua dos coletores;
 2. Mapeamento dos fragmentos;
 3. Capacitação dos coletores e técnicos das casas de sementes;
 4. Capacitação dos viveiristas;
 5. Elaboração de materiais didático-pedagógicos;
 6. Pesquisa por mercados consumidores;
 7. Legalização da produção;
 8. Acompanhamento e suporte técnico;
 9. Análise da qualidade.
 - Monitoramento
 1. Monitoramento quali-quantitativo dos indicadores.

6.3.2.2. Ações executivas

- Sementes
 1. Marcação e monitoramento das áreas de coleta;
 2. Coleta de sementes;
 3. Beneficiamento e secagem;
 4. Armazenamento;
 5. Transporte para a casa de sementes;
 6. Transporte para viveiros, comercialização ou muvuca;
- Mudas
 1. Aquisição de sementes e/ou materiais vegetativos;
 2. Produção de mudas;
 3. Transporte das mudas;

Os parâmetros técnicos para a coleta de sementes seguirão o Termo de Referência aprovado pela deliberação 133/2017.

CT-FLOR

6.4. Mobilização

6.4.1. Ações

A metodologia de trabalho é dividida em duas fases distintas – etapas regionais e etapas individuais. As etapas regionais compreendem atividades em escala de microbacias e determinado conjunto de propriedades, e as individuais a escala da propriedade agrícola. Os eventos previstos na etapa regional contam com processos participativos junto aos comitês de bacia, prefeituras e a população em geral. As ações envolvem desde o diagnóstico de aptidão para recarga hídrica até a promoção de eventos de mobilização.

As ações de mobilização se iniciam com o lançamento do edital e seguem o fluxo para divulgação e inscrição.

6.4.2. Metodologia

6.4.2.1. Divulgação e inscrições

A divulgação se inicia com um convite para os produtores rurais que pretendem recuperar áreas de preservação permanente naquela região, mas que não se encerra ali naquele espaço delimitado, uma vez que este tipo de intervenção exige participação emancipatória entendida como a ação de ser (fazer) parte de processos de transformação social.

Como o convite para participar será realizado em um determinado espaço geográfico envolvendo os diferentes segmentos da sociedade naquele território, a participação das prefeituras e comitês de bacias se torna essencial, por isso que este processo inicial deverá ser coordenado por estes atores através das Unidades Acompanhamento Local. No entanto, será de responsabilidade da Fundação Renova elaborar e imprimir as peças gráficas e submeter à aprovação destes, com prazos previamente acordados.

Na reunião, será apresentado o edital de Adesão ao Programa de Recuperação de APPs e áreas de recarga hídrica e realizar um cadastro dos interessados em fazer esse tipo de intervenção em seu estabelecimento rural.

Para isso, a reunião terá duração de 3 horas, sendo a primeira etapa de apresentação e esclarecimentos sobre o programa, direitos e deveres dos

CT-FLOR

produtores que aderirem. Na ocasião serão distribuídas cartilhas que trazem maior detalhamento do referido edital.

6.5. Apoio a inscrição no CAR

6.5.1. Ações

Uma vez que a deliberação 65 do CIF em seu item 1.3 – Diretrizes para o Edital de PSA estabelece como critério mínimo de elegibilidade ao programa de Recuperação de Áreas de Preservação Permanente e Recarga Hídrica a obrigatoriedade de inscrição no CAR, cabe a Fundação Renova prover para todos os postulantes a inscrição no CAR, caso não possuam.

6.5.2. Metodologia

6.5.2.1. Verificação da inscrição no CAR

Para elaboração do CAR é apresentada ao produtor (proprietário/posseiro) uma proposta de apoio para a elaboração. A adesão se dá por meio da assinatura de um Termo de Permissão de Coleta e Uso dos dados do CAR.

Todo processo de elaboração do CAR é feito em conjunto com o proprietário/posseiro ou membro do núcleo familiar. São agendadas visitas em campo para conferência da paisagem, hidrografia, nascentes e fragmentos de vegetação nativa presentes no imóvel, de forma a identificar todos os elementos exigidos para a elaboração do CAR.

Após o envio do CAR para o SICAR, é gerado o Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no CAR que será entregue, juntamente com os dados e instruções de acesso ao CAR, para o proprietário/posseiro ou membros do núcleo familiar.

Para elaboração do CAR será utilizado o Módulo de Cadastro do SICAR disponível no www.car.gov.br. A metodologia de inscrição seguirá as disposições contidas no Decreto Federal nº 7.830/12, na Instrução Normativa do MMA nº 02/2014, bem como no Manual do Usuário disponibilizado pelo Serviço Florestal Brasileiro (MMA/SFB, 2010). Outro instrumento de consulta constante é o Manual do Usuário do IEF/MG e dos Manuais de uso do SIMLAM do IDAF/ES.

Para realizar as conferências das informações geoambientais declaradas em cada CAR, é feito o download das bases cartográficas no site

CT-FLOR

<http://www.car.gov.br/publico/imoveis/index> . Essas informações são confrontadas com dados oficiais e estudos disponibilizados pelos órgãos ambientais e com os dados de levantamentos em campo e estudos realizados pela Fundação Renova. Na etapa de levantamento de campo todo o mapeamento a ser utilizado para o CAR é validado junto ao produtor rural.

São conferidas todas as informações exigidas pelo Art.29 da Lei 12.651/12 e do Art. 14 da IN MMA nº 02/2014, a saber: área do imóvel; área de remanescentes de vegetação nativa; área de Reserva Legal; áreas de Preservação Permanente; áreas de uso consolidado; áreas de uso restrito; áreas de servidão administrativa; e áreas de compensação.

6.6. Elaboração de projetos

O Projeto Individual da Propriedade (PIP) é uma ferramenta utilizada pelo Programa Produtor de Água, concebido pela Agência Nacional de Águas (ANA) em 2004 e com início em 2011, após de um acordo de cooperação técnica entre diversas instituições, entre elas: a Agência Nacional de Águas (ANA), a Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal (ADASA), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e a Fundação Universidade de Brasília (FUB). O Programa Produtor de Água é um projeto de revitalização de bacias hidrográficas, no entanto, a sua aplicação perpassa também pela Assistência Técnica e Extensão Rural (SATURNINO, 2015).

A sugestão da utilização dessa ferramenta vem das deliberações CIF nº 27 e 65, no qual os PIPs seriam direcionados para elegibilidade e ranqueamento dos produtores rurais para receber o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), no âmbito dos programas 26 e 27. No entanto, tendo em vista as peculiaridades encontradas nos programas Fundação Renova, o conceito do PIP inicialmente trazido pelos programas e autor acima foi customizado a realidade dos programas desenvolvidos pela Fundação Renova a Figura 2 demonstra as etapas de elaboração dos projetos.



Figura 2 - Etapas da elaboração dos projetos.

6.6.1. Ações

- Obtenção dos perímetros em campo;
- Calibração dos dados geográficos e obtenção das métricas;
- Elaboração dos projetos:
 - Projeto básico
 - Projetos executivos

Os projetos restauração florestal (PIPs) serão realizados individualmente por propriedade, e havendo a necessidade, poderão ainda contemplar as seguintes práticas:

- Controle de erosão;
- Alternativa a dessedentação animal;
- Implantação de barraginhas;
- Implantação de ações de saneamento rural;
- Acompanhamento técnico de operações (ATO).

6.6.2. Metodologia

6.6.2.1. Obtenção dos perímetros e diagnóstico

Previamente a etapa de elaboração de projetos, outras equipes são responsáveis por mobilizar os produtores rurais, elaborar o CAR (com o uso do

CT-FLOR

solo) e obter o perímetro das áreas que serão recuperadas, com o consentimento do produtor rural. Esta última etapa ainda conta com o piqueteamento em campo.

Com o perímetro em mãos, a equipe responsável pela elaboração dos projetos deverá primeiro voltar a campo para aferir o uso do solo da propriedade, delimitar as respectivas Unidades de Trabalho (UT), Unidades de Referência (UR), Unidades de Intervenção (UI) e então executar o diagnóstico do uso do solo nestas últimas.

Unidade de Trabalho (UT)

A Unidade de Trabalho é a classe de referência para quantificar o perímetro da área que será recuperada. É sobre esta medida que diversos insumos, como cerca, são calculados. Dentro de uma Unidade de Trabalho é possível encontrar diversas Unidades de Referência.

Unidade de Referência (UR)

As Unidades de Referência são classificadas de acordo com aspectos da paisagem local, podendo ser divididas nas seguintes classes: Nascente (NA), APP Corpo Hídrico (CH); Área de Recarga Hídrica (RE); APP Topo de morro (TM); APP Tabuleiro (TA), Reserva Legal (RL), APP de áreas de uso restrito (UR), dentre outras. Para as classes de APP a regra de delimitação que se aplica é a do novo código florestal.

Unidade de Intervenção (UI)

Uma Unidade de Referência pode comportar diversas Unidades de Intervenção (UI), que são as áreas que recebem um diagnóstico específico. Por exemplo, uma APP de Corpo Hídrico – CH, pode ser diagnosticada em pasto com moderada densidade de regenerantes, solo exposto, fragmento florestal e assim receber prescrições de projetos diferentes.

Após a definição dos respectivos polígonos com as unidades que serão trabalhadas, os técnicos de campo realizam o diagnóstico da área através da aplicação de uma chave de intervenções. A chave de intervenções é uma ferramenta produzida pelos técnicos da Fundação Renova a partir de Brancalion et. al (2015) e sua chave para seleção de métodos de restauração. Trata-se de uma adaptação do método do autor com objetivo propor soluções para os

CT-FLOR

cenários de degradação encontrados nas propriedades rurais, de acordo com as características de cada região. O método de funcionamento da ferramenta consiste na identificação, em ambiente SIG, do uso e cobertura do solo da propriedade e aplicação de diagnósticos específicos. Para cada classe de diagnóstico existe uma intervenção vinculada, compondo as atividades necessárias à execução de um projeto de restauração – ativa ou assistida. De maneira abrangente, deve-se levar em consideração a densidade de indivíduos regenerantes para sugerir o melhor método de restauração a ser utilizado. O Quadro 1 abaixo apresenta as diferentes densidades de indivíduos e os respectivos métodos sugeridos.

Classes de diagnóstico pertencentes a coberturas do solo semelhantes e contíguas são unificadas a maior área sempre que a menor tiver menos de 0,5 ha. Por exemplo, caso haja dois diagnósticos dentro da classificação de uso “pastagem”, sendo o primeiro “Pasto cobrindo toda a superfície do solo - APP e ARH” com 1,5 ha, e o segundo, “Pasto com baixa densidade de espécies regenerantes - APPs e ARH” com 0,4 ha, o que possuir 0,4 ha deverá ser incorporado pelo maior, ou sejam, considerado como “Pasto cobrindo toda a superfície do solo - APP e ARH”. Essa medida, como dito anteriormente, só é tomada em classes com o mesmo uso do solo, não podendo ser feito, por exemplo, pasto com fragmento. A razão para isto, é de evitar uma proliferação de pequenos polígonos de projetos, quando muitos deles podem ser unificados. O anexo IV traz a planilha que será utilizada como chave de decisão para execução do diagnóstico das áreas, com as diferentes variáveis que influenciam a definição dos métodos, bem como àquelas que são determinantes para manutenção do teto orçamentário aprovado.

Importante destacar que outras situações de uso e cobertura do solo poderão aparecer. Nestes casos a chave poderá ser revisada para que tais classes sejam incluídas.

A chave trabalha não só o diagnóstico dessas áreas como também as respectivas ações de recuperação previstas. A chave, além do uso do solo e diagnóstico, é dividida em 6 ações de recuperação e suas respectivas intervenções, distribuídas da seguinte forma:

- 1º Ação de recuperação - Isolamento dos fatores de degradação;

CT-FLOR

- 2º Ação de recuperação - Recuperação do Solo;
- 3º Ação de recuperação – Plantio ou condução da regeneração;
- 4º Ação de recuperação – Replantio;
- 5º Ação de recuperação - Manutenção/Manejo;
- 6º Ação de recuperação – Monitoramento.

Cada uma das ações acima é composta por uma série de atividades. A construção do projeto nessas bases otimiza atividade em campo, utiliza a ferramenta GIS como um catalizador e agrega ganho de escala à elaboração dos projetos. Além disso, confere maior controle dos tipos de projetos que serão elaborados e estabelece um padrão para elaboração, tornando possível vincular uma etapa a outra fazendo a produção de projetos acontecer em cadeia, ou seja, para cada ação de recuperação prevista na chave de intervenções, há uma série de atividades a serem desenvolvidas, com estimativas de insumos, serviços e preços pré-estabelecidos, de forma que ao final, tenhamos um projeto completo, com todos os esforços e valores previstos no corpo. É importante saber que esta é uma ferramenta dinâmica e que, portanto, pode ser melhorada face a uma nova realidade trazida pelos técnicos de campo. A versão atual já representa um grande esforço da equipe em isolar boa parte dos cenários encontradas e foi construída em meses de trabalho. O anexo IV apresenta essas ações e suas respectivas intervenções.

Quadro 1 - Definição dos cenários e modalidades para recuperação de APPs e Áreas de Recarga Hídrica*

| | | APP, ARH, nascentes |
|-----------|--|------------------------------|
| ATIVA | C – Baixo Potencial ou SEM regeneração | < 800 ind/ha |
| | B – Médio Potencial | 800 a 1600 ind/ha |
| ASSISTIDA | A – Alto Potencial | > 1600 ind/ha |
| | 0 – Frags inicial | Resolução CONAMA MG 392/2007 |

* *Os fragmentos florestais em estágio inicial de regeneração só serão utilizados no programa se evidenciada a necessidade de ações de restauração florestal assistida (condução da regeneração natural, adensamento e enriquecimento dos grupos de espécies localmente comprometidos), não se limitando ao isolamento dos fatores de degradação(cercamento), garantindo inequívoca adicionalidade para recuperação da biodiversidade regional e retorno da área à sua trajetória ecológica de sucesso.*

CT-FLOR

6.6.2.2. Calibração dos dados geográficos e obtenção das métricas

Após a etapa de obtenção dos perímetros o responsável pelo projeto deverá ajustar os dados geográficos em escritório para eliminar os erros oriundos da coleta de dados em campo. Dentre os erros corriqueiros, podemos citar por exemplo topologia (retificação de polígonos), preenchimento correto das tabelas de atributos, dentre outros.

Ainda nesta fase, os diagnósticos deverão ser revistos para averiguar alguma incongruência séria ou erro de preenchimento.

Por fim, com os polígonos e as respectivas classificações consolidadas, o responsável deverá gerar as métricas do trabalho, que servirão de base de cálculo para todo o restante do projeto. As métricas incluem as áreas dos polígonos, perímetro de Unidades de Trabalho ou blocos de UTs, dependendo da continuidade das áreas, vértices do perímetro onde serão implantados os esticadores das cercas, dentre outras necessárias a elaboração do projeto.

6.6.2.3. Elaboração dos projetos

6.6.2.3.1. Projeto básico

Baseado no texto do inciso IX do Art. 6º da Lei Federal nº 8.666/1993, o projeto básico consiste num conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar o local onde a recuperação ocorrerá assegurando a viabilidade técnica e a possibilidade da avaliação dos custos da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução. Neste sentido, tem função semelhante de um plano de trabalho que munici os órgãos reguladores com informações do que será desenvolvido nos próximos meses. O projeto básico deverá ser realizado a partir de dados secundários e conter minimamente, a seguinte estrutura:

- Apresentação/Contextualização
- Justificativas
- Objetivos
- Materiais e métodos com no mínimo os seguintes itens:

- Caracterização das áreas ¹ , ² onde os projetos serão desenvolvidos em:
 - Solo
 - Clima
 - Bioma
 - Fitofisionomia
 - Cobertura vegetal atual
 - Bacia e microbacia
 - Relevo
 - Solo
 - Hidrografia
- Planejamento da campanha de campo
- Descrição das soluções técnicas previstas³
- Cronograma de implantação

6.6.2.3.2. Projetos executivos

Os projetos executivos já devem incorporar as etapas de obtenção dos perímetros, calibração dos dados geográficos e obtenção das métricas, bem como todos os anexos previstos no detalhamento do escopo.

6.6.2.3.2.1. Subprojetos executivos de restauração florestal

São conceitos importantes a serem adotados na elaboração dos subprojetos, no diagnóstico das áreas, na proposta de metodologia e técnicas de restauração a serem adotadas:

1. Cenário: conjunto de elementos que, neste caso, compõem um espaço e que pode ter diferentes situações quanto a degradação ambiental ou a possibilidade de ações relacionadas à restauração florestal.
2. Situações de Restauração Ecológica: situações da Bacia do Rio Doce, que são norteadoras do orçamento dos programas e deverão receber

1 Dados secundários

2 Como os projetos ocorrerão em diversos locais, a caracterização deverá ocorrer por limite municipal.

3 As justificativas deverão ser suportadas por referências bibliográficas atuais

CT-FLOR

ações de restauração ecológica, considerando variáveis quanto à declividade (possibilidade de mecanização), facilidade de acesso, tamanho da área a ser restaurada (contínua ou não), além do diagnóstico quanto à presença e a intensidade de indivíduos regenerantes que, basicamente irão definir posteriormente as metodologias ou técnicas.

3. Metodologias de Restauração Ecológica: Restauração Assistida (ou Condução da Regeneração Natural Assistida) e Restauração Ativa.
4. Técnicas de Restauração Ecológica: Plantio de sementes e/ou Plantio de mudas, Espacialização ou não dos grupos funcionais e/ou de plantio, Plantio escalonado ou não, diferentes espaçamentos, uso ou não de combinação com Adubação Verde, Nucleação e outros.
5. Objetivos (“modelos”) de Restauração Ecológicas: restauração para fins de conservação, restauração para fins econômicos, implantação de Sistemas Agroflorestais, etc.
6. Atividades (ou Ações) Operacionais da Restauração: isolamento ou retirada do fator de degradação (cercamento, aceiro/controle de fogo, erosão do entorno, etc), correção do solo (calagem, adubação, etc), controle de competidores (capina ou roçada manual, mecanizada, química, etc), preparo do solo para plantio (subsolagem, abertura de berços, etc), plantio ou semeadura (de espécies nativas e/ou adubação verde, replantio), manutenção do plantio (coroamento, roçadas, uso de herbicida, desramas, desbastes, colheita (no caso de fins econômicos); controle de pragas (formigas cortadeiras, cupins, etc.), irrigação (com ou sem hidrogel) e outras.
7. Monitoramento da Áreas em Processo de Restauração Ecológica: avaliação periódicas da trajetória de restauração ecológica das áreas, com fins de indicar ações corretivas para correção da trajetória e para acumular indicadores de conclusão do projeto.

Os subprojetos de restauração florestal podem compreender ações de restauração ativa - plantio total de mudas e direto de sementes; assistida - condução da regeneração e plantios de enriquecimento e de adensamento. Os subprojetos serão aplicados para nascentes, outras APPs e áreas de

CT-FLOR

recarga hídrica. As soluções técnicas para restauração ativa ou assistida, deverão considerar as seguintes sugestões:

- Seleção das espécies e grupos de plantio;
- Adoção de medidas de prevenção e combate a incêndios florestais;
- Proteção das áreas em restauração;
- Controle de espécies competidoras;
- Tratos culturais em fragmentos remanescentes;
- Análise do solo e recomendação de adubação;
- Preparo do solo para o plantio;
- Adubação verde;
- Controle de formigas cortadeiras;
- Espaçamento;
- Plantio de mudas;
- Plantio direto de sementes;
- Reposição das mudas;
- Irrigação (quando necessário);
- Manutenção.

Os projetos executivos deverão ser sucintos e práticos para implantação em campo, seguindo uma ordem lógica de execução, de acordo com a seguinte sugestão de estrutura mínima:

- Identificação do produtor;
- Mapa demonstrando as Unidades de Trabalho, Unidades de Referência e com o diagnóstico das Unidades de Intervenção, neste caso podendo haver mais de 1 por propriedade;
- Quadro com as UTs, URs e UIs e respectivas áreas;
- Quadro com diagnóstico das UIs e modelos de restauração propostos;
- Quadro com ações previstas em cada modelo de restauração proposto por propriedade;
- Quadro com o quantitativo de insumos e serviços por modelo de restauração proposto e por etapas (implantação, reposição de mudas e manutenções);
- Quadro com o resultado da análise de solo e recomendações (a análise do solo da propriedade será fornecida pela Fundação Renova);

CT-FLOR

- Lista das espécies, com respectivos nomes populares, científicos, grupos de plantio e quantitativo de mudas;
- Lista de espécies regenerantes⁴ por UI, com respectivos identificadas em morfoespécies e quantitativos;
- Cronograma e implantação e manutenções;
- Registros fotográficos por UI;
- Assinatura do técnico responsável⁵.

Todas as informações devem alimentar o banco de dados GIS da Fundação Renova.

6.6.2.3.2.2. Subprojetos de controle de erosão

Os subprojetos de controle de erosão e/ou voçorocas deverão prever ações que cessem os danos causados por áreas degradadas, que são aporte constante de sedimentos e que não podem ser recuperadas diretamente com o plantio florestal.

As soluções técnicas para a recuperação dessas áreas, deverão ao menos considerar as seguintes sugestões abaixo⁶:

- Descompactação do solo;
- Controle do escoamento superficial e ravinas;
- Terraceamento;
- Controle de Voçorocas;
- Construção de paliçadas ou pequenas barragens;
- Contenção vegetativa;
- Alternância de capinas;
- Faixa de vegetação permanente;
- Plantio nas áreas erodidas.

4 As espécies regenerantes serão levantadas por UI quando houver necessidade. Para tanto, um transecto de 25x4 m deverá ser realizado nos locais que melhor representem a cobertura vegetal da UI. Serão considerados como regenerantes, indivíduos de espécies arbustivas e/ou arbóreas com altura entre 0,3 e 1,3 metro e circunferência na altura da base menor ou igual a 15,7cm. O transecto, bem como o caminhamento feito pelo técnico deverá ser registrado em GPS e carregado da base Geo para posterior monitoramento.

5 Os projetos deverão possuir ART

6 As soluções listadas devem constar no projeto como indicações técnicas. O detalhamento dessas soluções serão objeto das instruções técnicas.

CT-FLOR

Os subprojetos deverão ser sucintos e práticos para implantação em campo, seguindo uma ordem lógica de execução, de acordo com a seguinte estrutura mínima:

- Mapa do(s) loca(ais) na propriedade onde a(s) erosão(ões) se encontra(m)
- Mapa com indicação da(s) UI(s) onde a(s) obra(s) de recuperação acontecerá(ão);
- Caracterização da(s) erosão(ões);
- Solução técnica de engenharia para a obra;
- Esquema gráfico (planta) do(s) detalhamento(s) técnico(s) do(s) projeto(s);
- Quadro com quantitativo de insumos e serviços necessários;
- Cronograma de implantação;
- Registros fotográficos por caso;
- Assinatura do técnico responsável⁷.

Todas as informações devem alimentar o banco de dados GIS da Fundação Renova.

6.6.2.3.2.3. Subprojetos executivos de alternativa a dessedentação animal

Os subprojetos executivos de alternativa a dessedentação animal serão aplicados sempre que for necessário o cercamento de uma nascente ou corpo hídrico que sirva de acesso a dessedentação animal. O projeto deverá compreender minimamente as soluções técnicas⁸ necessárias para resolver o problema.

Os subprojetos executivos deverão ser sucintos e práticos para implantação em campo, seguindo uma ordem lógica de execução, de acordo com a seguinte sugestão de estrutura:

- Mapa com indicação da(s) UI(s) onde a(s) obra(s) acontecerá(ão);
- Solução técnica de engenharia para a obra;

7 Os projetos deverão possuir ART

8 As soluções listadas devem constar no projeto como indicações técnicas. Os detalhamentos dessas soluções serão objeto das instruções técnicas

CT-FLOR

- Mapa do(s) loca(ais) na propriedade onde a(s) alternativa(s) se encontra(ão);
- Esquema gráfico (planta) detalhando o(s) projeto(s);
- Quadro com quantitativo de insumos e serviços necessários;
- Cronograma de implantação;
- Registros fotográficos por alternativa(s);
- Assinatura do técnico responsável⁹.

6.6.2.3.2.4. Subprojetos executivos de implantação de barraginhas

Os subprojetos executivos de implantação de barraginhas deverão ser elaborados para áreas de relevante importância para o aporte de sedimento e que necessitam uma remediação imediata. Os subprojetos executivos deverão ser sucintos e práticos para implantação em campo, seguindo uma ordem lógica de execução. O projeto deverá compreender minimamente as soluções técnicas¹⁰ necessárias para resolver o problema.

Os subprojetos executivos deverão ser sucintos e práticos para implantação em campo, seguindo uma ordem lógica de execução, de acordo com a seguinte sugestão de estrutura:

- Mapa com indicação da(s) UI(s) onde a(s) obra(s) acontecerá(ão);
- Solução técnica de engenharia para a obra;
- Mapa do(s) loca(ais) na propriedade onde a(s) barraginha(s) se encontra(ão);
- Esquema gráfico (planta) detalhando o(s) projeto(s);
- Quadro com quantitativo de insumos e serviços necessários;
- Cronograma de implantação;
- Registros fotográficos por alternativa(s);
- Assinatura do técnico responsável¹¹.

9 Os projetos deverão possuir ART

10 As soluções listadas devem constar no projeto como indicações técnicas. Os detalhes dessas soluções serão objeto das instruções técnicas

11 Os projetos deverão possuir ART

CT-FLOR

Todas as informações devem alimentar o banco de dados GIS da Fundação Renova.

6.6.2.3.2.5. Subprojetos de saneamento rural

Os subprojetos executivos das fossas sépticas (ou solução mais adequada) de tratamento de esgoto serão elaborados quando o esgoto produzido pela família residente na propriedade rural comprometer a água do manancial que está sendo recuperado. Poderão utilizar tecnologias sociais, de baixo custo de manutenção para a família que reside na propriedade rural e com eficácia garantida.

O subprojeto deverá compreender minimamente as soluções técnicas necessárias para resolver o problema, ser sucintos e práticos para implantação em campo, seguindo uma ordem lógica de execução, de acordo com a seguinte estrutura, mas não se limitando a:

- Mapa com indicação onde a obra acontecerá
- Solução técnica de engenharia
- Esquema gráfico (planta) detalhando o projeto
- Especificações técnicas da tecnologia selecionada
- Quadro com o quantitativo de insumos e serviços necessários
- Cronograma de implantação
- Registros fotográficos
- Assinatura do técnico responsável
- Data e assinatura de consentimento do dono da propriedade

Como anexos deverão constar a (i) instrução técnica (detalhamento) para o serviço;

(ii) quadro com o valor da solução adotada, insumos e serviços com valores unitários, para que se saiba quanto o projeto custou naquela propriedade;

(iii) memória de cálculo e; (iv) base de dados.

6.7. Acompanhamento Técnico de Operações

Trata-se como acompanhamento técnico de operações (ATO) a atuação de profissionais no sentido de executar as atividades de engajamento de produtores rurais, assessoramento técnico dos produtores rurais e acompanhamento técnico da implantação da restauração florestal. A dedicação para cada uma dessas ações será dimensionada pela equipe de ATO conforme realidade de cada propriedade rural participante.

6.7.1. Engajamento de produtores rurais

Dentre as ações previstas para o engajamento de produtores rurais, as equipes de ATO selecionarão as práticas mais adequadas àquela propriedade rural, em virtude do porte das atividades, nível de intervenção e especificidades da comunidade no entorno visando assegurar que o produtor se empodere das áreas em restauração com vista ao reconhecimento do ganho ambiental em sua propriedade.

As ações de engajamento buscarão melhor conhecimento sobre as potencialidades da propriedade rural e entendimento do seu histórico de transformações. Estas atividades terão caráter de educação ambiental, manejo e uso sustentável da terra, ou melhores técnicas de restauração, incluindo sistemas agroflorestais e/ou uso rentável e sustentável da floresta nativa, conduzidas de forma a construir junto ao produtor um modelo de restauração que mais se aproxime do contexto territorial e dos modos de vida.

A educação ambiental despertará a consciência de que o ser humano é parte do meio ambiente, promovendo a consciência da realidade do educando, este caso o produtor rural, do tipo de relações que ele estabelece com a natureza, dos problemas derivados destas relações e suas causas

CT-FLOR

profundas. Preferencialmente, estas atividades irão ocorrer de maneira instrutiva no campo e quando for o caso, poderão ser entregues instruções impressas aos produtores, a depender da temática que a propriedade necessita.

Caberá ao técnico responsável pela propriedade a definição da realização das práticas mais adequadas, dentre as acima apresentadas, incluindo a possibilidade de encontros coletivos, a serem desenvolvidas com o intuito de reduzir o risco de desistência de produtores, assim como gerar o sentimento de posse das áreas em restauração.

6.7.2. Assessoramento técnico dos produtores rurais

O assessoramento técnico será fornecido nas propriedades rurais participantes do programa e em temáticas que envolvam o uso sustentável do solo na propriedade rural, em áreas adjacentes as áreas em restauração e que impactam diretamente de forma negativa essas áreas. Entende-se por áreas adjacentes as áreas que de alguma forma interferem ou fazem pressão sobre as áreas em processo de restauração ou recursos hídricos.

A etapa de assessoramento técnico promovida pela Fundação Renova será regida pelas seguintes premissas:

- O assessoramento técnico fornecido nas propriedades rurais participantes do programa será feito em temáticas que envolvam o uso sustentável do solo com intuito de minimizar impactos negativos nas áreas em restauração e nos recursos hídricos;
- O assessoramento poderá ser fornecido durante as ações de implantação.

6.7.3. Acompanhamento técnico da implantação

A equipe de ATO irá atuar no sentido de atestar o atendimento ao projeto conforme desenhado (as built) e o cumprimento às diretrizes

CT-FLOR

técnicas estabelecidas. Eventuais retificações do projeto poderão ser realizadas pela equipe de ATO.

6.7.4. Registro das ações de ATO

As ações realizadas no âmbito do Acompanhamento Técnico da implantação serão registradas no Relatório Diário de Operações.

Para o acompanhamento das ações de engajamento e Assessoramento técnico, as equipes de ATO deverão consolidar um relatório contendo ao menos as informações listadas abaixo:

- Contextualização com relato sucinto das atividades executadas;
- Desenvolvimento das atividades;
- Registro fotográfico das ações;
- Conclusões e recomendações.

6.8. Implantação e manutenção

6.8.1. Ações

Anteriormente a implantação das ações existem ações estruturantes e que não entram no escopo das ações de recuperação, mas que devem ser mencionadas. São elas:

- Planejamento das atividades;
- Estabelecimento das metodologia/técnicas de restauração ecológica;
- Definição das espécies e proporção dos grupos funcionais;
- Prevenção a incêndios florestais.

Na elaboração dos projetos, as ações de restauração ecológica referem-se a implantação e práticas de manutenção que podem ser distribuídas nas seguintes fases:

- 1º Ação Operacional - Isolamento dos fatores de degradação;
- 2º Ação Operacional – Correção do Solo e Controle de Competidores;

CT-FLOR

- 3º Ação Operacional– Preparo do Solo e Técnica de Restauração;
- 4º Ação Operacional – Replanteio;
- 5º Ação Operacional – Manutenções;
- 6º Ação – Monitoramento.

A primeira ação operacional, corresponde ao isolamento dos fatores de degradação e atividades correlatas, compreendendo as seguintes etapas:

- Cercamento;
- Aceiro;
- Controle da erosão;
- Sinalização;
- Coleta e análise do solo.

A segunda ação operacional, que corresponde a correção do solo e controle de competidores, compreendendo as seguintes etapas:

- Colheita de baixo impacto da madeira;
- Coroamento de Regenerantes;
- Controle de formigas;
- Capina Manual;
- Capina Mecanizada;
- Capina Química;
- Manejo de espécies (cipós, trepadeiras e outras);
- Calagem e/ou Gessagem Manual;
- Calagem e/ou Gessagem Mecanizada;
- Adubação Verde.

A terceira ação operacional corresponde ao preparo do solo e implantação das técnicas de restauração, sendo as seguintes etapas:

- Adubação de Regenerantes;
- Subsolagem;
- Espaçamento, Marcação e Abertura dos berços;
- Adubação Manual;
- Adubação Mecanizada;
- Aplicação do hidrogel;
- Plantio direto de sementes;
- Plantio de mudas.

CT-FLOR

A quarta ação operacional corresponde as ações de replantio e envolvem, quando em sua totalidade, as seguintes etapas:

- Repasse para o controle de formigas;
- Adubação Manual;
- Adubação Mecanizada;
- Replantio de espécies de recobrimento;
- Replantio de espécies de diversidade;
- Replantio de espécies com interesse econômico.

A quinta ação operacional corresponde as práticas de manutenção da restauração ecológica e envolvem, quando em sua totalidade, as seguintes etapas:

- Cercamento;
- Aceiro;
- Sinalização;
- Roçada Manual;
- Roçada Semi-mecanizada;
- Roçada Química;
- Coroamento;
- Controle de formigas;
- Adubação;
- Reposição de Sementes;
- Reposição de Mudas.

Por fim, a sexta ação corresponde ao monitoramento, com avaliação periódica da trajetória de restauração ecológica.

As ações operacionais de implantação e manutenção estão contidas no Anexo II – Metodologia das atividades técnicas operacionais referente à restauração ecológica

6.8.2. Metodologia

6.8.2.1. Planejamento das atividades

O Planejamento macro da restauração florestal considera os prazos limites estabelecidos na cláusula 161 do TTAC.

CT-FLOR

“A FUNDAÇÃO, a título compensatório, deverá recuperar APPs degradadas do Rio Doce e tributários preferencialmente, mas não se limitando, nas sub-bacias dos rios definidos como fonte de abastecimento alternativa para os municípios e distritos listados nos parágrafos segundo e terceiro da CLÁUSULA 171 deste acordo, conforme as prioridades definidas pelo COMITÊ INTERFEDERATIVO numa extensão de 40.000 ha em 10 anos”

Neste sentido, utilizando como base a definições trazidas pelo Parecer Técnico nº 13/2017-COREC/CGBIO/DBFLO, aprovado pela deliberação nº 89/2017 os prazos previstos para manutenção e monitoramento seguem os seguintes termos:

“Manutenção com duração mínima de 3 (três) anos, a partir do término do plantio, contemplando pelo menos 3 (três) anos hidrológicos completos”.

“Monitoramento por no mínimo 3 (três) anos a partir do término de implantação (plantio + manutenção) de cada projeto, podendo ser prorrogado por mais 3 (três) anos”.

Portanto, considerando os prazos de implantação, manutenção e monitoramento, tem-se o encerramento do programa para o ano de 2030, podendo ser prorrogado seguindo as diretrizes da cláusula 260 do TTAC.

6.8.2.2. Modalidades de restauração ecológica

As modalidades a serem adotados para a restauração florestal nas áreas prioritárias para recuperação na bacia, contemplam na íntegra as metodologias dispostas na Lei 12.727, de 17 de outubro de 2012. Ainda em análise ao disposto no Art. 61-A em seu § 13, verifica-se as seguintes possibilidades:

§ 13. A recomposição de que trata este artigo poderá ser feita, isolada ou conjuntamente, pelos seguintes métodos:

- I. Condução de regeneração natural de espécies nativas;
- II. Plantio de espécies nativas;
- III. Plantio de espécies nativas conjugado com a condução da regeneração natural de espécies nativas;

CT-FLOR

- IV. Plantio intercalado de espécies lenhosas, perenes ou de ciclo longo, exóticas com nativas de ocorrência regional, em até 50% (cinquenta por cento) da área total a ser recomposta.

6.8.2.2.1. Condução da regeneração natural

A regeneração natural consiste em todo e qualquer tipo de espécie vegetal nativa (arbustos e árvores) que surgiram naturalmente e estão se desenvolvendo nas áreas de restauração florestal. Naturalmente que, para a restauração florestal, o mais interessante é que a regeneração natural seja composta preferencialmente por espécies de árvores, pois cada indivíduo com origem na regeneração natural é uma muda a menos a ser comprada para o plantio de restauração. No entanto, outras formas de vida vegetal, como arbustos, desde que nativos, são muito importantes no processo de sombreamento do solo e exclusão de espécies exóticas indesejadas.

Indução e/ou condução da regeneração natural consiste em um grupo de ações que trabalham diferentes técnicas que façam uso do potencial de resiliência local para acelerar o processo de recuperação de uma área. No presente caso, a cláusula 161 exige que dos 40 mil hectares destinados a recuperação, 30 mil sejam recuperados por meio de condução da regeneração natural.

Quando uma área necessita ser avaliada quanto ao seu potencial regenerativo, os filtros ecológicos que impedem a regeneração podem ser classificadas em 4 categorias gerais, como extraído de (CHAZDON, 2016): (1) áreas com solo empobrecido por causa de erosão ou perda da camada superficial; (2) colonização inadequada de espécies devido a limitação de dispersão; (3) dominância de ervas daninhas ou gramíneas invasoras e; (4) condições microclimáticas alteradas.

Em áreas onde o isolamento não garante o retorno dos regenerantes e conseqüentemente das funções ecológicas, a indução e o favorecimento dos regenerantes são técnicas que não contemplam plantio, mas que promovem tratamentos culturais nos regenerantes ali presentes.

CT-FLOR

Caso a comunidade regenerante apresente distribuição especial e/ou densidade de indivíduos regenerantes insatisfatórias para que a regeneração resulte na formação de uma fisionomia florestal em toda a área a ser restaurada dentro de um período razoável e sem intervenção humana, tornam-se necessárias não só ações que favoreça os indivíduos li presentes como também ações que promovam a ocupação dos espaços vazios – esta técnica e conhecida como adensamento. Em outras áreas que já possuem vegetação, mas onde a riqueza, a densidade e distribuição das mudas seja irregular é possível lançar mão de técnicas de adensamento e enriquecimento, que envolvam o plantio de mudas de recobrimento ou diversidade, respectivamente (BRANCALION; RODRIGUES; GANDOLFI, 2015).

Caso o cenário encontrado apresente vegetação densa e bem distribuída, mas com ocorrência quase que exclusiva de poucas espécies iniciais, onde não há incremento por espécies de outros grupos (diversidade) e pouca chance de isso ocorrer em virtude da ausência de fontes de propágulos no entorno, faz-se necessário o uso da técnica de enriquecimento.

A condução assistida da regeneração natural é feita por meio do coroamento e limpeza periódica no entorno dos indivíduos regenerantes (plântulas e indivíduos jovens), ou pelo controle das gramíneas e das espécies arbóreas exóticas invasoras por toda a área. Essa limpeza de espécies competidoras pode ser realizada de forma mecânica ou química. Outra ação recomendável que tem resultado na melhoria do desenvolvimento da regeneração natural diz respeito à fertilização dos regenerantes, para propiciar melhor desenvolvimento dos indivíduos arbóreos e cobertura da área em menor tempo (RODRIGUES, at. al 2007).

O esquema abaixo (Figura 3), adaptada de Brancalion; Rodrigues; Gandolfi (2015), ilustra bem as etapas descritas acima.

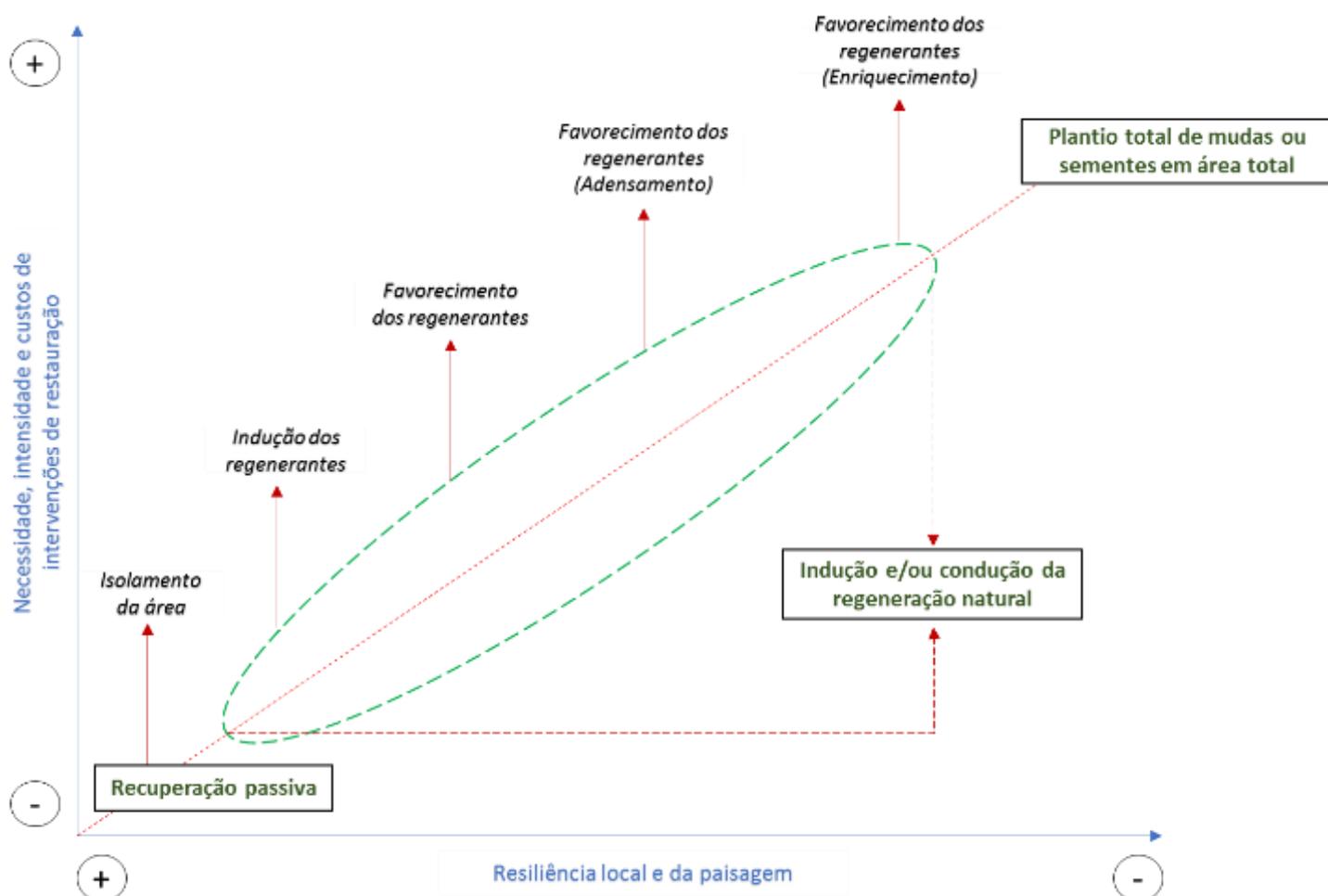


Figura 3 - Necessidade e intensidade de ações de restauração florestal, expressas nas diferentes metodologias possíveis. São inversamente proporcionais ao potencial de aproveitamento da regeneração natural nas fontes iniciais do processo de restauração (adaptado de Brancalion et, al. 2015)

6.8.2.2.1.1. Plantio de espécies nativas em área total

O plantio de mudas em área total, geralmente é a última das alternativas que se lança mão para poder recuperar uma área. Isso ocorre somente em locais com baixíssima ou nenhuma capacidade de resiliência e igualmente sem fontes de propágulos no entorno que sejam capazes de colonizar determinado sítio (BRANCALION; RODRIGUES; GANDOLFI, 2015).

No presente caso, a cláusula 161 exige que dos 40 mil hectares destinados a recuperação, 10 mil sejam recuperados por meio de plantio total, o que poderá ser feito via plantio de mudas nativas e/ou de espécies agroflorestal, com respeito as devidas restrições impostas pela legislação vigente, ou via

CT-FLOR

plantio direto de semente de espécies nativas e/ou agroflorestais, com as respectivas ressalvas respeitadas.

6.8.2.2.1.2. Sistemas agroflorestais com fins à restauração ecológica

Segundo a Lei nº 20.922, de 16 de outubro de 2013, Sistemas Agroflorestais, constituem uma forma de uso e ocupação do solo em que plantas lenhosas perenes são manejadas em associação com plantas herbáceas, arbustivas, arbóreas, culturas agrícolas, forrageiras em uma mesma unidade de manejo, de acordo com arranjo espacial e temporal, com alta diversidade de espécies e interações entre estes componentes. De modo complementar, a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 dispõe no Art. 66

“§ 3º: A recomposição de que trata o inciso I do caput poderá ser realizada mediante o plantio intercalado de espécies nativas com exóticas ou frutíferas, em sistema agroflorestal, observados os seguintes parâmetros:

I - O plantio de espécies exóticas deverá ser combinado com as espécies nativas de ocorrência regional;

II - a área recomposta com espécies exóticas não poderá exceder a 50% (cinquenta por cento) da área total a ser recuperada.

§ 4º. Os proprietários ou possuidores do imóvel que optarem por recompor a Reserva Legal na forma dos §§ 2º e 3º terão direito à sua exploração econômica, nos termos desta Lei.

§ 5º. A compensação de que trata o inciso III do caput deverá ser precedida pela inscrição da propriedade no CAR...”

Nesse sentido, a implantação de sistemas agroflorestais em matas ciliares constitui uma importante oportunidade de adequação ambiental de propriedades produtivas (MORAES et al., 2013). Uma propriedade ambientalmente adequada é aquela que cumpre plenamente a legislação ambiental ao mesmo tempo que mantém uma produtividade agropecuária e garante a qualidade de vida de seus proprietários (CAMPANILI; SCHÄFFER, 2010). Ainda segundo Moraes et al., (2013), compreendendo a importância

CT-FLOR

social das APP, a legislação ambiental prevê que a restauração dessas áreas pode incluir o manejo agroflorestal, além da exploração de produtos não madeireiros, como os oriundos da apicultura e da fruticultura tropical. Para as áreas de Reserva Legal também pode haver aproveitamento econômico, mediante o manejo sustentável previamente autorizado pelo órgão ambiental competente, no presente caso, desde que localizada em Área de Recarga Hídrica.

Segundo May et al., (2008), na publicação do Manual Agroflorestal para a Mata Atlântica, os SAFs se constituem em uma alternativa sustentável para ocupar áreas desmatadas e para cooperar no processo de restauração do patrimônio florestal nativo. Nos programas de restauração de Reservas Legais e de Áreas de Proteção Permanente (APPs) e na formação de corredores de biodiversidade, agricultores familiares podem utilizar alternativas agroflorestais. No caso mais específico de restauração de APPs, uma forma é ocupar durante dois anos por cultivos agrícolas de ciclo curto, caracterizando, dessa forma, um tipo de SAF genericamente denominado de “taungya”.

Miccolis et al., (2016), afirmam que estudos científicos analisados, assim como as experiências dos agricultores, mostram que os tipos de SAFs mais recomendados para fins de restauração e conservação ambiental, são os complexos, biodiversos ou sucessionais, pois estes se assemelham aos ecossistemas originais do contexto local, principalmente em termos de processos e funções, e são manejados de acordo com a lógica da sucessão natural. Segundo o mesmo autor, estes tipos de SAF também permitem a inclusão do conceito amplo de conservação onde o ser humano é incluído na restauração ecológica, uma vez que o sistema fornece alimentos e outros benefícios sociais, inclusive renda, ao mesmo tempo em que desempenha uma série de funções ecológicas importantes.

A construção dos modelos de SAF para fins de restauração de matas ciliares na bacia do rio Doce contemplarão etapas preliminares de extrema importância para o sucesso do projeto, como diagnósticos participativos, unidades demonstrativas, dias de campo, etc. Alguns fatores como número de pessoas que trabalham na propriedade, atuação de jovens e mulheres, faixa etária e outros, inviabilizam a criação de protocolos “modelo”, pois

CT-FLOR

precisam ser ajustados a cada realidade/família. Uma premissa importante neste processo é a priorização de frutíferas e outras essências nativas, bem como a restrição ao uso madeireiro.

6.8.2.3. Definição das espécies e proporção dos grupos de plantio

As espécies escolhidas serão aquelas obrigatoriamente de ocorrência do bioma Mata Atlântica e suas diferentes fitofisionomias, sobretudo floresta estacional semidecidual (83,30%) e floresta ombrófila densa (15,24%) – feições predominantes na bacia do rio Doce (IBGE, 2004).

O cardápio de espécies que poderiam ser selecionadas são as 334 reveladas no estudo de prospecção e diagnóstico de viveiros na bacia do rio Doce. No entanto é sabido que as listas disponibilizadas por viveiristas e coletores de sementes podem contemplar menos espécies ou até mesmo outras de mata atlântica não mencionadas nesta lista, por isso a necessidade de uma certa flexibilidade sobre listas pré-estabelecidas por dados secundários.

Os dados secundários encontrados, como nos estudo dos viveiro e de autores como França; Stehmann (2013), podem não representar uma referência fiel, ou servir como uma referência para toda a bacia, mas ajudam no início do projeto. No entanto, para se ter mais confiança se as espécies propostas e os arranjos representam de fato a realidade da região, é necessário trabalhar mais consistentemente o conceito de ecossistema de referência, que será abordado no item de Inventário Florestal.

Ecossistemas de referência não representam uma cópia do que se deseja recriar e sim uma referência de onde se quer chegar (BRANCALION; RODRIGUES; GANDOLFI, 2015). O equívoco de planejar ações de restauração baseadas em alta diversidade como cópias de florestas estabelecidas levou diversos projetos ao fracasso, pois não consideravam aspectos estocásticos das comunidades florestais (MI *et al.*, 2016; RODRIGUES; BRANCALION; ISERNHAGEN, 2009). Neste sentido, o ecossistema referência nos dá um norte de onde chegar baseado em diversos aspectos estruturais e florísticos. Entretanto é preciso se atentar às características do local onde se pretende restaurar para estabelecer a

CT-FLOR

referência ideal, caso contrário o caminho a ser tomado não chegará a lugar algum. (BRANCALION; RODRIGUES; GANDOLFI, 2015) e (CLEWELL; ARONSON, 2013), trazem importantes reflexões a cerca desse assunto e serão consultados quando do estabelecimento das referências para os projetos de recuperação objeto desta metodologia. Tendo este conceito em mente, a escolha das espécies que comporão o plantel, bem como os grupos de plantio passa a ser uma tarefa delicada. Ademais, como é sabido, há uma constante evolução dos desenhos de plantios utilizados em atividades de restauração e não há uma “receita de bolo” do número de espécies a ser utilizado, tampouco a proporção de grupos de plantio (BRANCALION; RODRIGUES; GANDOLFI, 2015). Portanto, os desenhos de plantio devem ser flexíveis, quanto a riqueza de espécies empregada, pois a intervenção humana é apenas uma forma de ajudar a restauração (SER, 2004) e o atributo mais importante que se deve ter em mente é a capacidade do ecossistema em se auto-sustentar sem a nossa influência (CLEWELL; ARONSON, 2013). Neste sentido, a leitura da paisagem do entorno é fundamental para se saber o nível de interferência humana e por quanto tempo isto deverá ocorrer (SUDING *et al.*, 2016), seja através do mapeamento fontes de propágulos próximas aos locais do projeto, pela identificação de espécies semi ou decíduais, de acordo com as características pluviométricas da região, ou até mesmo, com a escolha de espécies mais apreciadas pela fauna local e que tenham produção de frutos em diferentes estações do ano. Desta forma, a flexibilidade mencionada pode ser traduzida em um modelo de plantio faseado, sobre o processo de sucessão florestal.

Chazdon (2008) separa as dinâmicas dos processos de sucessão em florestas tropicais em: (i) fase de iniciação do povoamento; (ii) fase de exclusão de indivíduos e; (iii) fase de iniciação do sub-bosque. Neste modelo a intervenção proposta aconteceria na primeira fase, que de acordo com estimativas da própria autora, ocorre durante os 10 primeiros anos de estabelecimento do povoamento. Segundo a mesma autora, em ambientes naturais é nessa fase que a comunidade adquire autossuficiência e isso ocorre basicamente através de 6 etapas: (i) germinação do banco de sementes e sementes recém-dispersas; (ii) rebrota de árvores

CT-FLOR

remanescentes; (iii) colonização por árvores pioneiras tolerantes e intolerantes à sombra; (iv) rápido aumento de altura e diâmetro de espécies lenhosas; (v) alta mortalidade de espécies herbáceas colonizadoras; (vi) altas taxas de predação de sementes; (vii) estabelecimento de plântulas tolerantes a sombra cuja sementes foram dispersas por aves e morcegos.

No modelo defendido, o investimento inicial seria feito em estrutura, que corresponde às etapas iii e iv acima, visando a gradativa superação de filtros ambientais, como competidores (etapa v), para finalmente obtermos a etapa vii, que é a principal engrenagem para se chegar a autossuficiência de povoamentos florestais (HOLL, 1999; REID; HOLL, 2013; SUDING et al., 2016). Sendo assim, se após o estabelecimento da estrutura, em 3 anos não for notado incremento em densidade e riqueza de regenerantes, a capacidade da paisagem ou do plantio em trazer e/ou atrair dispersores é duvidável, sendo necessário intervir no povoamento através de manejo e plantio de enriquecimento (BRANCALION; RODRIGUES; GANDOLFI, 2015) - este método é chamado de plantio escalonado.

A proposta defendida acima é base dos objetivos da Resolução SMA nº 32/2014 da Secretaria do Estado do Meio Ambiente de São Paulo, onde não há preocupação nos pormenores da forma como a implantação ocorrerá e sim com os resultados que o modelo proposto gerou, em termos de funcionamento do ecossistema. Este modelo também é defendido em outros protocolos de monitoramento semelhantes que ressaltam a importância da regeneração como indicador e autossuficiência de um povoamento (CHAVES et al., 2015; SUGANUMA; DURIGAN, 2015; VIANI et al., 2017). Apesar de destacar a importância primária da regeneração, outros indicadores que suportam o uso desta abordagem serão apresentados no capítulo específico de monitoramento.

Portanto, esta proposta trata de modelos de arranjos flexíveis de riqueza de espécies e grupos de plantio, capazes de serem adaptados a cada circunstância e que tenha sempre como objetivo principal a auto-funcionamento do ecossistema. No entanto, sabendo da necessidade de estabelecer valores de referência, a proposta inicial (mas não engessada) seria de estruturar a comunidade através do plantio de 100% de espécies

CT-FLOR

de recobrimento e monitorar o recrutamento. Caso não haja enriquecimento natural, será necessário executar um plantio de enriquecimento.

Sendo assim, para a implantação, serão utilizadas espécies estruturantes conhecidas da mata atlântica, além daquelas chave, identificadas no inventário de diagnóstico de ecossistema de referência. A ideia é adequar a composição de espécies de acordo com as peculiaridades de cada sítio trabalhado, de forma a garantir a estrutura mínima necessária para que os indicadores de sejam atingidos. Caso o local já possua a estrutura necessária e só demande enriquecimento, a proposta é a mesma – utilizar espécies estratégicas de diversidade para atingir as metas dos indicadores estabelecidos.

De maneira geral, a composição de espécies necessariamente transitaria em dois grupos específicos de plantio discutidos por Brancalion; Rodrigues; Gandolfi, (2015) – que são divididos em espécies de recobrimento e diversidade.

O Grupo de Recobrimento é constituído por espécies que possuem rápido crescimento e boa cobertura de copa, proporcionando o rápido fechamento da área plantada. Com o rápido recobrimento da área, as espécies desse grupo criam um ambiente favorável ao desenvolvimento dos indivíduos do grupo de diversidade e desfavorecem o desenvolvimento de espécies competidoras como gramíneas e lianas agressivas, através do sombreamento da área em processo de recomposição. O fato de pertencer a um grupo funcional inicial na sucessão não implica em dizer que a espécie se encaixa no grupo de recobrimento. Para uma espécie pertencer a esse grupo ela deve ter como características, além do rápido crescimento, a capacidade de formar copa densa e ampla, sendo assim uma eficiente sombreadora do solo (NAVE, 2005, RODRIGUES *et al.* 2009 e 2010). Outra característica desejável para as espécies do grupo de recobrimento é que elas possuam florescimento e produção precoce de sementes.

No Grupo de Diversidade incluem-se as espécies que não possuem rápido crescimento e/ou boa cobertura de copa, mas são fundamentais para garantir a perpetuação da área plantada, já que é esse grupo que vai gradualmente substituir o grupo de recobrimento quando este entrar em

CT-FLOR

senescência (morte), ocupando definitivamente a área. O grupo de diversidade se assemelha muito ao grupo referido em alguns projetos como grupo das não-pioneiras (NP), comumente usado em projetos de restauração mais antigos, no entanto, nesse grupo de diversidade entram também as espécies pioneiras que não cumprem a função de recobrimento, mas que cumprem outra função na restauração, como atração da fauna e espécies de outras formas de vida que não apenas arbóreas, como herbáceas, arbustivas, epífitas e lianas do interior da floresta. A propagação dessas espécies deve ser incentivada e acompanhada pelos geradores locais de conhecimento nos viveiros particulares da região, incentivando assim esse elo local da cadeia da restauração.

Resumidamente, as espécies do grupo de recobrimento, de crescimento mais rápido e boa cobertura, formam uma capoeira num curto espaço de tempo, sob a qual as espécies do grupo de diversidade crescerão e serão tutoradas pelas primeiras, até atingirem a condição dominante na floresta.

6.9. Pagamento por serviços ambientais – PSA

Um dos principais objetivos da recuperação florestal das áreas de recarga hídrica e nas de preservação permanente, considera a busca por soluções que visem garantir em médio e longo prazo a efetividade das ações empregadas nas regiões, a conexão das pessoas com o ambiente onde vivem – os rios e seus entornos – dentro de uma situação de equilíbrio econômico, social e ambiental. Dentro dessa abordagem integrada, o desafio é encontrar a ferramentas que dialogam com a realidade da propriedade rural, passando pela gestão da paisagem, pela conservação da bacia hidrográfica, e o protagonismo dos produtores rurais inseridos nessa realidade. O Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) é um instrumento que visa compensar de maneira econômica os provedores de benefícios ambientais e de boas práticas de uso e ocupação do solo, constituindo em uma ferramenta que proporciona comprovadamente, o engajamento direto dos produtores rurais na preservação.

CT-FLOR

6.9.1. Ações

O Programa de Recuperação das áreas de preservação permanente e recarga hídrica degradadas da bacia do rio Doce, irá remunerar o provedor do serviço ambiental que decidir recuperar e garantir a integridade das áreas, de forma voluntária, contribuindo assim, para a infiltração da água no solo, redução dos processos erosivos, conseqüentemente diminuição de sedimentos transportados para os cursos d'água, aumento de biodiversidade na propriedade, bem como o sequestro de carbono.

6.9.2. Metodologia

Regras e premissas do PSA:

As medidas implementadas no âmbito do programa de recuperação de APP e áreas de recarga hídrica, podem incluir uma ou mais entre as seguintes ações, conforme as cláusulas 161 e 163 do TTAC e a Deliberação CIF nº 65, de 05 de maio de 2017:

- Plantio de espécies nativas das fitofisionomias encontradas na bacia do rio Doce;
- Condução de regeneração natural de espécies nativas;
- Condução da regeneração natural com plantio de espécies nativas;
- Sistemas agroflorestais, consorciados com espécies nativas da Mata Atlântica e que atendam a o disposto no inciso XVI do Art.2o do Decreto Federal 7.830/201211.

Para se tornarem aptos a serem inscritos no PSA, a pessoa física ou jurídica deverá preencher os seguintes critérios:

- As áreas propostas deverão necessariamente estar dentro do recorte de áreas prioritárias e escalonamento trazidos pelo estudo de priorização de áreas;
- Ter interesse na recuperação das áreas de preservação permanente de sua propriedade;
- Possuir e/ou permitir o acesso ao cadastro ambiental rural da propriedade;
- Sempre que possível documento que comprove a relação com a terra.

CT-FLOR

O proprietário ou possuidor rural deverá de forma voluntária se manifestar quanto ao interesse em aderir ao PSA em sua propriedade rural através do termo de adesão e compromisso a ser disponibilizado ao mesmo. Essas premissas estão em sintonia com o disposto na deliberação CIF nº65/2017 que define como serviços ambientais passíveis de pagamento, a conservação e melhoria da qualidade e disponibilidade hídrica, conservação e incremento da biodiversidade, redução de processos erosivos e sequestro de carbono. As propriedades contempladas no PSA serão remuneradas pelo período de 5 (cinco) anos, cabendo à Fundação Renova, avaliar sobre a prorrogação desse prazo por até igual período conforme resultado dos indicadores do programa. O Produtor começa a receber o valor do PSA 1 ano após assinatura do termo de parceria, que ocorrerá tão logo o projeto da sua propriedade esteja concluído e validado pelas partes.

Valores a serem pagos por serviços ambientais:

Para o cálculo de valor de referência para o PSA, foi considerado como custo de oportunidade, baseado em dados médios da bacia do rio Doce, o valor de arrendamento de terra para a pecuária extensiva que é de R\$ 35,00 (trinta e cinco reais) /hectare/mês e a capacidade de carga de 0,6 cabeças de gado por hectare, chegando-se ao valor de R\$ 252,00 (duzentos e cinquenta e dois reais)/hectare/ano.

O Valor de referência de Pagamento (R\$/Ha/ano) para os projetos dessa modalidade será de R\$ 252,00 (duzentos e cinquenta e dois reais) /hectare/ano, acrescido de correções tendo como base de cálculo os índices do IPCA.

Para que o proprietário ou possuidor rural tenha direito ao valor integral do pagamento por hectare, deverá, em acordo com requisitos de termo de adesão e compromisso, firmado junto à Fundação Renova garantir a integridade das áreas em processo de restauração florestal, informando de forma imediata a existência de fatores de degradação que podem comprometer a efetividade das ações, tais como ataque de formigas, e outros insetos nas mudas, manter as cercas e aceiros conservados e não permitir a entrada de gado nos locais em recuperação.

CT-FLOR

Os valores repassados ao proprietário ou produtor a título de serviço ambiental terão caráter pecuniário.

Critérios mínimos para o Pagamento por Serviços Ambientais:

Para o repasse de recursos financeiros, conforme previsto no Termo de Adesão e Compromisso, o cumprimento deverá ser atestado por meio de Parecer Técnico elaborado pela Fundação Renova, demonstrando de forma clara o cumprimento dos objetivos do programa.

Para a elaboração de Parecer Técnico, a Fundação Renova viabilizará a realização de, pelo menos uma fiscalização a cada ano de vigência do termo em período anterior ao repasse do incentivo financeiro previsto, para verificação do cumprimento do objeto contratado, seja in loco, por meio de vistoria, ou de forma remota por meio da análise a partir de imagens aéreas, orbitais e/ou outros.

A vistoria dará origem ao relatório de Cumprimento do objeto do programa, que subsidiará Parecer Técnico necessário para permitir a liberação das parcelas do incentivo financeiro referente ao ano subsequente.

Na ocorrência de eventos climáticos ou de natureza adversa (caso fortuito ou força maior) que resultem no surgimento de processos erosivos ou de degradação nas áreas objeto de intervenção do Projeto e sendo observada a inércia do PROPRIETÁRIO OU POSSUIDOR RURAL em solucionar ou relatar formalmente os referidos eventos à FUNDAÇÃO RENOVA, tal conduta caracterizará infração a este TERMO, podendo a FUNDAÇÃO RENOVA encerrar o presente instrumento, após advertência, caso essa não seja devidamente atendida no prazo de 30 (trinta) dias.

6.10. Pesquisa e desenvolvimento

6.10.1. Ações

Tendo em vista toda a magnitude e peculiaridades deste programa, o que talvez faça dele o maior do Brasil, diversas soluções ainda precisam ser encontradas, uma vez que boa parte delas não se encontram disponíveis ou ainda não foram trabalhadas pela academia. Neste sentido, para garantir que haja ganho de escala, replicabilidade das técnicas utilizadas, além do

CT-FLOR

engajamento dos envolvidos, uma série de linhas de pesquisa e desenvolvimento deverão ser desenvolvidas. De maneira geral as seguintes linhas serão trabalhadas:

- Estudo de áreas prioritárias
- Indicadores
 - Inventário florestal para calibrar indicadores locais do programa e estabelecer ecossistema de referência
- Melhoria de técnicas de restauração florestal
 - Seleção de espécies mais adequadas às condições locais
 - Plantio direto de sementes
 - Sistemas agroflorestais
 - Controle de mato-competição – compostos químicos e herbicidas naturais
 - Controle de pragas
 - Testes de adubação
 - Testes de hidrogel
 - Mecanização para restauração florestal
 - Recuperação em aroeirais (Myracrodruon urundeuva)
 - Arranjos de plantio para potencializar o atendimento à cláusula
 - Ganho de escala na restauração florestal
 - Técnicas para atração de fauna dispersora
- Capacitações
 - Capacitação de mão de obra local nas técnicas de restauração florestal previstas para recuperação dos 40 mil ha

A lista acima elenca algumas das linhas identificadas até o momento, mas não exclui o universo de possibilidades necessárias para potencializar os resultados do programa

6.11. Gestão e controle da qualidade na restauração florestal

6.11.1. Ações

A etapa de gestão e controle da qualidade na restauração florestal, inicialmente prevê a execução de um inventário florestal para estabelecimento de referências ecológicas que nortearão a entrega das

CT-FLOR

áreas em processo de recuperação. Em paralelo e posteriormente ao estabelecimento dos parâmetros de referência, será executado o monitoramento qualitativo das áreas em processo de restauração. Tão logo os indicadores ecológicos sejam estabelecidos, o monitoramento ecológico para entrega da cláusula será iniciado.

A metodologia do inventário florestal pode ser observada no Anexo III – Metodologia do Inventário Florestal.

6.11.1.1. Inventário florestal diagnóstico (referência ecológica)

6.11.1.1.1. Justificativa Técnica

O diagnóstico dos ecossistemas de referência é justificado pela escassez de estudos específicos que retratem as condições atuais da vegetação sobre as nascentes, outras áreas de preservação permanentes e das áreas de recarga hídrica da bacia do rio Doce. Os dados secundários provenientes do estudo de (FRANÇA & STEHMANN, 2013), que avaliou a estrutura do componente arbóreo da floresta estacional semidecidual montana secundária no Alto Rio Doce e a florística e estrutura do componente arbóreo de remanescentes de Mata Atlântica do médio rio Doce, não retratam todas as fitofisionomias da bacia e nem a realidade dos diferentes usos do solo ao longo das áreas alvo deste estudo. Além disso, FRANÇA & STEHMANN (2013) avaliaram apenas os fragmentos florestais mais conservados de toda a bacia. Por isso é fundamental a caracterização de ecossistemas representativos da realidade das diferentes regiões da bacia e diferentes estados de conservação e degradação dos remanescentes naturais, que servirão de referência para avaliar o andamento das ações nas áreas em processo de restauração e nortear a adoção de ações de manejo adaptativo das áreas em restauração ecológica.

Portanto, os desenhos de plantio devem ser flexíveis, quanto a riqueza de espécies empregada, pois a intervenção humana é apenas uma forma de ajudar a restauração (SER, 2004) e o atributo mais importante que se deve manter o foco é a capacidade do ecossistema em se auto sustentar sem a nossa intervenção (CLEWELL; ARONSON, 2013). Neste sentido a leitura

CT-FLOR

paisagem do entorno é fundamental para saber o nível de intervenção humana e por quanto tempo isto deverá ocorrer (SUDING et al., 2016).

Desta forma se propõe a execução de um levantamento de nascentes e outras áreas de preservação permanente e áreas de recarga, bem como, uma caracterização do uso e um inventário florestal das áreas com uso florestal com o objetivo de definir os parâmetros dos indicadores para o monitoramento da trajetória ecológica e, também, o uso de informações para o planejamento das ações de restauração dos programas reparatórios e compensatórios de restauração florestal da Fundação Renova.

Importante citar que este estudo deixará um legado para a sociedade, pois apresentará um retrato da situação atual das áreas de preservação permanente e das áreas de recarga hídrica na bacia do rio Doce, com resultados que poderão ser utilizados no planejamento de políticas públicas e privadas para que beneficiem toda ou em parte a população da bacia do rio Doce.

6.11.1.1.2. Objetivo

O inventário florestal diagnóstico terá como objetivo a identificação as nascentes, outras APP's e áreas de recarga hídrica referência na bacia do rio Doce, bem como, calibrar os parâmetros e indicadores ecológicos de recuperação destas áreas no âmbito da bacia do rio Doce.

Este estudo contará com os seguintes objetivos:

- Realizar levantamento fitossociológico completo das áreas inventariadas;
- Verificar a densidade de copa da área de estudo;
- Aferir a compactação do Solo das sub bacias estudadas;
- Realizar coleta a análise química dos solos nas áreas de estudo;
- Observar a presença de erosão e qualificá-la nas sub bacias inventariadas;
- Verificar a textura das imagens de satélites e compará-las com a realidade de campo.

Através dos objetivos deste estudo será possível calibrar os indicadores dos programas de recuperação de Nascente e outras APP`s da bacia do rio Doce

CT-FLOR

e das áreas de restauração florestal na área ambiental 1. Os indicadores que poderão ser calibrados estão listados abaixo:

- Riqueza e diversidade da vegetação na área de estudo;
- Densidade de indivíduos por hectare na área de estudo;
- Cobertura de copa na área de estudo.

E como forma de legado para a bacia:

- Recrutamento de regenerantes das espécies florestais nativas das fitofisionomias inventariadas;
- Recrutamento de regenerantes exóticos ou invasores na área inventariada;
- Cobertura de gramíneas nas nascentes, outras APPs e áreas de recarga hídrica da bacia do rio Doce;
- Compactação do solo das nascentes, outras APPs e áreas de recarga hídrica da bacia do rio Doce;
- Fertilidade do solo das nascentes, outras APPs e áreas de recarga hídrica da bacia do rio Doce.

A metodologia do inventário florestal pode ser observada no anexo III

6.11.1.1.3. Monitoramento da qualidade

A ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas (2015) considera que um dos principais fatores no desempenho de uma organização é a qualidade de seus produtos e serviços.

A avaliação e o monitoramento da qualidade são fundamentais para redefinir a trajetória ambiental da área em processo de restauração, podendo prever situações de declínio ou baixo potencial de sustentabilidade futura, podendo evitar que todo o tempo e recurso investidos para a recuperação sejam desperdiçados em curto prazo (BRANCALION et al., 2012).

O objetivo deste monitoramento será verificar a qualidade na execução das principais operações referentes ao processo de implementação e manutenção de projetos de restauração florestal, por meio do desenvolvimento de ferramentas de gestão capazes de facilitar tomadas de decisões com maior segurança e rapidez. Para tanto, foram definidos indicadores para este monitoramento, quais sejam:

CT-FLOR

- Taxa de Mortalidade;
- Controle de Qualidade no Plantio (com sub-indicadores);
- Controle de Qualidade da Proteção Florestal (Cercamento e Aceiramento).

Este Monitoramento irá identificar o progresso ou a necessidade de intervenções dos programas de restauração florestal em andamento, bem como subsidiar o encerramento da cláusula 161 do TTAC. Serão objeto deste monitoramento todas as metodologias de recuperação definidas, conforme descrição a seguir:

- Monitoramento em áreas de plantio total de espécies nativas: adotará obrigatoriamente todo o escopo do monitoramento qualitativo e ecológico.
- Monitoramento em áreas com plantio de espécies nativas conjugado com a condução da regeneração natural de espécies nativas: adotará parcialmente o escopo do monitoramento qualitativo e obrigatoriamente o ecológico.
- Monitoramento em áreas de condução de regeneração natural de espécies nativas: adotará apenas o componente de avaliação da proteção florestal contra fatores de degradação e obrigatoriamente todos os componentes do ecológico.
- Monitoramento em áreas com uso de Sistemas Agroflorestais (plantio intercalado de espécies lenhosas, perenes ou de ciclo longo, exóticas com nativas de ocorrência regional, em até 50% (cinquenta por cento) da área total a ser recomposta): adotará obrigatoriamente o monitoramento qualitativo e uma adaptação da metodologia do monitoramento ecológico com bases nos indicadores definidos para esta modalidade.

O monitoramento da qualidade nas operações de restauração florestal que fazem parte do Programa 26 - Recuperação de APPs e áreas de recarga hídrica degradadas na bacia do rio Doce – será executado nas áreas de preservação permanente – APPs e áreas de recarga hídricas prioritárias na bacia do rio Doce.

CT-FLOR

No Tabela 2 a seguir encontra-se informações detalhadas da metodologia de medições dos indicadores citados acima tais como: O que, como, quando, onde avaliar e a Meta do indicador.

Tabela 2 - Informações detalhadas da metodologia de medições dos indicadores citados acima tais como: O que, como, quando, onde avaliar e a Meta do indicador

| Item de Monitoramento | O que avaliar | Como avaliar | Quando avaliar | Amostragem | Meta |
|---|---|---|---|--|-------------------------|
| TAXA DE MORTALIDADE | Percentual de mudas mortas e secas | <p>Verificar a condição das mudas em campo (quantificar mudas mortas e secas) A amostragem acontecerá em 100% das propriedades participantes do programa, em ao menos uma unidade de trabalho, (APP).</p> <p>A metodologia de coleta de dados se dará da seguinte forma: A contagem se iniciará de forma sistemática a partir da primeira linha de plantio, o caminhamento será realizado em linha até o limite da área amostral, avaliando 5 (cinco berços) e em seguida mudando para próxima linha paralela à direita, e novamente avaliando 5 (cinco) berços mudando para a próxima linha à direita, e assim sucessivamente até o limite final da área amostral.</p> | <p>1ª Avaliação: até 30 dias após o plantio;</p> <p>2ª Avaliação: 3 meses pós-plantio</p> | Mensurar 5% do número das mudas plantadas na unidade de trabalho selecionada. | Igual ou inferior a 20% |
| CONTROLE DE QUALIDADE NO PLANTIO | % de mudas não firmes | Avaliar as mudas plantadas em cada amostra e realizar a contagem dos desvios de cada item avaliado e registrar o percentual em relação ao total de mudas avaliadas. Quantificar o total de inconformidades na qualidade do plantio e calcular o % de desvio. | No Plantio | 100% das propriedades: Mensurar 5% do número das mudas plantadas na unidade de trabalho selecionada. | Igual ou superior a 80% |
| | % de mudas inclinadas | | No plantio | | |
| | % de mudas quebradas | | Contínuo | | |
| | % covas sem mudas | | Contínuo | | |
| | % de mudas sem bacia | No Plantio | | | |
| | % de mudas com coleto soterrado | A amostragem acontecerá em 100% das propriedades participantes do programa, em ao menos uma unidade de trabalho,(APP). | No Plantio | | |
| | % de mudas atacadas por pragas (insetos) | A metodologia de coleta de dados se dará da seguinte forma: A contagem se iniciará de forma sistemática a partir da primeira linha de plantio, o caminhamento será realizado em linha até o limite da área amostral, avaliando 5 (cinco berços) e em seguida mudando para próxima linha paralela à direita, e novamente avaliando 5 (cinco) berços mudando para a próxima linha à direita, e assim sucessivamente até o limite final da área amostral. | Contínuo | | |
| | % mudas com sintomas de doenças (fungos e bactérias) | | Contínuo | | |
| | % mudas com sintomas de deficiência nutricional | | Contínuo | | |
| | % mudas com Gel exposto | | No Plantio | | |

| Item de Monitoramento | O que avaliar | Como avaliar | Quando avaliar | Amostragem | Meta |
|--|---|--|----------------|--|--|
| | % de mudas com a profundidade de plantio inadequada | | No Plantio | | |
| | vestígio de animais domésticos na unidade de trabalho | | Contínuo | | |
| CONTROLE DE QUALIDADE DA PROTEÇÃO FLORESTAL | Cercamento da Unidade De Trabalho Percentual de não conformidades | <p>A amostragem acontecerá em 100% das propriedades participantes do programa, em ao menos uma unidade de trabalho (APP).</p> <p>Observa-se que o item: conformidade das distâncias mínimas do curso d'água referente ao cercamento de app, constituem requisitos legais e deverão ser cumpridas em 100% das unidades de trabalho.</p> <p>Itens a serem avaliados na qualidade do cercamento: Estacas de eucalipto tratado com anti-racha; Diâmetro mínimo das estacas; Cerca rompida; presença de arame bambo.</p> <p>1º fio (Arame liso) e 4 fios (Arame farpado); Estacas firmes; Vértices com esticador (mourão) em eucalipto tratado; Altura e diâmetro do mourão.</p> <p>Distanciamento entre estacas e entre arames pode variar em até no máximo 10%.</p> | Semestral | 100% das propriedades com: avaliação aleatória de no mínimo uma unidade de trabalho (APP) Verificar 100% do perímetro cercado da unidade de trabalho selecionada. | % de não conformidades igual ou inferior a 20% |

| Item de Monitoramento | O que avaliar | Como avaliar | Quando avaliar | Amostragem | Meta |
|-----------------------|---|---|----------------|---|---|
| | <p>Aceiramento da Unidade De Trabalho</p> <p>Percentual de não conformidades</p> | <p>A amostragem acontecerá em 100% das propriedades participantes do programa, em ao menos uma unidade de trabalho, (APP), definida por sorteio aleatório.</p> <p>Presença e disposição do aceiro em relação à cerca (dentro, fora ou no meio); Largura de 3 metros; Ocorrência de galhos que possibilitem a passagem do fogo por cima do aceiro; Presença de material combustível;</p> | Semestral | <p>100% das propriedades com: avaliação aleatória de no mínimo uma unidade de trabalho (APP)</p> <p>Verificar 100% do perímetro cercado da unidade de trabalho selecionada.</p> | <p>% de não conformidades igual ou inferior a 20%</p> |

CT-FLOR

2013). Sendo assim, os protocolos de monitoramento são importantes porque padronizam e garantem a possibilidade de comparação de resultados obtidos em diferentes locais, permitindo ainda avaliações em escala regional ou mesmo global (VIANI et al. 2017).

Do ponto de vista ecológico, estudos que investigaram quais os fatores de sucesso das ações de restauração revelaram que os resultados são muito variáveis: tanto para a biodiversidade dos diferentes grupos taxonômicos (plantas, aves, mamíferos, anfíbios e invertebrados) quanto para as métricas estruturais da vegetação (cobertura, densidade, serapilheira, biomassa e altura) (CROUZEILLES et al. 2016, MELI et al. 2017, CROUZEILLES et al. 2017). No entanto destacam, de maneira geral, que os principais fatores que influenciam o sucesso da restauração são o 1) tempo desde o início das intervenções, 2) o tipo de distúrbio que degradou o ecossistema (mais ou menos intensos) e 3) o contexto da paisagem (maior ou menor cobertura florestal e precipitação anual) (CROUZEILLES et al. 2016, MELI et al. 2017, CROUZEILLES et al. 2017).

Esses resultados reforçam que prever o sucesso das ações de restauração ecológica ou a dinâmica sucessional não é uma tarefa trivial (WORTLEY et al 2013, NORDEN et al 2015, BRUDVIG 2017). Neste sentido a leitura da paisagem do entorno será fundamental para saber o nível de intervenção humana e por quanto tempo isto deverá ocorrer (SUDING et al., 2016).

Como os estudos citados não retratam as especificidades da bacia do rio Doce e, pela necessidade de localizar ambientes de referência para as áreas de preservação permanente, foi proposto a realização de um inventário florestal para diagnóstico de nascentes, outras APPs e áreas de recarga hídrica em toda a bacia do rio Doce.

6.11.1.1.4.1. Parâmetros/Indicadores

Para avaliação dos resultados do programa e assegurar que os objetivos foram alcançados são definidos indicadores e metas. Os indicadores para este fim foram classificados da seguinte forma:

- Indicadores de eficácia: Avalia a capacidade do projeto ou processo de produzir o resultado desejado.

CT-FLOR

- Indicadores de efetividade: Avalia a eficácia na realização dos resultados esperados do programa ao longo do tempo.

A meta do indicador de eficácia é o atingimento de 40.000 ha recuperados, conforme estabelecido na cláusula 161 do TTAC.

6.11.1.1.4.2. Parâmetros

Em um esforço conjunto entre Fundação Renova, IBAMA, Laboratório de Restauração Florestal da Universidade Federal de Viçosa (LARF-UFV), Instituto Estadual de Florestas (IEF-MG) e Instituto Estadual do Meio Ambiente (IEMA-ES), foi produzido um protocolo de cenários de potencial de regeneração natural e de indicadores/parâmetros de monitoramento para cada um destes cenários.

Adotou-se neste estudo uma abordagem semelhante à utilizada por (MARTINS et al., 2014) para classificar as regiões do estado do Espírito Santo quanto ao potencial de regeneração natural, porém com as peculiaridades das situações encontradas na região localizada entre Mariana e Santa Cruz do Escalvado-MG, diretamente atingida pelo depósito de rejeitos.

Nesta abordagem foram definidos três cenários de resiliência, sendo eles: o Cenário A, em que as áreas apresentam alto potencial de regeneração natural; o Cenário B, das áreas com médio potencial de regeneração; e o Cenário C, das áreas com baixo ou sem potencial de regeneração. Assim, para cada cenário foram definidas modalidades de restauração, os indicadores ecológicos ou parâmetros a serem monitorados e os resultados esperados para estes indicadores, no quarto e sexto ano após implantação do projeto, em atendimento as diretrizes estabelecidas na cláusula 161 do TTAC.

Quadro 3 - Cenários considerados e critérios de avaliação definidos para cada indicador e ambiente*

| b) CENÁRIOS | | APP, ARH, nascentes |
|-------------|--|------------------------------|
| ATIVA | C – Baixo Potencial ou SEM regeneração | < 800 ind/ha |
| | B – Médio Potencial | 800 a 1600 ind/ha |
| ASSISTIDA | A – Alto Potencial | > 1600 ind/ha |
| | 0 – Frags inicial | Resolução CONAMA MG 392/2007 |

* *Os fragmentos florestais em estágio inicial de regeneração só serão utilizados no programa se evidenciada a necessidade de ações de restauração florestal assistida (condução da regeneração natural, adensamento e enriquecimento dos grupos de espécies localmente comprometidos), não se limitando ao isolamento dos fatores de degradação (cercamento), garantindo inequívoca adicionalidade para recuperação da biodiversidade regional e retorno da área à sua trajetória ecológica de sucesso.*

Foram considerados os cenários apresentados para avaliação e definição de indicadores específicos e os limites mínimos de inclusão para cada critério, sendo os mesmos projetados a curto e médio prazos (4 e 6 anos), a fim de possibilitar o monitoramento e comparação da evolução destas áreas ao longo do tempo. A avaliação da área no segundo ano de implantação será reportada para a CT-Flor, por meio de informe compilado, por região, com base na avaliação das fases de implantação e manutenção das áreas, para dar clareza sobre a efetividade da implantação, incluindo as soluções propostas.

6.11.1.2. Indicadores

Indicadores ecológicos são variáveis capazes de medir pressões, estados ou respostas e que permitem descrever ou avaliar condições, mudanças ambientais ou um conjunto de objetivos (PEREIRA *et al.* 2013). Um bom indicador deve ser sensível aos fatores que atuam sobre o ecossistema e deve permitir previsões a respeito dos efeitos da degradação ou das práticas de restauração; os indicadores ideais são integrativos, ou seja, representam ou estão diretamente relacionados à outras variáveis mais difíceis de medir.

Para cada um dos diferentes cenários anteriormente citados, serão considerados diferentes critérios de avaliação dos indicadores abaixo elencados:

- Riqueza;
- Densidade;
- Cobertura do dossel.

6.11.1.2.1. Riqueza de espécies

Assumindo que um dos principais objetivos da restauração ecológica é restaurar a biodiversidade dos ecossistemas naturais, entende-se essencial avaliar sua diversidade¹² de espécies nativas. No entanto, o conceito de diversidade que essencialmente representa a variedade de espécies presentes em uma área de estudo definida¹³ pode ser calculado através de diversas métricas, sendo a riqueza ou número de espécies a sua medida mais fundamental (MAGURRAN 2013).

12 Um "índice de diversidade", portanto, é uma única estatística que incorpora as informações de riqueza e abundância e que resulta em uma medida da heterogeneidade. Existem muitas formas de se calcular tais medidas e cada uma delas pode dar mais ou menos peso aos seus componentes, podendo gerar resultados bastante variáveis (MAGURRAN 2013).

13 Considerando as limitações do número de espécies nativas e suas respectivas quantidades disponíveis nos viveiros florestais ou redes de sementes (IPEA 2015, SILVA *et al.* 2017, VIDAL & RODRIGUES 2019, VIDAL *et al.* 2020), sobretudo na bacia do rio Doce onde a cadeia da restauração é recente, não é razoável estabelecer indicadores e parâmetros relacionados aos índices de diversidade. Por esse motivo, vamos utilizar a medida fundamental e mais simples da diversidade biológica que é a riqueza de espécies, facilitando a comparação com outras referências.

CT-FLOR

Neste sentido, foram definidas as mesmas regras e critérios de inclusão para as projeções futuras estabelecidas nas características de riqueza de espécies para ambos os cenários, isto porque em cada um deles, existirão características de base diferenciadas sendo, em todos os cenários, projetadas condições de evolução ao longo do intervalo de análise determinado, independente da condição inicial verificada.

Quadro 4 - Projeção dos resultados esperados quanto a riqueza de espécies para cada cenário ao longo dos intervalos definidos.

| CENÁRIOS | RESULTADOS ESPERADOS PARA A RIQUEZA DE ESPÉCIES | |
|----------------------------------|---|---|
| | 4 anos | 6 anos |
| A B C | Entre 30-40% da riqueza de espécies nativas com relação ao ecossistema de referência (Floresta em estágio secundário médio) | >40% da riqueza de espécies nativas com relação ao ecossistema de referência (Floresta em estágio secundário médio) |

Vale ressaltar que a definição dos valores a serem tomados como base de comparação para estes estudos (ecossistema de referência), serão obtidos diante os resultados do inventário florestal para a Bacia do Rio Doce, na qual será tomada a média dos valores encontrados como valor de referência.

Nesta perspectiva, os valores encontrados em cada um dos anos avaliados, terão, obrigatoriamente, que apresentar uma evolução na riqueza das espécies ao longo dos anos. Caso esta progressão da riqueza não seja atingida, ações de manejo adaptativo deverão ser implementadas, dependendo do cenário enquadrado, como apresentado a seguir:

- Cenários A e B: Restauração assistida (condução da regeneração, enriquecimento e adensamento)
- Cenário C: Restauração ativa (plantio direto de sementes e/ou mudas).

6.11.1.2.2. Densidade de regenerantes

Um dos indicadores mais importantes do reestabelecimento dos processos ecológicos é a presença de indivíduos regenerantes, cujo estabelecimento é favorecido por uma estrutura florestal capaz de propiciar as condições para a chegada e germinação de propágulos. Através do registro dos regenerantes em uma dada comunidade é possível avaliar diversos dos atributos definidos pela

CT-FLOR

SER¹⁴ para os ecossistemas restaurados (SER 2004), revelando se essas áreas estão ou não sendo colonizadas, se oferecem condições para o estabelecimento desses diferentes grupos funcionais, se as interações fauna e flora estão ocorrendo e, em última instância, se essas áreas em processo de restauração serão sustentáveis ao longo do tempo.

O objetivo é avaliar o montante de indivíduos vegetais que estão se desenvolvendo, bem como a viabilidade dos seus usos para o processo de restauração ecológica da área. Como critério de inclusão deste parâmetro, será considerado todos os indivíduos¹⁵ de característica arbustiva e arbórea com altura entre 0,3 e 1,3 metro e com circunferência a altura da base (CAB) $\leq 15,7$ cm. Desta forma, tanto os regenerantes presentes no momento do plantio quanto os indivíduos plantados terão superado essa medição ao final do período, fazendo com que deixem de contar como tal.

Diante disto, são apresentados os critérios de inclusão para os três cenários avaliados e sua proporção estimada ao longo de 6 anos¹⁶.

14 SER (Society for Ecological Restoration International – Sociedade Internacional para a Restauração Ecológica).

15 Dada a dificuldade de identificação precisa de indivíduos jovens, esse registro será feito com base no reconhecimento de morfoespécies, diferenciando pelo menos a quantidade de “tipos” vegetais.

16 Na versão anterior da definição do programa 26, a densidade de regenerantes não conversava com o quadro de indicadores, quando o método proposto e os valores de referência de entrega do programa eram baseados inicialmente nos cenários, que por sua vez, eram suportados pela quantidade de regenerantes na área. Nesta versão, houve um esforço para adequar os valores dos indicadores à quantidade de regenerantes na área.

Quadro 5 - Número de indivíduos propostos na avaliação da densidade de regenerantes para cada cenário analisado.

| CENÁRIOS | RESULTADOS ESPERADOS PARA A DENSIDADE DE REGENERANTES | |
|-----------|---|---|
| | 4 anos | 6 anos |
| A | > 1200 indivíduos nativos regenerantes/ha | > 2000 indivíduos nativos regenerantes/ha |
| B* | > 1200 indivíduos de espécies nativas/ha | > 2000 indivíduos de espécies nativas/há |
| C* | > 600 indivíduos de espécies nativas/ha | > 1200 indivíduos de espécies nativas/há |

*Incluído o número de espécies plantadas.

6.11.1.2.3. Cobertura de Dossel

As árvores são os principais componentes que definem a estrutura dos ecossistemas florestais e não por acaso esse é o primeiro atributo que uma área restaurada deve cumprir (SER 2004). Ao manter os parâmetros esperados para a cobertura do dossel, pode-se esperar que outros atributos sejam alcançados: proteção do solo, produção de serapilheira e ciclagem de nutrientes, favorecimento de microclimas adequados à outras espécies e formas de vida, etc. (RUIZ-JAEN & AIDE 2005).

| CENÁRIOS | RESULTADOS ESPERADOS PARA A COBERTURA DO DOSSSEL | |
|----------|--|----------------------------------|
| | 4 anos | 6 anos |
| A | ≥80% da área coberta pelo dossel | ≥80% da área coberta pelo dossel |
| B | | |
| C | | |

6.11.1.3. Parâmetros dos indicadores ecológicos

O Brasil é um grande exemplo mundial dos avanços no conhecimento em ecologia da restauração e práticas de restauração ecológica (RODRIGUES et al. 2009), mas o desafio de avaliar a efetividade dessas iniciativas persiste como uma lacuna do conhecimento (SUDING et al. 2011, DURIGAN et al. 2016). A avaliação e monitoramento do desenvolvimento das comunidades vegetais reestabelecidas por meio de ações de restauração depende da escolha acertada

CT-FLOR

de indicadores ecológicos, da definição dos métodos e frequência de coleta dos dados e do delineamento e esforço amostral (VIANI et al. 2017, PEREIRA et al. 2013).

Sendo assim, a revisão periódica de indicadores de monitoramento deve ser uma constante, pois os conceitos dos melhores indicadores e dos valores de referência mais apropriados de cada indicador em cada situação somente serão obtidos com o acúmulo de dados de áreas monitoradas na Bacia do Rio Doce, conforme Seção IV: Revisão dos Programas previsto no TTAC.

Nesse sentido, alguns dos indicadores apresentados anteriormente não são adequados para o monitoramento ecológico atestar a conclusão dos projetos, sendo, entretanto, esses indicadores extremamente relevantes e serão monitorados durante as etapas iniciais pós-implantação. Dentre os indicadores destacamos a avaliação da cobertura por gramíneas, a avaliação de solo exposto e a 1º campanha de monitoramento.

A avaliação de cobertura por espécies invasoras (e.g. gramíneas forrageiras africanas) pode indicar uma situação muito pontual, sobretudo ao longo do tempo. Isso porque a presença dessas espécies-problema é muito dinâmica, o que pode mascarar a real condição da área de estudo: se a capina manual/mecânica ou a capina química foi realizada pouco antes de uma avaliação, o resultado positivo será superestimado. Além disso, a presença dessas gramíneas deve ser naturalmente controlada pelo sombreamento decorrente da cobertura do dossel bem formado. Portanto, se o indicador de cobertura do dossel está relacionado ao controle das gramíneas no solo, e ainda representa a estruturação de um ecossistema florestal, não há motivo para considerar a cobertura por espécies invasoras no monitoramento ecológico, pois o acompanhamento e a manutenção já são avaliados no monitoramento da qualidade gerando ações corretivas rápidas para o seu controle efetivo.

A avaliação de solo exposto, da mesma forma que a avaliação de cobertura por espécies invasoras, também deve estar relacionada à estruturação do dossel.

A 1º campanha do monitoramento não é esperada que provoque uma alteração significativa para a trajetória sucessional das áreas em processo de restauração, já que para essa campanha foram sugeridos parâmetros considerando os valores registrados fora da Bacia do Rio Doce. Portanto com intuito de garantir

CT-FLOR

um monitoramento simples e de fácil aferição, viabilizando a avaliação das extensas áreas que estão e serão restauradas pela Fundação Renova o monitoramento até o 2º ano pós plantio será realizado via monitoramento da qualidade.

O Quadro 6 – Parâmetros e indicadores para restauração. abaixo apresenta os valores de referência para orientar as estratégias para o monitoramento ecológico das áreas em restauração com espécies nativas.

Quadro 6 – Parâmetros e indicadores para restauração.

| Cenário | Modalidade/técnica | Parâmetros/Indicadores | Resultados esperados em 4 anos | Resultados esperados em 6 anos |
|---|---|--|--|--|
| Cenário A Áreas com alto potencial de regeneração | condução de regeneração natural de espécies nativas | Riqueza de espécies | Entre 30-40% da riqueza de espécies nativas com relação ao ecossistema de referência (Floresta em estágio secundário médio) | >40% da riqueza de espécies nativas com relação ao ecossistema de referência (Floresta em estágio secundário médio) |
| | | Densidade de regenerantes (entende-se como regenerantes, indivíduos com altura entre 0,3 e 1,3 metro e circunferência na altura da base menor ou igual a 15,7cm) | > 1200 indivíduos nativos regenerantes/ha | > 2000 indivíduos nativos regenerantes/ha |
| | | Cobertura do dossel | ≥80% da área coberta pelo dossel | ≥80% da área coberta pelo dossel |
| Cenário B Áreas com médio potencial de restauração | Plantio de espécies nativas conjugado com a condução da regeneração natural de espécies nativas (Enriquecimento, adensamento, nucleação); | Riqueza de espécies | Entre 30-40% da riqueza de espécies nativas com relação ao ecossistema de referência (Floresta em estágio secundário médio) | >40% da riqueza de espécies nativas com relação ao ecossistema de referência (Floresta em estágio secundário médio) |
| | | Densidade total de espécies nativas (Mudas + regenerantes) | > 1200 indivíduos de espécies nativas/ha | > 2000 indivíduos de espécies nativas/ha |
| | | Cobertura do dossel | ≥80% da área coberta pelo dossel | ≥80% da área coberta pelo dossel |
| | Sistemas Agroflorestais em app | Proporção de espécies arbóreas nativas regionais | Acima de 50% | Acima de 50% |
| | | Cobertura do dossel | ≥80% da área coberta pelo dossel | ≥80% da área coberta pelo dossel |
| | | Riqueza total de espécies | No mínimo 10 espécies, lenhosas, perenes, de ciclo longo por hectare ou fração, sendo que para propriedades com área de APP passível de restauração igual ou menor que 0,2ha deverão ser plantadas no mínimo 4 espécies. | No mínimo 10 espécies, lenhosas, perenes, de ciclo longo por hectare ou fração, sendo que para propriedades com área de APP passível de restauração igual ou menor que 0,2ha deverão ser plantadas no mínimo 4 espécies. |
| | | Estratificação | Presença do componente arbóreo + um componente (herbáceo ou arbustivo) | Presença do componente arbóreo + um componente (herbáceo ou arbustivo) |

| Cenário | Modalidade | Parâmetros/ Indicadores | Resultados esperados em 4 anos | Resultados esperados em 6 anos |
|---|-----------------------------------|--|---|---|
| Cenário C Áreas com baixo potencial de restauração | Plantio total de espécies nativas | Densidade total de espécies nativas (Mudas + regenerantes) | > 600 indivíduos de espécies nativas/ha | > 1200 indivíduos de espécies nativas/ha |
| | | Riqueza de espécies | Entre 30-40% da riqueza de espécies nativas com relação ao ecossistema de referência (Floresta em estágio secundário médio) | >40% da riqueza de espécies nativas com relação ao ecossistema de referência (Floresta em estágio secundário médio) |
| | | Cobertura do dossel | ≥80% da área coberta pelo dossel | ≥80% da área coberta pelo dossel |
| | Sistemas Agroflorestais em app | Proporção de espécies arbóreas nativas regionais | Acima de 50% | Acima de 50% |
| | | Cobertura do dossel | ≥80% da área coberta pelo dossel | ≥80% da área coberta pelo dossel |
| | | Riqueza total de espécies | No mínimo 10 espécies, lenhosas, perenes, de ciclo de longo por hectare ou fração | No mínimo 10 espécies, lenhosas, perenes, de ciclo de longo por hectare ou fração |

CT-FLOR

6.11.1.3.1.1. Análise estatística e tratamento dos dados

A estrutura de dados sobre indicadores de monitoramento (e.x., os indicadores todos: riqueza de espécies, densidade de regenerantes, cobertura do dossel) como variáveis de análise dos três cenários de regeneração, ecossistema de referência e levantamentos bianuais poderá ser avaliada para determinar seu tipo de distribuição com o teste de Shapiro-Wilk (CRAWLEY, 2012).

Seguidamente, indicam-se realizar comparações independentes das médias dos diferentes indicadores encontrados em cada cenário de regeneração com relação à média dos indicadores avaliados em ecossistema de referência (floresta nativa em estágio médio) para cada levantamento bianual de monitoramento (4 e 6 anos). Uma vez conferida à distribuição da estrutura dos dados, propõe-se um teste t para amostras independentes com distribuição normal, e no caso contrário que os dados apresentem uma distribuição não normal propõe-se a aplicação do teste Mann-Whitney (CRAWLEY, 2012).

Para comparar médias das variáveis (e.x., os indicadores todos) ao longo do tempo baseado nos levantamentos bianuais de monitoramento (4 e 6 anos), indica-se uma ANOVA de dois caminhos (para dados distribuídos normalmente) seguida de um teste a posteriori tukey ($p < 0,05$), e teste de Kruskal-Wallis (para dados não distribuídos normalmente) seguido por um teste a posteriori de Dunn (DINNO, 2017).

Indica-se testar uma série de modelos lineares generalizados e modelo de regressão linear para encontrar os modelos mais parcimoniosos que expliquem os efeitos principais do tempo como variável preditor sobre os indicadores de monitoramento (variáveis respostas), para cada cenário (A, B, C). A seleção dos modelos dependerá das características específicas dos dados em relação às premissas para aplicar cada tipo de modelo. Finalmente se estimará a razão de mudança temporal dos diferentes indicadores nos diferentes cenários de regeneração em relação ao ecossistema de referência.

CT-FLOR

6.12. Critérios de encerramento

O programa de “Recuperação das Áreas de Preservação Permanente e de Recarga Hídrica Degradadas da Bacia do Rio Doce” será encerrado quando forem alcançadas as metas dos indicadores de eficácia I00 (Anexo I - Fichas dos indicadores), desde que sejam atingidas também, as metas mínimas dos indicadores de efetividade considerando o percentual amostrado em cada cenário de recuperação, com a devida comprovação em um processo de monitoramento e validado por auditoria independente ou vistorias dos órgãos ambientais.

Uma vez que existe a possibilidade da descontinuidade do processo de restauração por desistência do produtor rural, o déficit gerado por estas áreas poderão ser compensados em Unidades de Conservação, a fim de atender a meta dos indicadores. Os critérios para elegibilidade das áreas deverão ser propostos pela Fundação Renova e aprovados pela CT-Flor. A restauração florestal a ser executada não poderá sobrepor áreas de atuação de outros programas.

7 Interfaces do programa

7.1 Interface com outros programas

| Programa | Descrição da interface | Ações de Encaminhamento |
|---|--|---|
| PG 18 e 20 - Diversificação da Economia e Estímulo à contratação local | Diversificação econômica e Estímulo a Contratação Local | Identificação de viveiros locais para fornecimento de mudas. |
| PG 17 e 40 - Retomada da Atividade Agropecuária e Fomento ao CAR e PRA | Compatibilização entre a restauração florestal e o desenvolvimento rural sustentável | Elaboração do plano de mobilização e engajamento que contempla ações de Assistência Técnica e Extensão Rural |
| PG 15 - Tecnologias sócio econômicas | PID e Desenvolvimento de Tecnologias | Elaboração do plano de mobilização e engajamento que contempla a implantação de tecnologias sociais |
| PG 28, PG30 e PG 39 - Conservação da Biodiversidade | Indicação de espécies ameaçadas e hotspots | Utilização da lista de espécies de flora ameaçada apresentadas pelo estudo de avaliação do impacto do rompimento da barragem sobre as espécies terrestres ameaçadas de extinção |

| | | |
|--|---|--|
| PG 03 - Povos Indígenas | Fomentar atividades rentáveis da cadeia de restauração | Visita a aldeia Pataxó para identificação de possibilidades e sinergia na implantação do programa |
| PG 25 - Recuperação da área ambiental 1 | Revegetação, Enroncamentos e Outros Métodos | Aproveitamento dos métodos utilizados para recuperação de solo na construção das soluções do programa |
| PG 27 - Recuperação de nascentes | Recuperação de Nascentes | Compartilhamento de técnicas e ações e compatibilização de das ações, tendo em vista a sinergia dos programas |
| PG 33 - Educação Ambiental | Definição de ações para mobilização e engajamento dos proprietários de terras | Elaboração em conjunto do plano de mobilização e engajamento que define métodos e ações para mobilização e engajamento de proprietários rurais |

7.2 Outras modalidades de Restauração

7.2.1 Interface com programas governamentais

Para atendimento da cláusula 161 do TTAC, a Fundação Renova, sempre que houver interesses convergentes com os governos estaduais, deve construir uma agenda integrada para a restauração Florestal, criando metas, etapas e indicadores compatíveis a essa agenda, com a necessária oitiva do Comitê Interfederativo – CIF para deliberação sobre quaisquer alterações de escopo do referido programa.

Ressalta-se que, no Termo de Transação e Ajustamento de Conduta – TTAC, no parágrafo quarto da cláusula 161, é previsto que “A recuperação das APPs referidas no caput deverá seguir metodologia similar ao Programa Reflorestar, Produtor de Água ou iniciativas semelhantes, nos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo”.

7.2.2 Interface com o Programa de Recuperação de Nascentes da Bacia do Rio Doce (PG27)

As áreas da cláusula 161 poderão ser direcionadas para promover conexão entre fragmentos, ampliação e/ou recuperação de áreas de recarga das nascentes objeto da cláusula 163. As áreas a serem restauradas poderão

CT-FLOR

ser propostas pela Renova e alinhado com o CBH Doce. Serão apresentadas a UGR e submetidas a aprovação da CTFLORE e CIF mediante projetos e justificativas. A avaliação do pleito deve considerar o excedente do escalonamento proposto no P4 para cada ano.

7.2.3 Unidades de Conservação - UC e Unidades Demonstrativas - UD

A execução da restauração florestal nas unidades de conservação (UCs) e demais áreas que possam atuar como unidades demonstrativas (UDs) poderão ser previstas para áreas. O excedente que porventura ocorra poderá ser executado em áreas disponíveis em UCs e UD e que tragam benefícios diversos para a sociedade em sintonia com as premissas estabelecidas no programa. As áreas beneficiadas devem ser restritas à bacia do rio Doce, desconsiderando fragmentos em estágio médio e avançado de regeneração, atuando em áreas em estágio inicial com as mesmas condições dos programas, não utilizando a restauração passiva e priorizando áreas que promovam conectividade e formação de corredores. A restauração florestal a ser executada não poderá sobrepor áreas de atuação de outros programas. As áreas serão apresentadas a UGR e submetidas a aprovação da CTFLORE e CIF mediante projetos e justificativas. A avaliação do pleito deve considerar o excedente do escalonamento proposto no P4 para cada ano e priorizar áreas dentro do P3.

8 Cronograma de execução e entrega de relatórios

O acompanhamento do programa pela CT-Flor será feito anualmente através de relatórios que consolidem os resultados de cada etapa descrita na definição do programa. O relatório será entregue no segundo semestre de cada ano e deverá apresentar os resultados obtidos no ano hidrológico anterior (abril – março). O relatório deverá conter minimamente a seguinte estrutura:

- Sumário executivo das ações realizadas no ano

CT-FLOR

- Resultados parciais de todas as etapas de execução que ocorreram ao longo do ano com fotografias e dados geográficos
- Planejamento do próximo ano
- Anexos
- Evidências
- Base de dados geográficos
- Estudos realizados
- Todas as informações adicionais que julgar indispensáveis.

8.1 Cronograma executivo

|  | | PROGRAMA 026 - Recuperação de Área de Proteção Permanente - APPs | Data de Corte: Qua 31/03/21 |
|---|---|--|-----------------------------|
| Id | Nome | Início | Término |
| 0 | PG026 - Recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APP) e Recargas Hídricas | Seg 22/08/16 | Ter 31/12/30 |
| 1 | <i>1 Início do programa</i> | Seg 22/08/16 | Seg 22/08/16 |
| 2 | 2 Marcos | Seg 22/08/16 | Qui 03/10/30 |
| 42 | 3 Definição | Seg 31/10/16 | Seg 19/07/21 |
| 73 | 4 Execução | Ter 01/08/17 | Ter 31/12/30 |
| 74 | 4.1 Gerenciamento e Custos Diversos | Ter 01/08/17 | Ter 31/12/30 |
| 84 | 4.2 Fomento a Cadeia de Sementes e Mudas (REDE) | Qua 21/11/18 | Qua 19/07/23 |
| 359 | 4.3 Recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APP) e Recargas Hídricas | Ter 01/08/17 | Qui 03/10/30 |
| 360 | 4.3.1 Piloto - 2018/2019 | Ter 01/08/17 | Seg 13/07/26 |
| 544 | 4.3.2 Ano 01 - 2019/2020 | Ter 01/08/17 | Qui 17/08/28 |
| 768 | 4.3.3 Ano 02 - 2020/2021 | Ter 01/08/17 | Ter 10/04/29 |
| 1024 | 4.3.4 Ano 03 - 2021/2022 | Seg 01/07/19 | Qua 23/08/28 |
| 1132 | 4.3.5 Ano 04 - 2022/2023 | Qua 05/01/22 | Sex 28/12/29 |
| 1135 | 4.3.6 Ano 05 - 2023/2024 | Qua 05/01/22 | Sex 28/12/29 |
| 1138 | 4.3.7 Ano 06 - 2024/2025 | Qua 05/01/22 | Sex 28/12/29 |
| 1141 | 4.3.8 Ano 07 - 2025/2026 | Sex 05/01/24 | Qui 03/10/30 |
| 1144 | 4.3.9 Ano 08 - 2026/2027 | Sex 05/01/24 | Qui 03/10/30 |
| 1147 | 4.3.10 Ano 09 - 2027/2028 | Sex 05/01/24 | Qui 03/10/30 |
| 1150 | 4.3.11 Ano 10 - 2028/2029 | Sex 05/01/24 | Qui 03/10/30 |
| 1153 | <i>4.3.12 Conclusão da execução do PG 26 - APPs Alto, Médio e Baixo Rio Doce</i> | Qui 03/10/30 | Qui 03/10/30 |
| 1154 | 4.3.13 Parcerias | Sex 28/09/18 | Ter 09/05/23 |
| 1315 | 5 Encerramento | Sex 04/10/30 | Seg 30/12/30 |
| 1316 | 5.1 Apresentar resultados para a Diretoria | Sex 04/10/30 | Seg 07/10/30 |
| 1317 | 5.2 Encerramento externo | Sex 04/10/30 | Ter 12/11/30 |
| 1318 | 5.3 Encerramento interno | Qua 13/11/30 | Seg 30/12/30 |
| 1319 | <i>5.4 Encerramento concluído</i> | Seg 30/12/30 | Seg 30/12/30 |
| 1320 | <i>6 Programa 26 finalizado</i> | Seg 30/12/30 | Seg 30/12/30 |

9 Responsáveis pela Elaboração do Programa

| Nome | Formação | Cargo |
|---------------------------------|---------------------------|--|
| Claudio Barbosa Soares | Engenheiro Florestal | Especialista Restauração Florestal |
| Felipe de Drummond Alves | Engenheiro Florestal | Especialista do Uso Sustentável da Terra |
| Felipe Marauê Marques Tieppo | Engenheiro Florestal, Msc | Especialista Restauração Florestal |
| Jose Almir Jacomelli Junior | Biólogo | Coordenador de Restauração Florestal |
| Leonardo Ferreira da Silva | Engenheiro Agrônomo, Msc | Especialista Restauração Florestal |
| Marcel Sander Marques Rodrigues | Engenheiro Civil | Analista de gestão, planejamento, controle e orçamento |
| Tercio Koehler | Engenheiro Florestal | Especialista em operações agroflorestais |

10 Membros do GT de indicadores

| Nome | Órgão |
|------------------------------|--|
| Daniel Santos Pinho | IBAMA |
| Fábio de Alcântara Fonseca | Instituto Estadual de Florestas - MG |
| Felipe de Drummond Alves | Fundação Renova |
| Felipe Marauê Marques Tieppo | Fundação Renova |
| Frederico Pereira Pinto | Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - ES |
| José Carlos Carvalho | Fundação Renova |
| Lucas de Oliveira Scarascia | Fundação Renova |
| Luciano de Petribú Faria | IBAMA |
| Tercio Koehler | Fundação Renova |

11 Membros do GT de revisão do Programa

| Nome | Órgão |
|--------------------|--|
| Carolina Arantes | ANA |
| Flávia Ramos | MPF |
| Josemar Ramos | IBAMA |
| Júnior Loss | CBH-Doce |
| Luciane Teixeira | Prefeitura Municipal de Governador Valadares |
| Marcos Sossai | SEAMA |
| Miguel Ribon | SEAPA |
| Patrick Hemaïdam | IEMA |
| Rafael Pompermayer | Fundação Renova |
| Thiago Gelape | IEF |

12 Referências Bibliográficas

- ADAMS, John C.; LOCKABY, B. G. Commercially produced superabsorbent material increases water-holding capacity of soil medium. Tree planters' notes US Department of Agriculture, Forest Service, [s. l.], 1987.
- ALMEIDA, D. L. De et al. Manual de adubação para o Estado do Rio de Janeiro. Itaguaí: Universidade Rural, 1988.
- ALMEIDA FILHO, GS De. Erosão: Diagnóstico, prognóstico e formas de Controle. SIMPÓSIO NACIONAL DE CONTROLE DE EROSIÃO, VII, [s. l.], 2001.
- ALVAREZ, V. V. H. et al. Interpretação dos resultados das análises de solos. Recomendação para o uso de corretivos e fertilizantes em Minas Gerais, [s. l.], v. 5, p. 25–32, 1999.
- AQUINO, F. de G. et al. Cerrado: restauração de matas de galeria e ciliares. Embrapa Cerrados-Fôlder/Folheto/Cartilha (INFOTECA-E), [s. l.], 2012.
- ARONSON, J. et al. Restoration and Rehabilitation of Degraded Ecosystems in Arid and Semi-Arid Lands. II. Case Studies in Southern Tunisia, Central Chile and Northern Cameroon. *Restoration Ecology*, [s. l.], v. 1, n. 3, p. 168–187, 1993.
- BENNETT, E. Slow-release fertilizers. *Virginia Gardener Newsletter*, Blacksburg, [s. l.], v. 11, n. 4, 1996.
- BERNARDI, Marlon Rodrigo et al. Crescimento de mudas de *Corymbia citriodora* em função do uso de hidrogel e adubação. *Cerne*, [s. l.], v. 18, n. 1, 2012.
- BOSCH, J. Mv; HEWLETT, J. D. A review of catchment experiments to determine the effect of vegetation changes on water yield and evapotranspiration. *Journal of hydrology*, [s. l.], v. 55, n. 1–4, p. 3–23, 1982.
- BRANCALION, Pedro Henrique Santin et al. Avaliação e monitoramento de áreas em processo de restauração. *Martins, SV Restauração ecológica de ecossistemas degradados*, [s. l.], v. 1, p. 262–293, 2012.

CT-FLOR

BRANCALION, Pedro Henrique Santin; RODRIGUES, Ricardo Ribeiro; GANDOLFI, Sergius. Restauração florestal. São Paulo: Oficina de Textos, 2015.

BREVIK, E. C. et al. The interdisciplinary nature of soil. *Soil*, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 117–129, 2015.

BUZETTO, F. A.; BIZON, J. M. C.; SEIXAS, F. Avaliação de polímero adsorvente à base fromacrilamida no fornecimento de água para mudas de *Eucalyptus urophylla* em pós-plantio. *Circular Técnica*, [s. l.], v. 195, 2002.

CAMPANILI, Maura; SCHÄFFER, Wigold Bertolo. Mata Atlântica: manual de adequação ambiental. [s. l.], 2010. Disponível em: <<http://livroaberto.ibict.br/handle/1/745>>. Acesso em: 18 mar. 2019.

CANTARRUTI, R. B.; ALVAREZ, V. V. H.; RIBEIRO, A. C. Amostragem de solo. In: *Recomendações para o uso de corretivos e fertilizantes em Minas Gerais: 5. Aproximação*. Viçosa, MG: Comissão de Fertilidade do solo do estado de Minas Gerais, 1999. p. 13–20.

CARRARA, Emilia et al. Impact of landscape composition and configuration on forest specialist and generalist bird species in the fragmented Lacandona rainforest, Mexico. *Biological Conservation*, [s. l.], v. 184, p. 117–126, 2015.

CHAVES, Rafael B. et al. On the need of legal frameworks for assessing restoration projects success: new perspectives from São Paulo state (Brazil). *Restoration Ecology*, [s. l.], v. 23, n. 6, p. 754–759, 2015.

CHAZDON, R. L. Renascimento de florestas: regeneração na era do desmatamento. Oficina de Textos, São Paulo, [s. l.], 2016.

CHAZDON, Robin L. Chance and determinism in tropical forest succession. *Tropical forest community ecology*. Wiley-Blackwell, Chichester, UK, [s. l.], p. 384–408, 2008.

CHEUNG, Kwok Chiu; LIEBSCH, Dieter; MARQUES, Marcia Cristina Mendes. Forest recovery in newly abandoned pastures in Southern Brazil: implications for the Atlantic Rain Forest resilience. *Natureza & Conservação*, [s. l.], v. 8, n. 01, p. 66–70, 2010.

CT-FLOR

CLEWELL, Andre F.; ARONSON, James. Ecological restoration: principles, values, and structure of an emerging profession. 2nd ed ed. Washington, DC: Island Press, 2013.

CORREIA, Geanna Gonçalves de Souza et al. Mortalidade e crescimento inicial de mudas em áreas restauradas de usinas hidroelétricas no Espírito Santo, Brasil. In: ANAIS DO II CONGRESSO BRASILEIRO DE REFLORESTAMENTO AMBIENTAL 2012, Guarapari, ES. Anais... . In: II CONGRESSO BRASILEIRO DE REFLORESTAMENTO AMBIENTAL. Guarapari, ES Disponível em: <http://www.cedagro.org.br/downloads/20121122_reflorestamento/Correia_Geanna_Oral.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2017.

CRAWLEY, Michael J. The R book. [s.l.] : John Wiley & Sons, 2012.

CUNHA, Márcio Angelieri et al. Ocupação de encostas. [s.l.] : IPT, 1991.

DINNO, A. 'dunn.test': Dunn's Test of Multiple Comparisons Using Rank Sums. R package version 1.0.14. 2017. Disponível em: <<https://cran.r-project.org/web/packages/dunn.test/index.html>>.

DOUST, Susan J.; ERSKINE, Peter D.; LAMB, David. Restoring rainforest species by direct seeding: tree seedling establishment and growth performance on degraded land in the wet tropics of Australia. Forest Ecology and Management, [s. l.], v. 256, n. 5, p. 1178–1188, 2008.

DURIGAN, Giselda; SOARES RAMOS, Viviane. Manejo Adaptativo: primeiras experiências na Restauração de Ecossistemas. [s.l: s.n.].

EMBRAPA. Manual de métodos de análise de solos. Rio de Janeiro: Centro Nacional de Pesquisa em Solos - CNPS, 1997.

FILIZOLA, Heloisa Ferreira et al. Controle dos Processos Erosivos Lineares (ravinas e voçorocas) em Áreas de Solos ArenososEmbrapa, , 2011.

FLÓRIDO, Flávia G.; BRANCALION, P. H. S. Uso de herbicida glifosate no panorama de restauração florestalLASTROP - Laboratório de Silvicultura Tropical, , 2014.

CT-FLOR

FRANÇA, Glauco Santos; STEHMANN, João Renato. Florística e estrutura do componente arbóreo de remanescentes de Mata Atlântica do médio rio Doce, Minas Gerais, Brasil. *Rodriguésia*, [s. l.], v. 64, n. 3, p. 607–624, 2013.

FRANCÊS, HJS; VALCARCEL, R. Medidas físico-biológicas de recuperação de áreas degradadas: almofadas. IV Jornada de Iniciação Científica. Resumos, [s. l.], 1995.

GALVÃO, Antônio Paulo Mendes; MEDEIROS, Antônio Carlos de Souza. A Restauração da Mata Atlântica em Áreas de sua Primitiva Ocorrência Natural. Embrapa Florestas, Colombo. Colombo, PR: Embrapa Florestas, 2002.

Disponível em:
<http://www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/292961/1/CNPFARES_TAU.DAMATAATLAN.EMARE.DESUAPRIMIT.OCORRE.NATUR.02.pdf#page=36>. Acesso em: 25 ago. 2017.

GONÇALVES, J. L. M.; BENEDETTI, V. Nutrição e fertilização florestal. Piracicaba, SP: IPEF, 2000.

GOUVEIA, Gisele Paes et al. Roteiro metodológico para a elaboração de plano operativo de prevenção e combate aos incêndios florestais MMA: PREVFOGO, , 2009.

HEITKAMP, F. et al. Soil microbiological properties as indicators for success of heathland restoration after military disturbance. *Land degradation & development*, [s. l.], v. 19, n. 4, p. 408–420, 2008.

HENDERSON, J. C.; HENSLEY, D. L. Efficacy of a hydrophilic gel as a transplant aid. *HortScience (USA)*, [s. l.], 1986.

HEWLETT, J. D.; HIBBERT, A. R. Factors affecting the response of small watersheds to precipitation in humid areas. In: *Forest hydrology*, New York: Pergamon Press, 275–90. New York: Pergamon Press, 1967. v. 33p. 275.

HOLL, K. D.; AIDE, T. M. When and where to actively restore ecosystems? *Forest Ecology and Management, The Ecology and Ecosystem Services of Native Trees: Implications for Reforestation and Land Restoration in Mesoamerica*. [s. l.], v. 261, n. 10, *The Ecology and Ecosystem Services of Native Trees: Implications for Reforestation and Land Restoration in Mesoamerica*, p. 1558–1563, 2011.

CT-FLOR

HOLL, Karen D. Factors Limiting Tropical Rain Forest Regeneration in Abandoned Pasture: Seed Rain, Seed Germination, Microclimate, and Soil. *Biotropica*, [s. l.], v. 31, n. 2, p. 229–242, 1999.

HONDA, Eliane Akiko et al. A restauração de ecossistemas e a produção de água. *Hoehnea*, [s. l.], v. 44, n. 3, p. 315–327, 2017.

IBAMA, INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. Roteiro metodológico para a elaboração de plano preventivo de prevenção e combate aos incêndios florestais, 2009.

IBGE. Mapa de vegetação do Brasil, 2004.

IPT, INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Orientações para o combate à erosão no Estado de São Paulo, Bacia do Peixe Paranapanema. São Paulo.

KAGEYAMA, Paulo Yoshio et al. Restauração ecológica de ecossistemas naturais. Botucatu: FEPAF, 2003.

KANGAS, Jyrki; LESKINEN, Pekka. Modelling ecological expertise for forest planning calculations-rationale, examples, and pitfalls. *Journal of environmental management*, [s. l.], v. 76, n. 2, p. 125–133, 2005.

KEESSTRA, Saskia Deborah et al. Soil as a filter for groundwater quality. *Current Opinion in Environmental Sustainability*, [s. l.], v. 4, n. 5, p. 507–516, 2012.

KREBS, Charles J. *Why ecology matters*. Chicago ; London: The University of Chicago Press, 2016.

KUROWSKI, G. Aspectos gerais da erosão no Norte do Paraná. *Boletim Paranaense de Geografia*, Curitiba, n. 6/7, , 1962.

LAL, R. *Methods and Guidelines for Assessing Sustainable Use of Soil and Water Resources in the Tropics*. [s. l.], 1994.

LAMONT, G. P.; O'CONNELL, M. A. Shelf-life of bedding plants as influenced by potting media and hydrogels. *Scientia Horticulturae*, [s. l.], v. 31, n. 1–2, p. 141–149, 1987.

CT-FLOR

LASKY, Jesse R. et al. The relationship between tree biodiversity and biomass dynamics changes with tropical forest succession. *Ecology letters*, [s. l.], v. 17, n. 9, p. 1158–1167, 2014.

LEPSCH, I. F. et al. Manual para levantamento utilitário e classificação de terras no sistema de capacidade de uso. Campinas: SBCS, [s. l.], n. 10 edição, p. 170, 2015.

LETCHER, Susan G. et al. Phylogenetic community structure during succession: evidence from three Neotropical forest sites. *Perspectives in Plant Ecology, Evolution and Systematics*, [s. l.], v. 14, n. 2, p. 79–87, 2012.

LIMA, Walter de Paula. Hidrologia florestal aplicada ao manejo de bacias hidrográficas. [s. l.], 1996. Disponível em: <<https://www.concurseiroflorestal.com.br/resources/Apostilas/Hidrologia/Hidrologia%20Florestal%20-%20Walter%20de%20Paula%20Lima%20-%2002008.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2017.

LIU, Fangchun et al. Effects of super-absorbent polymer on dry matter accumulation and nutrient uptake of *Pinus pinaster* container seedlings. *Journal of forest research*, [s. l.], v. 18, n. 3, p. 220–227, 2013.

LOHBECK, Madelon et al. Biomass is the main driver of changes in ecosystem process rates during tropical forest succession. *Ecology*, [s. l.], v. 96, n. 5, p. 1242–1252, 2015.

LOMBARDI NETO, F.; DRUGOWICH, M. I. Manual técnico de manejo e conservação de solo e água. Campinas: Cati, [s. l.], v. 2, p. 168, 1994.

LOPES, Alfredo Scheide; GUILHERME, Luiz Roberto Guimarães. Fertilidade do solo e produtividade agrícola. *Fertilidade do solo*, [s. l.], p. 1–citation_lastpage, 2007.

MA, Millennium Ecosystem Assessment. *Ecosystems and Human Well-being: Biodiversity synthesis*. Washington, DC: Island Press, 2005.

MAGALHAES, Ricardo Aguiar. *Processos erosivos e métodos de contenção*. CEEB: Ouro Preto, [s. l.], 1995.

MARANA, João Paulo et al. Índices de qualidade e crescimento de mudas de café produzidas em tubetes. [s. l.], 2008.

CT-FLOR

MARTINS, S. V. O estado da arte da restauração florestal no Sudeste do Brasil. *Práticas & Saberes em Meio Ambiente*. Curitiba: Editora Appris, [s. l.], v. 1, p. 283–302, 2014.

MARTINS, Sebastião Venâncio et al. Potencial de regeneração natural de florestas nativas nas diferentes regiões do estado do espírito santo CEDAGRO, , 2014.

MARTINS, Venâncio Sebastião. *Alternative Forest Restoration Techniques*. In: [s.l: s.n.].

MATOS, Dalva M. Silva; PIVELLO, Vânia R. O impacto das plantas invasoras nos recursos naturais de ambientes terrestres: alguns casos brasileiros. *Ciência e Cultura*, [s. l.], v. 61, n. 1, p. 27–30, 2009.

MAY, Peter Herman et al. *Manual agroflorestal para a Mata Atlântica*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, [s. l.], p. 195, 2008.

MCCLANAHAN, T. r.; WOLFE, R. w. Accelerating Forest Succession in a Fragmented Landscape: The Role of Birds and Perches. *Conservation Biology*, [s. l.], v. 7, n. 2, p. 279–288, 1993.

MI, Xiangcheng et al. Stochastic assembly in a subtropical forest chronosequence: evidence from contrasting changes of species, phylogenetic and functional dissimilarity over succession. *Scientific Reports*, [s. l.], v. 6, 2016. Disponível em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5013490/>>. Acesso em: 6 set. 2017.

MICCOLIS, Andrew et al. *Restauração ecológica com SiStemaS agroflorestais*. Centro Internacional de pesquisa agroflorestal. ICRAF: Brasília, [s. l.], 2016.

MIKICH, S. B.; OLIVEIRA, K. L. De. *Revisão do plano de manejo do Parque Estadual Vila Rica do Espírito Santo, Fênix - PR*. Curitiba: Mater Natura - Instituto de Estudos Ambientais; [Brasília]: Ministério do Meio Ambiente, Fundo Nacional do Meio Ambiente, 2003.

MOLINA JUNIOR, Walter Francisco. *Comportamento mecânico do solo em operações agrícolas*. [s. l.], 2017.

CT-FLOR

MOORE, Eli; GARZÓN, Catalina. Social cartography: The art of using maps to build community power. *Race, Poverty & the Environment*, [s. l.], v. 17, n. 2, p. 66–67, 2010.

MORAES, M. H. C. da S. et al. Viabilidade dos sistemas agroflorestais na agricultura familiar do Nordeste Paraense. [s. l.], 2013. Disponível em: <<http://www.alice.cnptia.embrapa.br/handle/doc/971465>>. Acesso em: 18 mar. 2019.

NAVE, A. et al. Manual de restauração ecológica–técnicos e produtores rurais no extremo sul da Bahia. Piracicaba: Bioflora Tecnologia de Restauração, [s. l.], 2015.

NAVE, André; RODRIGUES, Ricardo Ribeiro. Referencial operacional para restauração florestal da bacia do rio Doce. Bioflora/Fundação Renova, , 2019.

NBL, Engenharia Ambiental Ltda ..; TNC, The Nature Conservancy. Manual de Restauração Florestal: Um Instrumento de Apoio à Adequação Ambiental de Propriedades Rurais do Pará. Belém, PA: The Nature Conservancy, 2013.

PAIVA, H. N. et al. Cultivo de eucalipto em pequenas propriedades rurais. Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2001.

PANIZZI, A. R.; PARRA, J. R. P. A bioecologia e a nutrição de insetos como base para o manejo integrado de pragas. [s. l.], p. 1107–1139, 2009.

PIMENTEL, David; BURGESS, Michael. Soil erosion threatens food production. *Agriculture*, [s. l.], v. 3, n. 3, p. 443–463, 2013.

PINHEIRO, Sergio LG. O enfoque sistêmico e o desenvolvimento rural sustentável: uma oportunidade de mudança da abordagem hard-systems para experiências com soft-systems. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, [s. l.], v. 1, n. 2, p. 27–37, 2000.

REID, J. Leighton; HOLL, Karen D. Arrival ≠ Survival. *Restoration Ecology*, [s. l.], v. 21, n. 2, p. 153–155, 2013.

RIGUEIRA, Dary Moreira Gonçalves; MARIANO-NETO, Eduardo. Monitoramento: uma proposta integrada para avaliação do sucesso em projetos de restauração ecológica. *Revista CAITITU - aproximando pesquisa ecológica e aplicação*, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 73–88, 2013.

CT-FLOR

RODRIGUES, Ricardo Ribeiro et al. Large-scale ecological restoration of high-diversity tropical forests in SE Brazil. *Forest Ecology and Management*, [s. l.], v. 261, n. 10, p. 1605–1613, 2011.

RODRIGUES, Ricardo Ribeiro; BRANCALION, P. H. S.; ISERNHAGEN, I. Pacto para a restauração ecológica da Mata Atlântica: referencial dos conceitos e ações de restauração florestal. 2. ed. São Paulo: LERF/ESALQ.

SALOMÃO, M. M.; ROCHA, G. A. Controle de erosão: bases conceituais e técnicas; diretrizes para o planejamento urbano e regional; orientações para o controle de boçorocas urbanas. São Paulo, DAEE/IPT, [s. l.], 1989.

SARMIENTO, L. et al. Vegetation patterns, regeneration rates and divergence in an old-field succession of the high tropical Andes. *Plant Ecology*, [s. l.], v. 166, n. 1, p. 145–156, 2003.

SATURNINO, Millena de Albuquerque. Elaboração dos Projetos Individuais de Propriedade do Programa Produtor de Água na bacia hidrográfica do Ribeirão Pípiripau - DF. [s. l.], 2015. Disponível em: <<http://bdm.unb.br/handle/10483/10145>>. Acesso em: 7 fev. 2018.

SER. The SER International Primer on Ecological Restoration. [s.l.] : Society for Ecological Restoration International Tucson, AZ, USA, 2004.

SHIELS, Aaron B.; WALKER, Lawrence R. Bird Perches Increase Forest Seeds on Puerto Rican Landslides. *Restoration Ecology*, [s. l.], v. 11, n. 4, p. 457–465, 2003.

SMITH, Pete et al. Biogeochemical cycles and biodiversity as key drivers of ecosystem services provided by soils. *Soil Discussions*, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 537–586, 2015.

SOUZA, Marcelo Pereira De. Integração entre planejamento do uso do solo e de recursos hídricos: a disponibilidade hídrica como critério para a localização de empreendimentos. *Engenharia Sanitária e Ambiental*, [s. l.], v. 21, n. 3, 2016. Disponível em: <<http://submission.scielo.br/index.php/esa/article/view/118729>>. Acesso em: 28 set. 2017.

CT-FLOR

STOLF, R. Fórmulas de transformação dos dados de penetrômetro de impacto em força/unidade de área. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA AGRÍCOLA 1990, Anais... [s.l: s.n.]

SUDING, Katharine et al. Ecological dynamics and ecological restoration. In: Foundations of restoration ecology. The science and practice of ecological restoration series Second edition ed. Washington: Island Press, 2016. p. 552.

SUGANUMA, Marcio S.; DURIGAN, Giselda. Indicators of restoration success in riparian tropical forests using multiple reference ecosystems. Restoration Ecology, [s. l.], v. 23, n. 3, p. 238–251, 2015.

TROEH, Frederick R.; HOBBS, J. Arthur; DONAHUE, Roy L. Soil and water conservation for productivity and environmental protection. Soil Science, [s. l.], v. 132, n. 2, p. 189, 1981.

TUCCI, Carlos EM; CLARKE, Robin T. Impacto das mudanças da cobertura vegetal no escoamento: revisão. Revista Brasileira de Recursos Hídricos, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 135–152, 1997.

VALE, Geraldo Fernando Rezende Do; CARVALHO, Samuel Pereira De; PAIVA, Leandro Carlos. Avaliação da eficiência de polímeros hidroretentores no desenvolvimento do cafeeiro em pós-plantio. Coffee Science, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 7–13, 2006.

VIANI, Ricardo A. G. et al. Protocol for Monitoring Tropical Forest Restoration: Perspectives From the Atlantic Forest Restoration Pact in Brazil. Tropical Conservation Science, [s. l.], v. 10, p. 1940082917697265, 2017.

VLACH, Thomas R. Creeping bentgrass responses to water absorbing polymers in simulated golf greens (on line). Wisconsin, Aug, [s. l.], 1991.

ZHANG, Jintun; DONG, Yiru. Factors affecting species diversity of plant communities and the restoration process in the loess area of China. Ecological Engineering, [s. l.], v. 36, p. 345–350, 2010.

CT-FLOR

13 Anexos

Anexo I – Ficha de indicadores

Anexo II - metodologia das atividades técnicas operacionais

Anexo III - Metodologia do Inventário Florestal Diagnóstico da Bacia do rio Doce

Anexo IV – Chave de Intervenção

Anexo I - Fichas dos indicadores

I00 – APPs e recarga hídricas recuperadas

I00 – APPs e recarga hídricas recuperadas

| Tipo | Resultados esperados | | |
|------------------------------|-----------------------------|--------------------------|-------------------------|
| Efetividade | Áreas de APP recuperadas | | |
| Unidade | Polaridade | Período associado | Valor meta |
| ha | Maior melhor | Cumulativo | 40.000 |
| Frequência de medição | Data início medição* | | Data fim medição |
| Anual | 01/2024 | | 12/2030 |
| Fórmula de cálculo | | | |

I00 = Hectare recuperado

Hectare Recuperado

| | |
|---|---|
| Definição | Áreas onde os indicadores I01 I02 e I03 acusam a recuperação (acumulativo) |
| Fonte e método de medição/coleta do parâmetro | Os resultados do monitoramento dos indicadores ecológicos de efetividade (I01, I02 e I03) serão registrados no webgis da Fundação Renova assim que atingirem a suas metas conforme suas metodologias. |

I01 - Riqueza de espécies

| Riqueza de espécies | | | |
|---|--|--------------------------|-------------------------|
| Tipo | Resultados esperados | | |
| Efetividade | Percentual da riqueza de espécies nativas com relação ao ecossistema de referência (Floresta em estágio secundário médio) | | |
| Unidade | Polaridade | Período associado | Valor meta |
| % | Maior melhor | Cumulativo | > 40% |
| Frequência de medição | Data início medição | | Data fim medição |
| Anual | 01/2024 | | 12/2030 |
| Fórmula de cálculo | | | |
| $I01 = \frac{\text{riqueza de espécies nativas no sexto ano de intervenção}}{\text{riqueza de espécies nativas do ecossistema de referência}} \times 100$ | | | |
| Riqueza de espécies nativas no sexto ano | | | |
| Definição | Riqueza de espécies nativas das áreas em restauração | | |
| Fonte e método de medição/coleta do parâmetro | Os dados virão do monitoramento realizado no sexto ano pós-implantação através de um inventário florestal que terá como área amostral 5% do total em restauração ou limitado a suficiência amostral, proporcionalmente ao estrato do ecossistema de referência. Para avaliação da riqueza, serão calculados o número espécies. | | |
| Riqueza de espécies nativas do ecossistema de referência | | | |
| Definição | Será o valor da riqueza das espécies nativas dos ecossistemas de referência. | | |
| Fonte e método de medição/coleta do parâmetro | Os dados virão do monitoramento realizado no sexto ano pós-implantação através de um inventário florestal que terá como área amostral 5% do total em restauração ou limitado a suficiência amostral, proporcionalmente ao estrato do ecossistema de referência. Para avaliação da riqueza, serão calculados o número espécies. | | |

I02 – Densidade de regenerantes

| Densidade de regenerantes | | | |
|---|--|--------------------------|-------------------------|
| Tipo | Resultados esperados | | |
| Efetividade | Densidade de regenerantes ou regenerantes mais mudas (indivíduos com altura – H entre 0,3 e 1,3 metro e circunferência na altura da base – CAB menor ou igual a 15,7cm) | | |
| Unidade | Polaridade | Período associado | Valor meta |
| Nº de indivíduos /ha | Maior melhor | Cumulativo | >2000* |
| Frequência de medição | Data início medição | | Data fim medição |
| Anual | 01/2024 | | 12/2030 |
| Fórmula de cálculo | | | |
| $I02 = \frac{\text{Número de indivíduos}}{\text{Total da área amostral}}$ | | | |
| Número de indivíduos | | | |
| Definição | Quantidade de espécies de indivíduos nativos de menor porte $\{0,3 \geq (H) > 1,3 \text{ m e } CAB \leq 15,7 \text{ cm}\}$ de hábitos arbustivas e arbóreas. | | |
| Fonte e método de medição/coleta do parâmetro | Os dados virão do monitoramento realizado no sexto ano pós implantação através de um inventário florestal que terá como área amostral 5% do total em restauração ou limitado a suficiência amostral, proporcionalmente ao estrato do ecossistema de referência. A densidade avalia a relação do número total de indivíduos de um táxon por área, obtida pela divisão do número total de indivíduos dos táxons encontrados na área amostral, por unidade de área. | | |
| Área amostral | | | |
| Definição | Parcelas permanentes de área fixa de formato retangular, definidas aleatoriamente, onde os dados serão coletados bianualmente até o sexto ano pós-implantação. | | |

| | |
|---|--|
| Fonte e método de medição/coleta do parâmetro | Os dados virão do monitoramento realizado bi-anualmente. Cada parcela terá o tamanho fixo de 100 m ² , podendo ser retangular com um comprimento de 25 m, definido por uma trena, e largura de 4 m ou circular (diâmetro de 11,3 m). Nas parcelas retangulares, a partir do ponto inicial, a parcela terá seu comprimento orientado para uma posição padronizada, que não deve ser o sentido da linha de plantio ou sementeira, caso ela exista. Recomenda-se, por exemplo, que as parcelas sejam alocadas no sentido do norte magnético, obtido com bússola ou GPS (RODRIGUES et al., 2013). As informações serão salvas no webgis da Fundação. A metodologia acima descrita poderá ser alterada em função do resultado e recomendações do inventário florestal diagnóstico. |
|---|--|

** Valor poderá ser revisado em função dos resultados do inventário florestal diagnóstico, que localizará os ecossistemas de referência, bem como, calibra os indicadores ecológicos de encerramento de cláusulas.*

I03 - Cobertura do dossel

| Cobertura do dossel | | | |
|--|---|--------------------------|-------------------------|
| Tipo | Resultados esperados | | |
| Efetividade | Diminuição do solo exposto nas áreas em recuperação | | |
| Unidade | Polaridade | Período associado | Valor meta |
| % | Menor melhor | Cumulativo | ≥80 |
| Frequência de medição | Data início medição | | Data fim medição |
| Anual | 01/2024 | | 12/2030 |
| Fórmula de cálculo | | | |
| $I03 = \frac{\text{Total da área amostral com Cobertura do dossel}}{\text{Total da área amostral}} \times 100$ | | | |
| Total da área amostral com espécies invasoras | | | |
| Definição | Será o total da área amostral (m ² ou ha) com cobertura do dossel | | |
| Fonte e método de medição/coleta do parâmetro | Os dados virão do monitoramento realizado no sexto ano pós-implantação através de um inventário florestal que terá como área amostral 5% do total em restauração ou limitado a suficiência amostral, proporcionalmente ao estrato do ecossistema de referência. É esperada um aumento gradual do percentual da cobertura do dossel devido a um aumento proporcional do recobrimento da área pelas espécies plantadas ou em condução de regeneração natural. | | |
| Área amostral | | | |
| Definição | Parcelas permanentes de área fixa de formato retangular, definidas aleatoriamente, onde os dados serão coletados bianualmente até o sexto ano pós-implantação. | | |
| Fonte e método de medição/coleta do parâmetro | Os dados virão do monitoramento realizado bianualmente. Cada parcela terá o tamanho fixo de 100 m ² , podendo ser retangular com um comprimento de 25 m, definido por uma trena, e largura de 4 m ou circular (diâmetro de 11,3 m). Nas parcelas retangulares, a partir do ponto inicial, a parcela terá seu | | |

| | |
|--|---|
| | <p>comprimento orientado para uma posição padronizada, que não deve ser o sentido da linha de plantio ou semeadura, caso ela exista. Recomenda-se, por exemplo, que as parcelas sejam alocadas no sentido do norte magnético, obtido com bússola ou GPS (RODRIGUES et al., 2013). As informações serão salvas no webgis da Fundação. A metodologia acima descrita poderá ser alterada em função do resultado e recomendações do inventário florestal diagnóstico.</p> |
|--|---|

CT-FLOR

Anexo II – Metodologia das atividades técnicas operacionais

CT-FLOR

**Anexo III – Metodologia do Inventário Florestal
Diagnóstico da Bacia do rio Doce**

CT-FLOR

Anexo IV – Chave de intervenção

14 Glossário

- Condução da regeneração natural da vegetação: conjunto de intervenções planejadas que vise a assegurar a regeneração natural da vegetação em área em processo de recuperação;
- Reabilitação ecológica: intervenção humana planejada visando à melhoria das funções de ecossistema degradado, ainda que não leve ao restabelecimento integral da composição, da estrutura e do funcionamento do ecossistema preexistente;
- Reflorestamento: plantação de espécies florestais, nativas ou não, em povoamentos puros ou não, para formação de uma estrutura florestal em área originalmente coberta por floresta desmatada ou degradada;
- Regeneração natural da vegetação: processo pelo qual espécies nativas se estabelecem em área alterada ou degradada a ser recuperada ou em recuperação, sem que este processo tenha ocorrido deliberadamente por meio de intervenção humana;
- Restauração ecológica: intervenção humana intencional em ecossistemas alterados ou degradados para desencadear, facilitar ou acelerar o processo natural de sucessão ecológica; e
- Recuperação ou recomposição da vegetação nativa: restituição da cobertura vegetal nativa por meio de implantação de sistema agroflorestal, de reflorestamento, de regeneração natural da vegetação, de reabilitação ecológica e de restauração ecológica.
- Reserva Legal: área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, delimitada nos termos do art. 12, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa.
- Área rural consolidada: área de imóvel rural com ocupação antrópica preexistente a 22 de julho de 2008, com edificações, benfeitorias ou atividades agrossilvipastoris, admitida, neste último caso, a adoção do regime de pousio.
- Pequena propriedade ou posse rural familiar: aquela explorada mediante o trabalho pessoal do agricultor familiar e empreendedor

CT-FLOR

familiar rural, incluindo os assentamentos e projetos de reforma agrária, e que atenda ao disposto no art. 3º da Lei no 11.326, de 24 de julho de 2006;

- Uso alternativo do solo: substituição de vegetação nativa e formações sucessoras por outras coberturas do solo, como atividades agropecuárias, industriais, de geração e transmissão de energia, de mineração e de transporte, assentamentos urbanos ou outras formas de ocupação humana;
- Manejo sustentável: administração da vegetação natural para a obtenção de benefícios econômicos, sociais e ambientais, respeitando-se os mecanismos de sustentação do ecossistema objeto do manejo e considerando-se, cumulativa ou alternativamente, a utilização de múltiplas espécies madeireiras ou não, de múltiplos produtos e subprodutos da flora, bem como a utilização de outros bens e serviços.
- APP: Área de Preservação Permanente: área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas (Lei Federal 12651/2012)
- Espécie exótica: qualquer espécie fora de sua área natural de distribuição geográfica (Resolução CONAMA 429/2011)
- Espécie exótica invasora: espécie exótica cuja introdução ou dispersão ameaça ecossistema, habitat ou espécies e cause impactos negativos ambientais, econômicos, sociais ou culturais (Resolução CONAMA 429/2011)
- Espécie nativa: espécie que apresenta suas populações naturais dentro dos limites de sua distribuição geográfica, participando de ecossistemas onde apresenta seus níveis de interação e controles demográficos (Resolução CONAMA 429/2011)
- Berços ou berços (coveamento): é o tipo de preparo de solo realizado com enxada ou cavadeira com dimensões definidas, visando plantar as mudas.

CT-FLOR

- Aceiro: Desbaste de terreno em volta de uma área para evitar a propagação de incêndios pela descontinuidade estabelecida na vegetação (GOUVEIA et al., 2009)
- Área degradada: Área impossibilitada de retornar por uma trajetória natural, a um ecossistema que se assemelhe a um estado conhecido antes, ou para outro estado que poderia ser esperado (IN IBAMA Nº 04/2011)
- Área alterada: Área que após o impacto ainda mantém capacidade de regeneração natural (DECRETO Nº 7.830/2012)
- Diversidade de espécies: Número de espécies na comunidade, sua abundância e a uniformidade com que os indivíduos são divididos entre as espécies (KREBS, 2016)
- Implantação: Etapa que contempla o isolamento dos fatores de perturbação – tais como presença de gado, formigas cortadeiras, fogo, secas prolongadas, e o controle de espécies com potencial de invasão – bem como as ações diretas relativas ao método de restauração escolhido (RESOLUÇÃO SMA SP Nº 32/2014)
- Indicadores ambientais: Estatísticas selecionadas que representam ou resumem alguns aspectos do estado do meio ambiente, dos recursos naturais e de atividades humanas relacionadas (<http://www.mma.gov.br/governanca-ambiental/informacao-ambiental/sistema-nacional-de-informacao-sobre-meio-ambiente-sinima/indicadores>, acesso em 03/09/2017);
- Incêndio florestal: É a ocorrência do fogo sem controle em qualquer forma de vegetação (GOUVEIA et al., 2009)
- Prevenção à incêndios florestais: É o conjunto de medidas e ações tomadas, tendentes a evitar a deflagração do incêndio decorrente de causas evitáveis, bem como sua detecção e aviso da sua posição, facilitando as ações de combate e provendo a segurança das pessoas (MIKICH; OLIVEIRA, 2003)
- Combate a incêndios florestais: É o conjunto de ações tendentes a controlar e/ou extinguir o incêndio florestal (MIKICH; OLIVEIRA, 2003)
- Monitoramento ambiental: É o conhecimento e acompanhamento sistemático da situação dos recursos ambientais dos meios físico e

CT-FLOR

biótico, visando a recuperação, melhoria ou manutenção da qualidade ambiental (Programa Nacional do Meio Ambiente II – PNMA II, fase 2, 2009-2014)

- **Manutenção:** Manutenção contempla as ações de restauração ecológica pós-implantação e deverá ocorrer até que se comprove o restabelecimento da condição não degradada do ecossistema (RESOLUÇÃO SMA SP Nº 32/2014)
- **Sistemas agroflorestais – SAF:** sistemas de uso e ocupação do solo em que plantas lenhosas perenes são manejadas em associação com plantas herbáceas, arbustivas, arbóreas, culturas agrícolas, e forrageiras, em uma mesma unidade de manejo, de acordo com arranjo espacial e temporal, com diversidade de espécies nativas e interações entre estes componentes (Decreto nº 7.830/2012)
- **Nascentes:** Afloramento natural do lençol freático que apresenta perenidade e dá início a um curso d'água (Lei Federal 12.651/2012)
- **Olhos d'água:** Afloramento natural do lençol freático, mesmo que intermitente (Lei Federal 12.651/2012).
- **Áreas úmidas:** pantanais e superfícies terrestres cobertas de forma periódica por águas, cobertas originalmente por florestas ou outras formas de vegetação adaptadas à inundação;
- **Leito regular:** a calha por onde correm regularmente as águas do curso d'água durante o ano.
- **Várzea de inundação ou planície de inundação:** áreas marginais a cursos d'água sujeitas a enchentes e inundações periódicas;
- **Faixa de passagem de inundação:** área de várzea ou planície de inundação adjacente a cursos d'água que permite o escoamento da enchente;
- **Plantio:** Técnicas que introduzam deliberadamente novos indivíduos vegetais nativos ou não na área, por meio de plantio de mudas, ramos, sementes, raízes ou quaisquer tipos de propágulos (RESOLUÇÃO SMA SP Nº 32/2014).
- **Pousio:** prática de interrupção temporária de atividades ou usos agrícolas, pecuários ou silviculturais, por no máximo 5 (cinco) anos,

CT-FLOR

para possibilitar a recuperação da capacidade de uso ou da estrutura física do solo;

- Regeneração natural: Espécimes vegetais nativos que não foram plantados ou semeados pelo restaurador (RESOLUÇÃO SMA SP Nº 32/2014)
- Riqueza de espécies: Conjunto de espécies em uma comunidade ou região (KREBS, 2016).
- Sistema de Cadastro Ambiental Rural – SICAR: sistema eletrônico de âmbito nacional destinado ao gerenciamento de informações ambientais dos imóveis rurais;
- Cadastro Ambiental Rural – CAR: registro eletrônico de abrangência nacional junto ao órgão ambiental competente, no âmbito do Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente – SINIMA, obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento.
- Área de remanescente de vegetação nativa: área com vegetação nativa em estágio primário ou secundário avançado de regeneração.
- Área degradada: área que se encontra alterada em função de impacto antrópico, sem capacidade de regeneração natural;
- Área alterada: área que após o impacto ainda mantém capacidade de regeneração natural;
- Área abandonada: espaço de produção convertido para o uso alternativo do solo sem nenhuma exploração produtiva há pelo menos trinta e seis meses e não formalmente caracterizado como área de pousio;
- Recomposição: restituição de ecossistema ou de comunidade biológica nativa degradada ou alterada a condição não degradada, que pode ser diferente de sua condição original;
- Planta: representação gráfica plana, em escala mínima de 1:50.000, que contenha particularidades naturais e artificiais do imóvel rural;
- Croqui - representação gráfica simplificada da situação geográfica do imóvel rural, a partir de imagem de satélite georreferenciada

CT-FLOR

disponibilizada via SICAR e que inclua os remanescentes de vegetação nativa, as servidões, as áreas de preservação permanente, as áreas de uso restrito, as áreas consolidadas e a localização das reservas legais;

- Rio perene: corpo de água lótico que possui naturalmente escoamento superficial durante todo o período do ano;
- Rio intermitente: corpo de água lótico que naturalmente não apresenta escoamento superficial por períodos do ano;
- Rio efêmero: corpo de água lótico que possui escoamento superficial apenas durante ou imediatamente após períodos de precipitação;
- Regularização ambiental: atividades desenvolvidas e implementadas no imóvel rural que visem a atender ao disposto na legislação ambiental e, de forma prioritária, à manutenção e recuperação de áreas de preservação permanente, de reserva legal e de uso restrito, e à compensação da reserva legal, quando couber;
- Projeto de recomposição de área degradada e alterada: instrumento de planejamento das ações de recomposição contendo metodologias, cronograma e insumos; e
- Cota de Reserva Ambiental – CRA: título nominativo representativo de área com vegetação nativa existente ou em processo de recuperação conforme o disposto no art. 44 da Lei nº 12.651, de 2012.
- APP de nascentes e olhos d'água (Leis 12.651/2012 e 12.727/2012)
- As áreas no entorno das nascentes e dos olhos d'água perenes, qualquer que seja sua situação topográfica, no raio mínimo de 50 (cinquenta) metros;
 - Nos casos de áreas rurais consolidadas em áreas de Preservação Permanente no entorno de nascentes e olhos d'água perenes, será admitida a manutenção de atividades agrossilvipastoris, de ecoturismo ou de turismo rural, sendo obrigatória a recomposição do raio mínimo de 15 (quinze) metros.
- Demais APP (Leis 12.651/2012 e 12.727/2012)

- Considera-se Área de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas as faixas marginais de qualquer curso d'água natural, desde a borda da calha do leito regular;
- As faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de:
 - 30 (trinta) metros, para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura;
 - 50 (cinquenta) metros, para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura;
 - 100 (cem) metros, para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura;
 - 200 (duzentos) metros, para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura;
 - 500 (quinhentos) metros, para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros;
 - As áreas no entorno dos lagos e lagoas naturais, em faixa com largura mínima de:
 - 100 (cem) metros, em zonas rurais, exceto para o corpo d'água com até 20 (vinte) hectares de superfície, cuja faixa marginal será de 50 (cinquenta) metros;
 - 30 (trinta) metros, em zonas urbanas.
- As áreas no entorno dos reservatórios d'água artificiais, na faixa definida na licença ambiental do empreendimento;
- As áreas no entorno dos reservatórios d'água artificiais, decorrentes de barramento ou represamento de cursos d'água naturais, na faixa definida na licença ambiental do empreendimento;
- As encostas ou partes destas com declividade superior a 45°, equivalente a 100% (cem por cento) na linha de maior declive;
- As encostas ou partes destas com declividade superior a 45°, equivalente a 100% (cem por cento) na linha de maior declive;

- No topo de morros, montes, montanhas e serras, com altura mínima de 100 (cem) metros e inclinação média maior que 25°, as áreas delimitadas a partir da curva de nível correspondente a 2/3 (dois terços) da altura mínima da elevação sempre em relação à base, sendo esta definida pelo plano horizontal determinado por planície ou espelho d'água adjacente ou, nos relevos ondulados, pela cota do ponto de sela mais próximo da elevação;
- As áreas em altitude superior a 1.800 (mil e oitocentos) metros, qualquer que seja a vegetação.
- Nas Áreas de Preservação Permanente, é autorizada, exclusivamente, a continuidade das atividades agrossilvipastoris, de ecoturismo e de turismo rural em áreas rurais consolidadas até 22 de julho de 2008;
- Para os imóveis rurais com área de até 1 (um) módulo fiscal que possuam áreas consolidadas em Áreas de Preservação Permanente ao longo de cursos d'água naturais, será obrigatória a recomposição das respectivas faixas marginais em 5 (cinco) metros, contados da borda da calha do leito regular, independentemente da largura do curso d'água;
- Para os imóveis rurais com área superior a 1 (um) módulo fiscal e de até 2 (dois) módulos fiscais que possuam áreas consolidadas em Áreas de Preservação Permanente ao longo de cursos d'água naturais, será obrigatória a recomposição das respectivas faixas marginais em 8 (oito) metros, contados da borda da calha do leito regular, independentemente da largura do curso d'água;
- Para os imóveis rurais com área superior a 2 (dois) módulos fiscais e de até 4 (quatro) módulos fiscais que possuam áreas consolidadas em Áreas de Preservação Permanente ao longo de cursos d'água naturais, será obrigatória a recomposição das respectivas faixas marginais em 15 (quinze) metros, contados da borda da calha do leito regular, independentemente da largura do curso d'água;

- Para os imóveis rurais com área superior a 4 (quatro) módulos fiscais que possuam áreas consolidadas em Áreas de Preservação Permanente ao longo de cursos d'água naturais, será obrigatória a recomposição das respectivas faixas marginais:
 - O mínimo de 20 (vinte) e o máximo de 100 (cem) metros, contados da borda da calha do leito regular.
 - Para os imóveis rurais que possuam áreas consolidadas em Áreas de Preservação Permanente no entorno de lagos e lagoas naturais, será admitida a manutenção de atividades agrossilvipastoris, de ecoturismo ou de turismo rural, sendo obrigatória a recomposição de faixa marginal com largura mínima de:
 - 5 (cinco) metros, para imóveis rurais com área de até 1 (um) módulo fiscal;
 - 8 (oito) metros, para imóveis rurais com área superior a 1 (um) módulo fiscal e de até 2 (dois) módulos fiscais;
 - 15 (quinze) metros, para imóveis rurais com área superior a 2 (dois) módulos fiscais e de até 4 (quatro) módulos fiscais;
 - 30 (trinta) metros, para imóveis rurais com área superior a 4 (quatro) módulos fiscais.
- Nos casos de áreas rurais consolidadas em veredas, será obrigatória a recomposição das faixas marginais, em projeção horizontal, delimitadas a partir do espaço brejoso e encharcado, de largura mínima de:
 - 30 (trinta) metros, para imóveis rurais com área de até 4 (quatro) módulos fiscais; e (Incluído pela Lei no 12.727, de 2012);
 - 50 (cinquenta) metros, para imóveis rurais com área superior a 4 (quatro) módulos fiscais. (Incluído pela Lei no 12.727, de 2012).

CT-FLOR

- Para efeitos de aplicabilidade deste programa, APP de nascentes serão consideradas pela definição de olhos d'água, ou seja, afloramento natural do lençol freático, mesmo que intermitente.
- Atividades eventuais ou de baixo impacto ambiental:
 - a) abertura de pequenas vias de acesso interno e suas pontes e pontilhões, quando necessárias à travessia de um curso d'água, ao acesso de pessoas e animais para a obtenção de água ou à retirada de produtos oriundos das atividades de manejo agroflorestal sustentável;
 - b) implantação de instalações necessárias à captação e condução de água e efluentes tratados, desde que comprovada a outorga do direito de uso da água, quando couber;
 - c) implantação de trilhas para o desenvolvimento do ecoturismo;
 - d) construção de rampa de lançamento de barcos e pequeno ancoradouro;
 - e) construção de moradia de agricultores familiares, remanescentes de comunidades quilombolas e outras populações extrativistas e tradicionais em áreas rurais, onde o abastecimento de água se dê pelo esforço próprio dos moradores;
 - f) construção e manutenção de cercas na propriedade;
 - g) pesquisa científica relativa a recursos ambientais, respeitados outros requisitos previstos na legislação aplicável;
 - h) coleta de produtos não madeireiros para fins de subsistência e produção de mudas, como sementes, castanhas e frutos, respeitada a legislação específica de acesso a recursos genéticos;
 - i) plantio de espécies nativas produtoras de frutos, sementes, castanhas e outros produtos vegetais, desde que não implique supressão da vegetação existente nem prejudique a função ambiental da área;
 - j) exploração agroflorestal e manejo florestal sustentável, comunitário e familiar, incluindo a extração de produtos

florestais não madeireiros, desde que não descaracterizem a cobertura vegetal nativa existente nem prejudiquem a função ambiental da área;

- k) outras ações ou atividades similares, reconhecidas como eventuais e de baixo impacto ambiental em ato do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA ou dos Conselhos Estaduais de Meio Ambiente.